

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A República do Azerbaijão no contexto geopolítico da
distribuição de recursos energéticos derivados de
hidrocarbonetos para a União Europeia.**

CLÉBER FIGUEIREDO BEDA DE ÁVILA

**SÃO PAULO
2015**

CLÉBER FIGUEIREDO BEDA DE ÁVILA

**A República do Azerbaijão no contexto geopolítico da
distribuição de recursos energéticos derivados de
hidrocarbonetos para a União Europeia.**

**Trabalho de Graduação Individual
(TGI II) apresentado como requisito
para a obtenção do grau de
bacharel em Geografia, Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas – Universidade de São
Paulo.**

**Orientador: Prof. Dr. André Roberto
Martin**

SÃO PAULO

2015

Nome: ÁVILA, Cléber Figueiredo Beda de

Título: A República do Azerbaijão no contexto geopolítico da distribuição de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos para a União Europeia.

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura: _____

*Aos meus incríveis professores do tempo de
ensino médio e aos meus queridos alunos.*

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse perfazer com sucesso todo o caminho da graduação. Professores, todos os funcionários e colegas de turmas, em especial ao Itamar, grande companheiro de jornada e que muito contribuiu com minhas reflexões. Muito obrigado!

Aos meus queridos pais Sandro e Edelvira e aos meus queridos irmãos, Érika e Tiago, por me apoiarem e me aconselharem em cada momento de minha graduação, sempre incentivando meus estudos. Muito obrigado por todo o amor e companheirismo que tenho da parte de vocês.

À Letícia Sally minha querida noiva, em breve esposa, por toda a paciência e incentivo durante a realização desse trabalho. Você me completa e faz de mim a cada dia uma pessoa melhor.

E por último, porém mais importante, agradeço a Deus, pelo amor e por tudo o que Ele tem feito em minha vida. Toda honra e toda glória seja dada a Ele.

"Navigare necesse; vivere no est necesse."

-Pompeu, general e político romano

(106 – 48 a.C.).

RESUMO

ÁVILA, C. F. B. de. A República do Azerbaijão no contexto geopolítico da distribuição de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos para a União Europeia. 2015. 122f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Energia é o motor da economia mundial. Qualquer aumento ou melhoria nos índices econômicos e sociais de um país reflete no setor energético através do aumento na demanda por energia, logo a obtenção de recursos energéticos tornou-se um fator chave no desenvolvimento das nações no mundo atual, bem como obteve papel de destaque nas pautas sobre segurança nacional e internacional, tornando-se instrumento geopolítico na mão de diversos estados e agentes internacionais, tais como as grandes empresas petrolíferas, detentores dos recursos, dos meios de produção e de distribuição para os mercados mundiais. A este respeito, a União Europeia, que atualmente é a maior importadora mundial de petróleo e gás natural, e que segundo estimativas, até 2030 será dependente da importação de 70% de suas necessidades energéticas, sofre os reflexos da utilização da energia como arma política e econômica por parte de determinadas regiões e países, a saber principalmente por parte da Rússia. Com o intuito de fortalecer a segurança energética do bloco europeu através da redução da dependência por importações perante um único fornecedor majoritário (como a Rússia), durante os últimos anos houve uma notada busca da União Europeia pelo estabelecimento de rotas e fornecedores considerados alternativos aos fornecedores e rotas já estabelecidas. Neste contexto, a República do Azerbaijão, com sua localização privilegiada servindo de porta de acesso as ricas reservas de petróleo e gás natural do Cáspio, tem assumido um importante papel na definição dessas novas rotas e fontes, servindo como principal alternativa para a diminuição da dependência da União Europeia perante seus tradicionais fornecedores, impactando na geopolítica da distribuição de energia na Europa e consequentemente nas disputas pelo poder no continente Eurasiático.

Palavras-chave: Azerbaijão. União Europeia. Geopolítica. Rússia. Gasodutos. Oleodutos. Petróleo. Gás Natural. Hidrocarbonetos.

ABSTRACT

ÁVILA, C. F. B. de. The Republic of Azerbaijan in the geopolitical context of the distribution of energy resources of hydrocarbons to EU. 2015. 122f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Energy is the engine of the world economy. Any increase or improvement in the economic and social indicators of a country reflects in the energy sector through the increase in energy demand, then getting energy resources has become a key factor in the development of nations in the world today, and got prominent role on the agendas of national and international security by becoming geopolitical instrument in the hands of several states and international actors, such as large oil companies, holders of resources, means of production and distribution to worldwide markets. In this regard, the European Union, which is currently the world's largest importer of oil and natural gas, and according to estimates, by 2030 will be dependent on imported 70% of its energy needs, suffering the effects of the use of energy as a political weapon and economically by certain regions and countries, namely primarily by Russia. In order to strengthen energy security in the European bloc by reducing the dependence on imports before a single major supplier (such as Russia), in recent years there has been a noticeable pursuit of the European Union by establishing routes and suppliers considered alternative suppliers and routes already established. In this context, the Republic of Azerbaijan, with its prime location serving as a gateway to rich oil and gas reserves of the Caspian Sea, has played an important role in defining these new routes and sources, serving as the main alternative to reduce dependence the European Union with its traditional suppliers, impacting the geopolitical distribution of energy in Europe and consequently in power struggles in the Eurasian continent.

Keywords: Azerbaijan. European Union. Geopolitics. Russia. Pipelines. Oil. Natural Gas. Hydrocarbons.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectiva de evolução da matriz energética mundial, no período 2010-2040.....	19
Figura 2 – Localização dos estreitos de Bab-El-Mandeb e Ormuz.....	42
Figura 3 – Elipse Estratégica.....	45
Figura 4 – Nível de dependência das importações de gás russas pelos países europeus.....	50
Figura 5 – Os interesses competitivos de Rússia, Turquia e Irã.....	56
Figura 6 – Gasodutos para a Europa.....	62
Figura 7 – Mapa do território do Azerbaijão.....	67
Figura 8 – Infraestrutura de petróleo e gás natural do Cáspio.....	72
Figura 9 – Rotas planejadas para compor o Southern Gas Corridor.....	91
Figura 10 – Participação grega em projetos regionais de distribuição de gás natural.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consumo Mundial Bruto Interno por Região, no período 1995 – 2011 (Mtep).....	21
Tabela 2 – Produção Mundial de Energia por Região, no período 1995 – 2011 (Mtep).....	22
Tabela 3 – UE-28 Dependência de Importações de Energia. Por combustível, no período 1995-2012.....	23
Tabela 4 – Importações de Petróleo Bruto e LGN – 2012. Extra e Intra-UE (kt).....	24
Tabela 5 – Importações de Petróleo Bruto e LGN – 2012. Extra e Intra-UE (MMbbl).....	24
Tabela 6 – Importações para UE-28, por país de origem (2012). Petróleo Bruto e LGN – Top 15 Ordenado por volume (kt).....	25
Tabela 7 – Importações de Gás Natural – 2012. Extra e Intra-UE (Mmm ³).....	26
Tabela 8 – Importações por país de origem para UE-28 (2012). Gás Natural – Top 8 Ordenado por volume (Mmm ³).....	27

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A –	Tabela de gasodutos que exportam gás da Ásia em direção a Europa.....	119
APÊNDICE B –	Tabela de oleodutos que exportam petróleo da Ásia em direção a Europa.....	119

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A –	Figura representando as periferias vitais para a manutenção do poder no continente Eurasiático.....	120
ANEXO B –	Figura representando a distribuição da supremacia americana no globo.....	120
ANEXO C –	O 'tabuleiro de xadres' do continente Eurasiático.....	121
ANEXO D –	Figura representando as rotas de oleodutos que exportam petróleo da Ásia em direção a Europa.....	121
ANEXO E –	Figura representando as rotas de gasodutos que exportam gás natural da Ásia em direção a Europa.....	122

LISTA DE SIGLAS

CE	Comissão Europeia
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EUA	Estados Unidos da América
IEA	U.S International Energy Agency
LGN	Líquidos de Gás Natural
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SGC	Southern Gas Corridor
TEP	Third Energy Package
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SIGLAS RELACIONADAS AO SETOR PETROLÍFERO DO AZERBAIJÃO

ACG	Azeri-Chirag-Guneshli
AIOC	Azerbaijan International Operating Company
SOCAR	State Oil Company of Azerbaijan Republic
SOFAZ	State Oil Fund of Azerbaijan

SIGLAS RELACIONADAS AOS GASODUTOS E OLEODUTOS

BTC	Baku-Tbilisi-Ceyan
BTE	Baku-Tbilisi-Erzurum
ITGI	Interconnector Turkey–Greece–Italy
SCP	South Caucasus Pipeline
TANAP	Trans Anatolian Natural Gas Pipeline
TAP	Trans Adriatic Pipeline

LISTA DE SIMBOLOS

bbl/d	Barris Diários
Bmc	Bilhões de Metros Cúbicos
Bmc/a	Bilhões de Metros Cúbicos por Ano
BTU	British Thermal Unit
km	Quilômetros
kt	Quilotoneladas
MMbbl	Milhões de Barris de Petróleo
MMm ³	Milhões de Metros Cúbicos
Mtep	Milhões de Toneladas Equivalentes em Petróleo
Tcf	Trilhões de Pés Cúbicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		17
CAPÍTULO 1	ENERGIA E GEOPOLÍTICA.....	18
CAPÍTULO 2	DEPENDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA POR IMPORTAÇÕES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PLANO DA GEOPOLÍTICA.....	21
2.1	PRODUÇÃO, CONSUMO E IMPORTAÇÕES.....	21
2.2	SEGURANÇA ENERGÉTICA E IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS.....	28
2.3	SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA E O NOVO GRANDE JOGO.....	30
2.3.1	Dependência da UE pelas importações de recursos de hidrocarbonetos provenientes da Rússia e do Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo.....	33
2.3.1.1	Dependência energética da UE em relação à Rússia: Influência no Novo Grande Jogo.....	34
2.3.1.2	Dependência energética da UE em relação ao Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo.....	38
2.3.1.3	Considerações sobre a dependência energética da UE em relação a Rússia e ao Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo.....	43
2.4	A GEOPOLÍTICA DAS PIPELINES.....	44
2.4.1	A geopolítica das pipelines no contexto da segurança energética da União Europeia.....	45
2.4.1.1	Rússia e a geopolítica das pipelines.....	46
2.4.1.2	Orientes Médio e a geopolítica das pipelines.....	51
2.4.1.3	Considerações sobre a geopolítica das pipelines no contexto da segurança energética da União Europeia.....	52

2.5	A ALTERNATIVA EUROPEIA.....	53
2.5.1	Considerações sobre a alternativa europeia.....	64
CAPÍTULO 3	O AZERBAIJÃO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS DERIVADOS DE HIDROCARBONETOS PARA A UNIÃO EUROPEIA.....	66
3.1	AZERBAIJÃO.....	66
3.2	PANORAMA ATUAL DO SETOR DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS DERIVADOS DE HIDROCARBONETOS NO AZERBAIJÃO: PETRÓLEO E GÁS NATURAL.....	67
3.2.1	Petróleo.....	67
3.2.1.1	Organização do setor.....	67
3.2.1.2	Reservas, Produção e Exportações.....	69
3.2.2	Gás Natural.....	70
3.2.2.1	Organização do setor.....	70
3.2.2.2	Reservas, Produção e Exportações.....	70
3.3	ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DO AZERBAIJÃO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE HIDROCARBONETOS PARA O CONTINENTE EUROPEU E UNIÃO EUROPEIA, AO LONGO DO PERÍODO 1847 – 2015.....	72
3.3.1	Primeira Fase: Desenvolvimento com base na exploração de petróleo.....	73
3.3.1.1	Início da exploração de petróleo em escala industrial e o pioneirismo azeri.....	74
3.3.1.2	Período Soviético e a descoberta dos campos <i>offshore</i> no setor azeri do Mar Cáspio.....	75
3.3.1.3	Afirmação da independência do Azerbaijão perante a Rússia e o papel do 'Contrato do Século' no estabelecimento de uma política externa pró-ocidente no Azerbaijão.....	76

3.3.1.4	Dependência das <i>pipelines</i> russas.....	77
3.3.1.5	Optando pelos americanos.....	79
3.3.2	Segunda fase: Desenvolvimento com base na exploração do Gás Natural.....	81
3.3.2.1	Shah Deniz, South Caucasus Pipeline e a afirmação do Azerbaijão como importante fornecedor de gás natural para a União Europeia.....	82
3.3.2.2	Shah Deniz II e o Southern Gas Corridor.....	84
3.3.2.3	Southern Gas Corridor e a Geopolítica das Pipelines.....	85
3.3.2.3.1	Nabucco e o Trans Anatolian Pipeline.....	86
3.3.2.3.2	Nabucco West e o Trans Adriatic Pipeline.....	89
3.3.2.3.3	Azerbaijão e o South Stream.....	92
3.3.2.3.4	Azerbaijão e o Turkish Stream.....	95
3.3.3	Considerações sobre a política energética externa do Azerbaijão.....	100
3.4	OBSTÁCULOS PARA O AZERBAIJÃO NA MANUTENÇÃO DE UMA POLÍTICA ENERGÉTICA EXTERNA DIRECIONADA AO OCIDENTE.....	102
3.4.1	Conflito do Nagorno-Karabakh.....	102
3.4.2	O status jurídico do Mar Cáspio.....	104
3.4.3	Dependência do território da Turquia.....	106
CONCLUSÕES.....		110
REFERÊNCIAS.....		112
APÊNDICES.....		119
ANEXOS.....		120

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Á958r Ávila, Cléber Figueiredo Beda de
A República do Azerbaijão no contexto geopolítico da distribuição de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos para a União Europeia. / Cléber Figueiredo Beda de Ávila ; orientador André Roberto Martin. - São Paulo, 2015.
122 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. AZERBAIJÃO. 2. GASODUTOS. 3. UNIÃO EUROPEIA. 4. MAR CÁSPIO. 5. ENERGIA. I. Martin, André Roberto, orient. II. Título.

INTRODUÇÃO

Desde que reconquistou sua independência no ano de 1991, o Azerbaijão tem conhecido um espetacular desenvolvimento econômico baseado na exploração das reservas de recursos energéticos encontrados em seu território. Essas reservas, que anteriormente se encontravam sobre controle soviético, tornaram-se, em teoria, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a implantação de um governo 'pró-ocidente' no Azerbaijão, diretamente acessíveis aos mercados europeus.

A notada dependência europeia por importações de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos provenientes de regiões como Oriente Médio e a Rússia e, o advento de uma política russa baseada na utilização de seus vastos recursos energéticos, como ferramenta para manutenção e expansão de seu poder e influência sobre os países europeus e sobre os países que faziam parte de seu antigo território, faz com que cada vez mais, as reservas de petróleo e gás azeris assumam um papel de importância no contexto da segurança energética europeia. Da mesma forma, o papel vital das exportações de petróleo e gás para a economia e segurança da integridade territorial e independência do Azerbaijão, transforma esses elementos no principal orientador de sua política externa.

Sendo assim, podemos melhor compreender a atual política externa do Azerbaijão, através da análise das relações entre esse país e a União Europeia, no contexto geopolítico da distribuição e disputa pelo acesso aos recursos energéticos localizados no coração da Eurásia. Como essa disputa se trata de uma disputa geopolítica pelo acesso a energia, é pela análise das relações entre geopolítica e energia que este estudo começa.

CAPÍTULO 1 – ENERGIA E GEOPOLÍTICA

Energia é o motor da economia mundial. Qualquer aumento ou melhoria nos índices econômicos e sociais de um país reflete no setor energético através do aumento na demanda por energia, logo a obtenção de recursos energéticos tornou-se um fator chave no desenvolvimento das nações no mundo atual, bem como obteve papel de destaque nas pautas sobre segurança nacional e internacional, tornando-se instrumento geopolítico na mão de diversos estados e agentes internacionais, tais como as grandes empresas petrolíferas, detentores dos recursos, dos meios de produção e de distribuição para os mercados mundiais.

Neste cenário podemos enxergar cada vez mais o aumento da importância geopolítica do controle e acesso aos recursos energéticos, principalmente aqueles com grande peso na matriz energética mundial como o petróleo e o gás natural, já que diversos relatórios indicam para as próximas décadas o contínuo crescimento na demanda mundial por energia, como por exemplo os relatórios da Exxon Mobil (2014) e da BP (2014), que apontam para um crescimento da demanda mundial por energia entre 35% e 45% até o ano de 2040. Ressalta-se também, que para as próximas décadas, apesar do crescimento da utilização de fontes não convencionais de energia e das ditas limpas e renováveis, os combustíveis derivados de hidrocarbonetos deverão continuar como a principal fonte de energia a ser explorada e comercializada, mantendo assim sua posição estratégica dentro do contexto da geopolítica da energia¹.

Neste trabalho foram selecionados dois destes recursos energéticos para uma melhor análise do nosso objeto de estudo, que é tentar compreender o papel do Azerbaijão no contexto geopolítico da distribuição de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos para a União Europeia (UE).

Com vista ao estudo, as fontes de energia escolhidas para a elaboração desta pesquisa foram o petróleo e o gás natural.

1 Segundo Chevalier (2009, p.19): A geopolítica da energia diz respeito ao equilíbrio de poder entre nações e empresas pelo acesso aos recursos energéticos e, no interior de cada nação, a gestão dos assuntos e recursos energéticos. Em países exportadores de petróleo e gás, a geopolítica da energia está intimamente associada com a apropriação do dinheiro do petróleo e gás e sua alocação por meio de decisões políticas. Nos países importadores de petróleo e gás, a segurança do abastecimento de energia é uma grande preocupação política. A geopolítica da energia abraça a política energética, a política externa e às vezes ação militar.

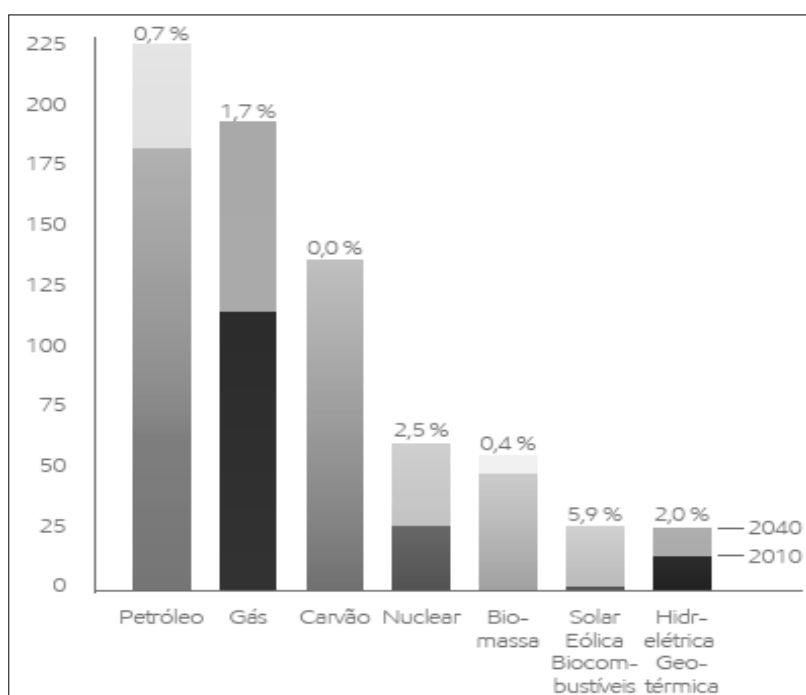


Figura 1 – Perspectiva de evolução da matriz energética mundial, no período 2010-2040.

*Valores apresentados em Quadrilhões de BTUs².

Adaptado de Exxon Mobil (2014)

A escolha do petróleo para compor o objeto de estudo foi feita com base em sua importância geopolítica, econômica e social, bem como em seu peso na matriz energética mundial, já que atualmente este recurso ocupa a 1ª posição dentre os combustíveis mais utilizados para a geração de energia no mundo, correspondendo a aproximadamente 31% da matriz energética de consumo global (EXXON MOBIL, 2014) e segundo estimativas continuará a ser a fonte de energia predominante no mundo, com um crescimento da demanda estimado em 25% durante as próximas três décadas (EXXON MOBIL, 2014), o que corresponderia no ano de 2035 a aproximadamente 28% da matriz energética de consumo mundial (BP, 2014).

Já a escolha do gás natural deve-se ao fato de que nos próximos anos, esta será a principal fonte de energia, com maior crescimento no mundo, com um aumento na demanda global em torno de 65%, no período que vai de 2010 até 2040 (EXXON MOBIL, 2014), podendo nesse período ultrapassar o carvão como segunda maior fonte de energia consumida na matriz energética mundial, só ficando atrás do

2 BTU – British Thermal Unit [em português Unidade Térmica Britânica]. Unidade de medida correspondente à energia necessária para elevar a temperatura de uma libra de água de um grau Fahrenheit. Atualmente, um Btu é definido como 1.055,06 joules.

petróleo como principal recurso energético. Outras características do gás natural, como sua versatilidade na utilização para produção de energia, facilidade de transporte via gasodutos apesar de sua rigidez de mobilidade, acessibilidade, baixo grau de poluição (se comparado a outros combustíveis fósseis) e a descoberta de abundantes jazidas, conferem cada vez mais importância estratégica a este recurso energético (LINDE; STERN, 2004).

Segundo João M. C. Rafael (2012, p.26) “Nenhuma economia funciona sem energia. O petróleo e o gás natural serão sempre recursos naturais com procura, e quem os detém terá sempre um poder de vantagem relativamente a todos os outros atores que deles dependem.” Dessa forma, partindo da ideia de que o controle direto ou indireto sobre os recursos energéticos confere vantagens econômicas e políticas a um Estado, em relação aos outros Estados, adquirindo dessa forma implicações vitais no Novo Grande Jogo³ (BRZEZINSKI, 1997), e pelo fato de que, o petróleo e o gás natural se destacam quanto a sua função de mercadoria estratégica no cenário econômico e político global, podemos inicialmente, aprofundar nossa análise, sobre os impactos no plano econômico, social e político da dependência de importações de petróleo e gás natural, pelos países que constituem a União Europeia.

3 Sobre o Novo Grande Jogo, Manuel Martins Lopes (2012, p. 329), destaca que: “[...] é fruto da nova conjuntura internacional que emerge com o fim da guerra fria. A oferta de energia até então centrada no Médio Oriente (via OPEP) deslocaliza-se também para o Cáspio e para o centro da Ásia, em virtude dos vazios de poder criados com a dissolução da União Soviética e a independência de novos atores, produtores de energia”. Para Ariel Cohen (1996) “O controle sobre esses recursos energéticos e as rotas de exportação para fora do coração da Eurásia, está rapidamente se tornando uma das questões centrais na política pós-guerra fria. Tal como o “Grande Jogo” do início do século 20, em que os interesses geopolíticos do Império Britânico e da Rússia entraram em confronto pela região do Cáucaso e da Ásia Central, a luta atual entre Rússia e Ocidente pode depender de quem controla as reservas de petróleo da Eurásia.”

CAPÍTULO 2 – A DEPENDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA POR IMPORTAÇÕES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PLANO DA GEOPOLÍTICA

2.1 PRODUÇÃO, CONSUMO E IMPORTAÇÕES

A União Europeia possui, dentro de seu território, um dos maiores parques industriais do mundo, uma das maiores frotas de veículos e uma população que goza de um padrão de vida de alto nível. Todos esses fatores juntos refletem em uma alta demanda por energia.

Apesar disso, nas últimas duas décadas, o consumo de energia da União Europeia cresceu em ritmo desacelerado se comparado a outras regiões do globo, subindo de 1.644 para 1.662 milhões de toneladas equivalentes em petróleo (Mtep) no período que vai de 1995 a 2011, um crescimento bruto de aproximadamente 18 Mtep, enquanto que, no mesmo período, o consumo mundial bruto de energia aumentou em 3.875 Mtep (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.12).

**Tabela 1 – Consumo Mundial Bruto Interno por Região,
no período 1995 – 2011 (Mtep)**

	1995	2000	2005	2010	2011	2011(%)
UE-28*	1 644	1 693	1 786	1 724	1 662	12.7%
China	1 055	1 175	1 788	2 531	2 743	20.9%
EUA	2 067	2 273	2 319	2 216	2 191	16.7%
Ásia**	879	1 052	1 258	1 560	1 593	12.1%
Rússia	637	619	652	702	731	5.6%
África	442	502	604	691	700	5.3%
Oriente Médio	309	358	488	641	647	4.9%
Resto do mundo	2 203	2 410	2 637	2 840	2 846	21.7%
Mundo	9 238	10 082	11 532	12 905	13 113	100%

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.12).

*Dados referentes aos 28 países integrantes da UE até o ano de 2011. A partir do ano de 2013, a Croácia passou a integrar a UE.

**Excluindo a China.

Mesmo com esse baixo nível de crescimento na produção europeia, o bloco europeu continua a ser um dos maiores consumidores mundiais de energia, representando aproximadamente 12,7% da parcela de consumo global, estando atrás apenas de China e Estados Unidos da América (EUA), que correspondem respectivamente a 20,9% e 16,7% do total mundial. Apesar disso, esse crescimento do consumo de energia pelos países europeus nas últimas décadas, não foi acompanhado do aumento da produção de recursos energéticos pelos países que compõem o bloco.

Segundo as estatísticas da Comissão Europeia (2014, p.10), durante o ano de 2012, a produção de energia por parte dos países que faziam parte da União Europeia foi correspondente a apenas 6,1% do total mundial produzido no mesmo período, ou aproximadamente 809 Mtep. O que indica um decréscimo na produção energética europeia no valor de aproximadamente 156 Mtep no período que vai de 1995 a 2011. Se levado em consideração que no ano de 1995 a produção de energia dentro da União Europeia foi de 965 Mtep, concluímos então que, a produção dentro do bloco caiu para 84% de sua capacidade se comparado ao ano de 1995.

Tabela 2 – Produção Mundial de Energia por Região, no período 1995 – 2011 (Mtep)

	1995	2000	2005	2010	2011	2011(%)
UE-28*	965	950	905	841	809	6.1%
China	1 065	1 130	1 701	2 262	2 433	18.4%
EUA	1 659	1 667	1 631	1 723	1 785	13.5%
Ásia**	826	934	1 121	1 373	1 405	10.6%
Rússia	968	978	1 203	1 293	1 315	10.0%
África	968	978	1 203	1 293	1 315	8.4%
Oriente Médio	1 140	1 329	1 523	1 641	1 788	13.5%
Resto do mundo	1 879	2 174	2 435	2 567	2 564	19.4%
Mundo	9 275	10 052	11 608	12 868	13 202	100.0%

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.10).

*Dados referentes aos 28 países integrantes da UE até o ano de 2011. A partir do ano de 2013, a Croácia passou a integrar a UE.

**Excluindo a China.

A análise dos dados do cenário mundial sobre produção de energia, evidencia que, no mesmo período todas as outras regiões do globo obtiveram um crescimento considerável em sua produção de energia, ou seja, a União Europeia é a única região do mundo que apresenta queda na produção.

Mesmo com a melhora do aproveitamento e da diminuição nos desperdícios de energia, o crescimento do consumo, aliado ao decréscimo na produção dos recursos dentro do bloco, fez com que nos últimos anos a dependência da UE por importação de recursos geradores de energia, aumentasse em torno de 10.4%, saltando de 43.0% em 1995, para 53.4% em 2012, do total consumido pelos países que compõem o bloco europeu (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.24). Em paralelo a esse cenário, a baixa produção de recursos energéticos essenciais para o desenvolvimento econômico e social, como o petróleo e o gás natural, tornou vital para a manutenção da ordem econômica e social o estabelecimento das importações desses produtos.

O aumento da dependência de importações de petróleo e gás natural reflete o peso econômico que estes produtos possuem dentro da matriz de consumo energética europeia. No período que vai de 1995 a 2012, a dependência por importação de petróleo para a geração de energia pelos países da União Europeia, cresceu de 74% para 86,4%, sendo que, aproximadamente 87,8% desse valor corresponde à dependência de importação de petróleo bruto e Líquidos de Gás Natural (LGN). No mesmo período, a dependência da importação de gás natural pelo bloco europeu aumentou em 22,4%, saltando de 43,4% para 65,8%.

**Tabela 3 – UE-28 Dependência de Importações de Energia.
Por combustível, no período 1995 – 2012**

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Total	43.0%	46.7%	52.2%	52.7%	53.9%	53.4%
Petróleo e Derivados	74.0%	75.7%	82.1%	84.4%	85.1%	86.4%
Dos quais: Bruto e LGN	73.0%	74.5%	81.3%	84.6%	85.5%	87.8%
Gás Natural	43.4%	48.9%	57.1%	62.1%	67.1%	65.8%

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.24).

Quanto às importações de petróleo bruto e LGN provenientes de países externos a União Europeia, estas aumentaram no período 1995-2012 em aproximadamente 21.547 quilotoneladas (kt), o equivalente a 157 milhões de barris de petróleo (MMbbl), saltando de 509.798 kt para 531.345 kt, enquanto que as importações internas ao bloco declinaram em 16.955 kt, ou o equivalente a 125 MMbbl, caindo de 50.291 kt para 33.336 kt (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.64).

Tabela 4 – Importações de Petróleo Bruto e LGN – 2012. Extra e Intra-UE. (kt)

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Extra UE	509 798	543 393	584 542	531 259	518 768	531 345
Intra UE	50 291	62 313	48 272	39 637	33 798	33 336
Total	560 089	605 706	632 814	570 896	552 566	564 681

Tabela 5 – Importações de Petróleo Bruto e LGN – 2012. Extra e Intra-UE. (Mmbbl)

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Extra UE	3738	3984	4285	3895	3803	3895
Intra UE	369	457	354	291	248	244
Total	4106	4441	4639	4185	4051	4140

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.64).

Sobre as importações de petróleo bruto e LGN provenientes de países externos a União Europeia, podemos destacar no período que vai de 1995 a 2012 a ocorrência dos seguintes aspectos (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.64):

- As importações de petróleo provenientes da Rússia aumentaram em 100.850 quilotoneladas, saltando de 76.319 kt no ano de 1995 para aproximadamente 177.169 kt no ano de 2012, tornando-se assim o principal fornecedor de petróleo bruto e LGN para a União Europeia.
- Diminuição das importações provenientes da Noruega, apresentando queda de 102.203 kt para 60.557 kt, e da Arábia Saudita com declínio de 82.419 para 46.210 kt, cedendo assim o posto de principais fornecedores de petróleo e LGN para o bloco europeu.
- Manutenção do volume de importações provenientes da Líbia, com queda nas

importações no ano de 2011, tendo porém recuperação em 2012.

- Aumento no volume de importações de países africanos como Nigéria, Angola, Guiné Equatorial e outras nações do continente.
- Recuperação das importações provenientes do Iraque, após invasão americana em 2003.
- Queda nas importações provenientes do Irã que passaram de 52.467 kt no ano de 1995 para 6.572 kt em 2012.
- Aumento das importações provenientes de países localizados no entorno da região do Mar Cáspio. Como é o caso do Azerbaijão, que no ano de 1995 não exportava petróleo para a Europa e, que no ano de 2012 atingiu a marca de 20.241 kt exportadas para a UE e o Cazaquistão que passou de 78 kt para 27.424 kt no mesmo período compreendido na análise.

**Tabela 6 – Importações para UE-28, por país de origem (2012)
Petróleo Bruto e LGN – Top 15 Ordenado por volume (kt)**

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Rússia	76 319	120 185	191 514	182 941	179 205	177 169
Noruega	102 203	115 904	97 610	73 428	65 625	60 577
Arábia Saudita	82 419	65 143	60 748	30 774	41 108	46 210
Líbia	47 978	45 883	50 681	53 754	14 614	43 740
Nigéria	28 597	22 532	18 618	21 796	31 075	42 806
Cazaquistão	78	9 993	26 386	29 705	29 878	27 424
Iraque	0	31 331	12 290	16 952	18 197	21 536
Azerbaijão	0	3 712	7 255	22 922	25 043	20 241
Argélia	17 031	21 417	22 776	8 256	14 967	16 876
Angola	4 756	3 862	7 065	8 483	10 926	10 563
México	7 246	9 770	10 647	6 783	7 192	9 104
Irã	52 467	35 475	35 611	29 679	29 495	6 572
Venezuela	9 923	6 946	6 989	5 002	4 605	6 195
Guiné Equatorial	0	0	510	553	746	6 056
Outros países africanos	143	3 035	4 789	4 761	6 972	5 076
Outros	80 638	48 205	31 053	35 470	39 120	31 200

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.64).

Quanto as importações de gás natural provenientes de países externos a União Europeia, estas aumentaram no período que vai de 1995 a 2012, em aproximadamente 151.249 milhões de metros cúbicos (MMm³), saltando de 178.759 MMm³ para 330.008 MMm³. Observa-se também, no mesmo período, um aumento nas importações de gás natural internas ao bloco que saltaram de 41.164 MMm³ no ano de 1995, para 82720 MMm³ em 2012 (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.64).

Tabela 7 – Importações de Gás Natural – 2012. Extra e Intra-UE (MMm³)

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Extra UE	178 759	239 976	329 984	364 610	348 412	330 008
Intra UE	41 164	54 116	59 648	74 366	77 669	82 720
Total	219 923	294 092	389 632	438 976	426 081	412 728

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.64).

Sobre as importações de gás natural provenientes de países externos a União Europeia destacam-se no período que vai de 1995 a 2012 a ocorrência dos seguintes aspectos (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p.64):

- Após um período de crescimento, as importações provenientes da Rússia passaram a declinar a partir de 2005, estando 5.362 milhões de metros cúbicos menor do que em relação aos valores obtidos no ano de 1995. Mesmo assim, no período em questão a Rússia se manteve como principal exportadora de gás natural para a União Europeia.
- Aumento de 74.990 MMm³ nas importações provenientes da Noruega, atingindo a quantidade de 103.919 MMm³, tornando-se o segundo maior exportador de gás natural interno ao bloco econômico⁴.
- Aumento nas importações provenientes dos demais países, com destaque para a Argélia, Catar, Nigéria, Líbia e Trinidad e Tobago.

4 Na Europa, só a Noruega consegue rivalizar de forma relevante. Depois da Rússia, é o principal fornecedor de gás natural na Europa. Na verdade a Rússia tem vindo a perder recentemente para a Noruega a sua quota de exportação para os países europeus. É de salientar no entanto que embora a Noruega se aproxime cada vez mais da Rússia na quota de exportação para a zona europeia da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], a Rússia permanece um quase monopólio nas exportações para a Europa de Leste. (RAFAEL, 2012, p.36)

Tabela 8 – Importações por país de origem para UE-28 (2012)
Gás Natural – Top 8 Ordenado por volume (MMm³)

	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Rússia	112 122	120 732	136 290	109 923	111 590	106 760
Noruega	28 929	47 813	79 189	100 785	96 157	103 919
Argélia	33 698	55 607	57 075	50 340	44 678	43 932
Catar	0	309	4 859	34 636	37 595	27 273
Não Especificado	1 473	8 126	23 827	33 969	32 429	22 254
Nigéria	0	4 385	10 586	14 015	14 372	11 148
Líbia	1 353	830	5 445	9 980	2 425	6 469
Trinidade e Tobago	0	902	751	5 111	3 503	2 781
Outros	1 184	1 272	11 962	5 851	5 663	5 472

Adaptado de Comissão Europeia (2014, p.64).

Essa análise reflete o crescimento da dependência da União Europeia em relação às importações de recursos energéticos para o bloco econômico, principalmente no que se refere à dependência das importações provenientes de países com maior contribuição nas importações de petróleo e gás natural, como no caso da Rússia, que é líder nas exportações para o bloco europeu.

Segundo o relatório de empresas ligado ao setor de exploração e distribuição de recursos energéticos, como no caso do relatório da BP (2014), esse cenário se fortalecerá, já que tendência é que a dependência de importações de recursos energéticos pelos países que compõe a UE deve se manter constante e ao redor de 55%, mesmo com a participação do bloco europeu no consumo global de energia caindo de aproximadamente 13% em 2012 para 9% no ano de 2035. A perspectiva para este cenário se deve, em parte, ao fato de no mesmo período ser previsto uma queda na produção energética europeia de aproximadamente 5%.

Neste mesmo período, o declínio da produção de combustíveis fósseis pelos países que compõem o bloco europeu, principalmente no que se refere a produção de petróleo com estimativas de queda de aproximadamente 57% na produção, carvão 49% e gás natural 46%, terá como principal fator a queda da demanda por combustíveis fósseis, visto que o crescimento da utilização de energias renováveis

suprirá parte dessa demanda. Essa mudança no tipo de matrizes energética pelos países que compõe o bloco deverá ter impactos profundos nas importações desses produtos, sendo prevista uma queda de até 23% na dependência de importação de petróleo e 49% na de carvão por parte dos países que compõe a UE. Apesar dessa acentuada queda na dependência de importação de petróleo e carvão, é previsto que a dependência europeia por importação de gás natural aumentará entre 66% e 84% no mesmo período, tornando a União Europeia a maior importadora mundial deste recurso (BP, 2014).

Partindo da ideia de que os dados expostos neste trabalho demonstram que a dependência da União Europeia pelas importações de recursos energéticos deverá se manter ao longo das próximas décadas (apesar de determinadas mudanças no quadro de importações), podemos analisar quais as implicações geopolíticas da alta dependência por importações de recursos derivados de hidrocarbonetos no plano da segurança energética da UE e no plano geopolítico da disputa pela hegemonia mundial.

2.2 SEGURANÇA ENERGÉTICA E IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS

Segundo o pensamento da Escola de Copenhague⁵ “Segurança não é considerada como uma consequência direta da ameaça, mas é melhor definida como o resultado da interpretação política da ameaça”, podendo ser definida como sendo uma segurança defensiva, que se estabelece em relação a uma ameaça ou como segurança ofensiva, quando procura a otimização de lucros em relação a outros atores (BELYI, 2007, tradução nossa). Através desse conceito podemos traçar um paralelo entre o conceito de segurança nas relações internacionais e o conceito de segurança energética na geopolítica da energia, ambos sob o enfoque do conceito de dependência energética .

Dentro da ideia de dependência energética podemos encontrar dois tipos de conceito de segurança energética: a segurança da demanda e a segurança do fornecimento.

Segundo Chevalier (2009, p.31, tradução nossa), “para os países

5 Escola de Copenhague de Estudos de Segurança.

exportadores de petróleo e gás, segurança energética é segurança da demanda”, já que grande parte desses países sofre da “maldição do petróleo”, que ocorre quando

A estrutura da balança comercial mostra que as vendas de petróleo e gás representam uma percentagem muito elevada das receitas de exportação. Isso significa que esses países não são capazes de exportar qualquer coisa diferente de hidrocarbonetos. As vendas de petróleo e gás também representam uma grande parte das receitas do governo. Essas economias são fortemente dependentes dos preços do petróleo e da demanda por petróleo. O dinheiro gerado pelas atividades de petróleo e gás é compartilhado entre todos os participantes da indústria: o governo e seus grupos e agências associadas, empresas estatais e empresas privadas nacionais ou internacionais. (CHEVALIER, 2009, p.32).

Para os países importadores de recursos energéticos, segurança é segurança do fornecimento. Segundo Chevalier (2009, p.33, tradução nossa) “a definição padrão de segurança do fornecimento é um fluxo de fornecimento de energia para atender à demanda de uma maneira e com um nível de preços que não perturbem o curso da economia de uma forma ambientalmente sustentável”.

Desta forma, através de um paralelo entre o conceito de segurança da Escola de Copenhague e dos conceitos de segurança energética expostos por Jean-Marie Chevalier, podemos destacar que a segurança da demanda, que é a segurança energética dos países exportadores, muitas vezes toma a forma de uma segurança ofensiva quando utilizada como fonte de pressão política e econômica por determinados estados e organizações internacionais para a imposição de suas políticas, ou como ferramenta de negociações no cenário internacional. Enquanto isso, a segurança do fornecimento estabelece-se como uma forma de segurança defensiva, que busca se proteger de uma possível interrupção do fluxo de recursos de energia ou da utilização desta como ferramenta geopolítica, como é o caso do conceito de segurança energética estabelecida pela UE.

Nesse contexto em que a segurança energética dos países do globo assume características ofensivas e defensivas, podemos enxergar cada vez mais nos últimos anos o crescimento da interligação entre segurança energética e geopolítica, como destaca Xuentang (2006, p.117, tradução nossa)

Desde o início do século 21 a competição entre as grandes potências pelos recursos energéticos e as vias [de distribuição] ficaram incrivelmente intensas, promovendo rápido crescimento dos preços da energia e das considerações geopolíticas que envolvem a segurança energética.

Sendo assim

[...] qualquer estudo sobre a energia já não pode ser limitado apenas a uma discussão sobre oferta e demanda no mercado mundial de energia, mas também deve buscar examinar a segurança energética internacional a partir de perspectivas geopolíticas e geoeconômicas. (XUENTANG, 2006, p.2, tradução nossa).

Dessa forma, para se entender o objetivo do estudo, é necessário primeiramente entender os impactos geopolíticos e geoeconômicos no cenário regional e mundial da demanda por importação de recursos energéticos por parte da União Europeia, em especial quais os impactos da política e da (in)segurança energética europeia no contexto do Novo Grande Jogo.

2.3 SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA E O NOVO GRANDE JOGO

Os diferentes tipos de dependência energética podem ser percebidos em graus variáveis no contexto da segurança energética dos diferentes atores mundiais, quer como uma interdependência mutuamente benéfica, considerada como positiva, ou como uma dependência desigual e ameaçadora, considerada como negativa, sendo que, os padrões de amizade e inimizade entre os diferentes países que compõem o mercado mundial de energia podem ser vistos como um dos fatores que explicam parcialmente por que certas dependências energéticas são politicamente benéficas, quando outras não são.

Com base nas diferentes alternativas de percepção de dependência, a natureza da dependência energética pode ser colocada em um *continuum* econômico-político-segurança. Por exemplo estado com relações bilaterais cordiais para com outro estado pode não considerar 30% de dependência energética em relação ao estado vizinho como uma séria ameaça à segurança, enquanto que apenas dois estados com relações antagônicas podem perceber até mesmo 10% de dependência como uma séria ameaça à segurança nacional. (PALONKORPI, 2007, tradução nossa).

Dessa forma, analisando as relações de amizade e inimizade entre os diferentes atores que compõe o cenário energético europeu, pode-se entender melhor os impactos no contexto geopolítico e geoeconômico da dependência europeia por energia.

As questões que envolvem a segurança energética da União Europeia

possuem profundos impactos geopolíticos no Novo Grande Jogo pelo controle da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997). Sua dependência estratégica pelas importações proveniente de regiões como a Rússia e Oriente Médio, por recursos derivados de hidrocarbonetos para a geração de energia, têm efeitos diretos na hegemonia americana sobre esta região do globo.

Para Xuentang (2006, p.122, tradução nossa) “energia é um meio e não um fim”. Logo, podemos destacar que, a dependência europeia por recursos energéticos é peça chave na definição das políticas mundiais entorno do controle da Eurásia, sendo que, o aumento ou diminuição dessa hegemonia refletirá diretamente na conservação ou não do *status quo* da distribuição do poder na região.

Desse ponto de vista, a União Europeia, estratégica aliada dos interesses norte americanos e, que possui na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a mais elevada caracterização da presença dos Estados Unidos no continente, procura quanto a questão da segurança energética interna, distanciar-se de sua relação de dependência (negativa) com outras potências capazes de rivalizar com os interesses americanos no continente Eurasiático.

Sendo assim, os meios utilizados por Bruxelas para buscar contornar tal situação de dependência envolvem duas principais ações. A primeira se refere a uma escolha de longo prazo que a comunidade europeia tem feito, e que não é capaz de modificar o cenário substancialmente a curto prazo, trata-se da substituição do tipo de demanda e produção energética dentro do bloco econômico. Desta forma os países que compõem a União Europeia tem buscado aumentar a diversidade dos tipos de fontes de energia produzidas dentro do território da UE, o que, em grande parte, tem sido resolvido com o aumento do uso de fontes como a nuclear, as renováveis, e também, como já citado anteriormente no primeiro capítulo, com a diminuição do consumo de produtos com alta dependência de importação, como o petróleo e o carvão, apesar de que, através das análises ainda se destaca o elevado crescimento da dependência das importações referentes ao gás natural.

É necessário destacar que mesmo que ocorram mudanças no consumo europeu de energia, a dependência por importações de recursos energéticos derivados de hidrocarbonetos continuará sendo um grande obstáculo a ser resolvido, já que a demanda por petróleo e gás natural permanecerá praticamente constante ao longo das próximas décadas. Este fato se traduz em perigo para a segurança energética da União Europeia e, fonte de pressão política e econômica

por parte de países com altas taxas de exportações desses recursos para o bloco. O que, por consequência, representa ameaça para os interesses dos Estados Unidos e seus aliados europeus, como destaca Teshu Singh⁶ (SHAKDAM, 2015, tradução nossa)

É verdade que a tecnologia está fazendo uma rápida melhora na eficiência da energia renovável ou sustentável, principalmente solar e eólica, mas para um futuro próximo não há remotamente um substituto prático para a energia de alta densidade dos combustíveis fósseis. Portanto, os governos continuarão a batalhar por isto [combustíveis fósseis] fora do campo da disputa por energia, à procura de maneiras de estabelecer a dominação por meio do controle ou acesso aos recursos naturais. Esta é a realidade do mundo em que vivemos hoje.

Dessa forma, mesmo se considerado que a substituição dos recursos de hidrocarbonetos na matriz energética europeia poderia de alguma forma contribuir com a diminuição total da dependência da importação desses produtos, o que, segundo análises não acontecerá, está só realizar-se-ia em longo prazo. Logo, a necessidade de encontrar o caminho mais rápido para o objetivo europeu de alcançar uma forma de distribuição energética segura e com um menor grau de dependência perante as importações de regiões como a Rússia e Oriente Médio, regiões estas que através da política energética possuem capacidade para desafiar o atual 'balanço' de poder no continente, fez com que a União Europeia ampliasse a busca por novas áreas e rotas fornecedoras de petróleo e gás natural para o continente. A essas novas fontes e vias de recursos energéticos que não estão sobre o controle dos tradicionais fornecedores coloca-se como visto adiante, a alcunha de “alternativas” (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, tradução nossa).

O controle dessas fontes e rotas 'alternativas' assume destacado papel no contexto da segurança energética europeia e no Novo Grande Jogo pelo controle da Eurásia, pela sua capacidade de contrabalancear o poder hegemônico na região ou de até mesmo 'virar o jogo' no tabuleiro em que jogam as grandes potências. Os estados em posse dessas importantes rotas de transporte e regiões surgem então no contexto do Novo Grande Jogo como 'pivôs geopolíticos', no sentido expresso por Brzezinski (1997, p.41, tradução nossa)

Pivôs geopolíticos são os estados cuja importância é derivado não de seu poder e motivação, mas sim de sua localização sensível e das

6 Teshu Singh é coordenadora do programa de Estudos da China no Instituto para Estudos sobre Paz e Conflitos.

consequências de sua condição potencialmente vulnerável para o comportamento dos jogadores geoestratégicos⁷. Na maioria das vezes, pivôs geopolíticos são determinados pela sua geografia, que em alguns casos dá-lhes um papel especial ou em definir o acesso às áreas importantes ou em negar recursos para um jogador importante. Em alguns casos, um pivô geopolítico pode atuar como um escudo de defesa para um estado fundamental ou mesmo uma região. Às vezes, a própria existência de um pivô geopolítico pode ser ter consequências políticas e culturais muito importantes para um jogador geoestratégico vizinho mais ativo.

Dessa forma, para melhor entender a importância dessas áreas pivôs para a Europa, surge a necessidade de se analisar os fatores que levam a UE a buscar uma alternativa ao atual cenário dos locais de origens das importações para o bloco europeu. Como citado anteriormente, esta busca por novos fornecedores tem raízes, em parte, nas questões geopolíticas da disputa pela hegemonia do poder no continente Eurasiático.

2.3.1 Dependência da UE pelas importações de recursos de hidrocarbonetos provenientes da Rússia e do Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo

Escobar (2009, p.50, tradução nossa) ao analisar os dados expostos por Michael Klare (2008), em *“Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy”*, destaca que

[...] Klare sublinha como no caso do petróleo e do gás natural, que os dez estados mais ricos em petróleo possuem 82,2% das reservas comprovadas do mundo (do maior para o menor: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Rússia, Líbia, Cazaquistão e Nigéria) e os três estados mais ricos em gás – Rússia, Irã e Qatar – possuem 55,8% da oferta mundial. [...]

A análise do cenário de demanda energética no mundo e, os dados destacados por Klare (2008), demonstram que, nas próximas décadas, haverá uma grande transferência de riqueza e poder dos países com déficit em recursos

7 Jogadores geoestratégicos ativos são os estados que têm a capacidade e, a vontade nacional, para exercer poder ou influência para além das suas fronteiras, a fim de alterar - para em um grau que afeta os interesses da América – o estado geopolítico das coisas existentes. Eles têm o potencial e/ou a predisposição para serem geopoliticamente voláteis. Por qualquer razão – a busca pela grandeza nacional, realização ideológica, messianismo religioso ou engrandecimento econômico – alguns estados pretendem atingir a dominação regional ou posição global. (BRZEZINSKI, 1997, p.40)

energéticos para aqueles com grandes quantidades desses produtos. Em outras palavras, em uma análise em curto prazo, poderemos observar uma enorme transferência de poder e riqueza dos países ocidentais dependentes das importações de recursos de hidrocarbonetos, para os países orientais, ricos exportadores desses recursos energéticos. Essa transferência de riqueza e poder de oeste para leste tem impactos no Novo Grande Jogo pelo controle da Eurásia, no sentido de que o fortalecimento de suas condições políticas e econômicas cria, possibilidades para que esses países assumam novos papéis na disputa pela hegemonia do continente Eurasiático.

No contexto analisado, a enorme dependência europeia por importações de recursos energéticos, possibilita o fortalecimento e ascensão de dois atores geopoliticamente importantes na disputa pela Eurásia. Ambos estão localizados a oriente do bloco e possuem grande peso na pauta de importações de recursos derivados de hidrocarbonetos para a União Europeia. A dependência perante esses atores representa grande perigo para a segurança energética do bloco europeu, porém seus efeitos vão muito além do plano regional, fazendo com que agentes externos como os Estados Unidos tenham grandes interesses nessas questões, pois ela é peça fundamental do Novo Grande Jogo.

Logo, é necessário entender os meios pelo qual esses dois principais atores utilizam-se da dependência energética europeia, para exercer suas políticas no cenário Eurasiático.

2.3.1.1 Dependência energética da UE em relação à Rússia: Influência no Novo Grande Jogo

O primeiro dos atores a ser analisado corresponde a Federação Russa. Vladimir Vladimirovitch Putin, atual presidente da Rússia, destaca que

A Rússia goza de vastos recursos energéticos e minerais que servem como base para desenvolver a sua economia como um instrumento para implementar a política interna e externa. O papel do país nos mercados internacionais de energia determina, em muitos aspectos, a sua influência geopolítica.

Segundo, Josan (2013, p.78, tradução nossa)

A Rússia possui 26,6% das reservas mundiais de gás natural, e entre 6,2 e 13% (dependendo de diferentes estimativas) das reservas mundiais de petróleo. Além disso, a Rússia é a líder mundial no fornecimento de gás natural através de gasodutos. Quase 90% das exportações russas de energia são direcionados para os estados europeus que se encontram em um estado desconfortável de dependência da Rússia.

No caso da relação baseada em trocas de recursos energéticos, Rússia e União Europeia são importantes parceiros de longa data. O primeiro passo para o início dessas relações remota aos anos 60 do século XX, com a construção do oleoduto Druzhba (amizade em russo), ligando os campos de produção da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) aos mercados da Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Iugoslávia e República Democrática Alemã, e com a construção do gasoduto Bratstvo (irmandade), inicialmente transportando gás ucraniano para a Tchecoslováquia, Polônia e Áustria, e que posteriormente foi expandido durante a década de 70 para abastecer a demanda de países como a Alemanha Ocidental e a Oriental, Itália, Bulgária, Hungria, Iugoslávia e Romênia (HEINRICH, 2014, p.24-33, tradução nossa).

A partir deste período, o estabelecimento de contratos por cooperação de energia entre europeus e russos, e a criação de oleodutos e gasodutos para o fornecimento desses recursos para os mercados ocidentais, fez com que a relação baseada na dependência energética europeia por recursos naturais russos aumentasse em grandes proporções e importância, principalmente a partir da dissolução da URSS, quando os líderes europeus acreditaram que a segurança energética de seu país estava garantida com a abertura do mercado russo as empresas petrolíferas estrangeiras.

Porém, durante o ano de 2003, o governo de Vladimir Putin transformou a dependência por importações de recursos energéticos fornecidos pela Rússia aos países europeus em ferramenta política, através da aprovação da Estratégia Energética da Rússia. Esta estratégia russa de se utilizar da dependência de importações de energia como ferramenta política em relação aos países europeus, tem como base quatro pontos principais, sobretudo no que concerne ao gás natural, dos quais sem a compreensão destes, não é possível entender a atuação da Rússia no cenário europeu e mundial, após a vira do milênio (MAKHATADZE, 2014, tradução nossa). Estes pontos são:

- O Kremlin não permitirá que os países europeus diversifiquem suas fontes de gás natural;
- As empresas russas de energia reforçarão o controle sobre o gás no mercado internacional;
- Elas devem controlar toda a cadeia ligada ao fornecimento de gás para o Ocidente;
- O Kremlin deve usar os ativos (recursos) como ferramenta de pressão política.

Segundo a análise de Ariel Cohen (2007, p.3, tradução nossa)

O Kremlin tem avançado nesta estratégia através de uma série de políticas. Ele cria dependência mantendo a demanda com os importadores de energia, consolidando o fornecimento de petróleo e gás através da assinatura de contratos de longo prazo com os produtores de energia da Ásia Central, e assegurando o controle da estratégica infraestrutura energética na Europa e Eurásia. Isso inclui estender o monopólio Gazprom [sobre a infraestrutura europeia de transporte] e tentar criar um cartel do gás ao estilo da OPEP.

Com base na estratégia russa e no recente histórico das relações entre este país e União Europeia, quanto as questões relacionadas ao fornecimento de recursos energéticos, podemos afirmar que

Desde o início da década de 2000, o Kremlin aposta em reinventar a Rússia, enquanto potência emergente (Aggarwal, Vinod, Govella, 2012), como um exportador de recursos naturais [...] Os impressionantes recursos naturais da Rússia servem a um duplo escopo: o aumento da interdependência energética e econômica da Rússia com o seu exterior e a capacidade de projetar poder (Aggarwal, Govella, 2012). (JOSAN, 2013, p.78, tradução nossa).

Assim como Josan (2013) e Makhatadze (2014), Papava e Tokmazishvili (2010) destacam essa relação entre interdependência energética e econômica da Rússia, com a capacidade deste país de projetar seu poder sobre outros países.

O crescimento da dependência da UE em recursos energéticos russos tem sido explorado pela liderança russa como uma ferramenta eficaz para exercer pressão política, não só sobre membros da UE, mas também sobre os países cujo território é atravessado pelas rotas de transporte de energia, como a Bielorrússia e Ucrânia. (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, p.104, tradução nossa).

Da mesma forma, os autores chamam a atenção

[...] Aqui devemos notar também a interligação na política russa na expansão pós-soviética entre a dependência energética e independência política, quando um aumento no primeiro provoca um declínio na segunda [...] (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, p.104, tradução nossa).

E também para as consequências dessa política, que envolve

[...] a possibilidade de a Rússia restaurar o império, embora não da forma clássica por meio de expansão territorial, mas usando os chamados mecanismos neoimperialistas baseados principalmente na política energética. [...] (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, p.104, tradução nossa).

Segundo os autores citados acima, nota-se claramente a relação entre dependência energética e o aumento da influência russa sobre uma região, sendo que, esse aumento da influência russa sobre uma região ou país é acompanhado da diminuição da independência política da região importadora de recursos energéticos. Dessa forma, os autores destacam que tal relação assume feições neoimperialistas, baseadas principalmente na política energética do Kremlin, que vê na energia “um meio para a Rússia restabelecer sua influência perdida e desempenhar um papel crescente no cenário internacional” (CAMPANER; GUBAIDULLIN, 2009, pág.87, tradução nossa).

Como visto anteriormente, a Rússia é a principal exportadora de petróleo e gás natural para a União Europeia e também é uma das maiores detentoras e produtoras mundiais desses recursos energéticos. Visto que a dependência europeia por hidrocarbonetos deverá se manter ao longo das próximas décadas e, que grande parte dessa dependência será suprida pelas reservas russas, devemos então, com base nas afirmações dos autores citados, questionar quais os efeitos geopolíticos sobre a manutenção da dependência energética da União Europeia em relação a Rússia no cenário regional e mundial.

O facto da Europa ser dependente do gás natural russo confere-lhe uma desvantagem estratégica relativamente à Rússia. A Rússia tem aqui uma oportunidade para usar o seu gás enquanto instrumento de política externa, e se quiser, pode mesmo usá-lo numa abordagem de *hard power*, tendo ainda assim de ter em conta a relação de interdependência Rússia-Europa. Por outras palavras, a Rússia tem aqui a oportunidade de usar o gás para tentar condicionar as políticas dos Estados dependentes do seu gás (RAFAEL, 2012, p.36).

Em uma escala mundial, a manutenção dessa relação poderia custar caro aos interesses americanos na Eurásia. A “Europa é a ponte geopolítica essencial da América no continente Eurasiático”. Ela é uma das três principais regiões periféricas do continente Eurasiático, de onde os Estados Unidos pode projetar seu poder para o interior daquela região (ver anexo A). Se, como visto anteriormente, o aumento da dependência energética europeia pelas importações dos recursos de hidrocarbonetos fornecidos pela Rússia for seguido de um declínio na independência política dessa região perante esse mesmo país, isso significaria uma grande ameaça para os interesses americanos, pois perder o controle sobre a Europa seria perder um dos principais pontos de apoio do exercício do poder americano no continente, abrindo espaço para que outra grande potência desafie a posição hegemônica dos Estados Unidos na região, o que significaria uma grande ameaça para os interesses de Washington, que tem no controle da Eurásia o seu grande prêmio. Mais do que isso, perder o controle sobre a Eurásia é colocar em xeque toda a primazia global americana (ver anexo B), já que esta depende diretamente de quanto tempo e com que eficiência a sua preponderância no continente Eurasiático é sustentada (BRZEZINSKI, 1997, p.30, tradução nossa).

Logo, perder o controle da Europa é perder um dos principais pontos de apoio do exercício do poder americano no continente, abrindo espaço para que outra grande potência desafie a posição hegemônica dos Estados Unidos na Eurásia. Moscou sabe disso e tem aproveitado o crescimento da dependência Europeia por importações de hidrocarbonetos para realizar o seu jogo, impondo suas políticas e tentando enfraquecer a primazia americana na Europa, principalmente no que se refere à aqueles estados que faziam parte do antigo bloco soviético.

2.3.1.2 Dependência energética da UE em relação ao Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo

Outro ator que surge com grande importância em relação a segurança energética europeia, é a região que corresponde ao chamado Oriente Médio.

Do ponto de vista da segurança energética europeia, essa região possui um impacto mais limitado comparado à Rússia. Porém, por se tratar da área com maior concentração de jazidas de petróleo e gás natural no mundo e possuir uma parcela

significativa nas importações desses recursos para a União Europeia, pode-se analisar os reflexos geopolíticos dessa relação de dependência em escala regional e global.

Brzezinski (1997 p.34, tradução nossa) insere o Oriente Médio naquilo que ele chamada de região sul do continente Eurasiático (ver anexo C). Caracterizando-a da seguinte forma

[...] politicamente anárquica, porém rica em energia e de potencial grande importância tanto para os estados ocidentais e orientais da Eurásia, incluindo na área meridional um populoso aspirante à hegemonia regional [Irã] [...].

Apesar de o Oriente Médio contar com diversos países simpáticos aos interesses ocidentais, de possuir historicamente uma forte presença de empresas petrolíferas americanas e europeias na região, e de esta ser uma das maiores provedoras de recursos de hidrocarbonetos, não só para a Europa, mas também para os Estados Unidos e ocidente em geral, os problemas relacionados as importações de recursos energéticos provenientes dessa região esbarram em duas principais questões quanto a segurança energética da UE.

A primeira questão faz referência a anarquia citada Brzezinski (1997). O Oriente Médio tem sido o palco de intensos e violentos conflitos ao longo do último século, conflitos estes que envolvem escalas diversas, podendo se desenvolver do plano das lutas tribais até o da luta entre os países que compõem a região. Tal cenário transforma o Oriente Médio em um imprevisível 'barril de pólvora', ameaçando a estabilidade das rotas de transporte, da produção dos recursos energéticos e tornando vulnerável o transporte por terra, seja via oleodutos ou gasodutos. Segundo Mabro (2007), exemplos de eventos que demonstraram essa vulnerabilidade e a lista dos impactos causados por ela podem ser encontrados em toda a história moderna da região, como por exemplo: Mosaddegh (1951), Suez (1956), Guerra Árabe-israelense (1967 e 1973), Revolução Iraniana (1979), Guerra Irã-Iraque (1980), 1º e 2º Guerra do Golfo (1990 e 2003), e mais recentemente, a Guerra Civil Síria (2011) junto ao recente avanço do Estado Islâmico. Alguns desses eventos causaram a interrupção do fluxo de petróleo, levando a uma significativa elevação dos preços (1973 e 1979), enquanto outros afetaram apenas em parte a produção e as trocas desse produto, não possuindo reflexos significativos na elevação dos preços dessas mercadorias. Segundo Kuskus (2010, p.146, tradução

nossa), foi através de um desses eventos, em que primeiro ficou claro a questão do perigo da dependência excessiva pelas importações de hidrocarbonetos de uma única região.

Os riscos da dependência excessiva pelos exportadores de energia não-UE, ficou claro pela primeira vez, após o choque do petróleo de 1973, quando os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo decidiram aumentar radicalmente os preços do petróleo. Como resultado, as economias dos países da UE dependentes do petróleo foram profundamente danificadas. Este incidente significou a necessidade por novas iniciativas para conter a dependência sistemática da UE em relação a países exportadores de petróleo.

Apesar das respostas a essas crises gerarem uma busca mundial pela diminuição da dependência energética em relação aos países fornecedores localizados nessa região do globo, ela continua a manter sua posição de importância no que concerne a geopolítica da energia mundial, o que mantém vivo a possibilidade de novos cenários de instabilidade no abastecimento de petróleo proveniente dessa região, como destacado por Cohen (1996, tradução nossa): “O fornecimento de petróleo do Oriente Médio se tornaria precário se a Arábia Saudita se torna-se instável, ou se o Irã, ou o Iraque, provoca-se outro conflito militar na região”.

Quanto à anarquia, poderíamos ainda destacar a atual fragilidade da segurança das vias marinhas, que nos últimos anos tem presenciado a ação da pirataria moderna por parte, principalmente, de grupos com origem na costa dos países do leste africano e que atuam nas rotas de ligação entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo, como no estreito de Bab-el-Mandeb, abordando navios petroleiros e pedindo altas quantias pelo resgate dos navios e suas tripulações.

A segunda questão faz referência ao Irã, aspirante a hegemonia regional localizado na porção meridional do Oriente Médio, exposto por Brzezinski (1997, p.34, tradução nossa) no parágrafo citado anteriormente.

O Irã é detentor de algumas das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo, e apesar de sua clara posição antiamericana no continente Eurasiático, o que pode ser considerado reducionismo de um fenômeno muito mais complexo (ESCOBAR, 2009, p.30)⁸, o Irã não se importa em vender seus recursos para os

8 Segundo Escobar (2009, p.30): “O 'antiamericanismo' é sempre um slogan reducionista: no Irã ele é um fenômeno muito complexo, e levado muito a sério. Ele é sobre as consequências nefastas da política externa dos EUA – e abrange todos além da instituição clerical, desde a extrema

mercados ocidentais, a saber, principalmente para Europa. Prova disso é que, projetos que objetivavam a diversificação das fontes de energia utilizadas para suprir a demanda europeia, como o projeto Nabucco, apostavam nos campos iranianos de petróleo e gás como principal origem dessa diversificação. O que não se concretizou pelas tensões nas relações entre Estados Unidos e Irã e pelas sanções econômicas⁹ impostas pelos americanos a este país, em virtude do desenvolvimento de seu programa nuclear que, supostamente, poderia ser utilizado para a fabricação de artefatos nucleares pelo governo iraniano.

Dessa forma, a Europa, aliada dos interesses americanos através da OTAN, ao apoiar as sanções impostas ao Irã, foi vedada, por motivos políticos, de usufruir dos enormes volumes de gás natural e petróleo iraniano, que poderiam fluir via dutos ou através de navios para o continente europeu e que seriam capazes de suprir grande parte da demanda por recursos energéticos da União Europeia, diminuindo assim, a dependência dos recursos provenientes das reservas russas.

No entanto, a grande implicação geopolítica para o ocidente do embate Irã/EUA e, da atual dependência mundial das importações de recursos energéticos provenientes do Oriente Médio é o fato de que, a melhor rota para o escoamento da produção de petróleo e gás dos países localizados nessa região em direção ao ocidente é através da rota marítima que passa pelo estreito de Ormuz.

Esse pedaço de mar, localizado na entrada do Golfo Pérsico, entre os territórios dos Emirados Árabes Unidos, Omã e Irã, é estratégico pelo fato de que, através dele passam aproximadamente 40% de todo o petróleo transportado por via marítima no mundo. Qualquer interrompimento no fluxo de mercadorias por essa passagem acarretaria em enormes reflexos na economia mundial, pois impediria que diversos países obtivessem acesso a uma de suas principais fontes de recursos energéticos.

esquerda secular e esquerda islâmica [...] até ultranacionalistas e monarquistas. Ele sempre volta à raiz de tudo – o golpe coordenado pela CIA contra o governo nacionalista/democrático do primeiro-ministro Mohammad Mossadegh.”

9 *Iran and Lybia sanctions Act*, em vigor desde 1996, através do qual os Estados Unidos impõem sanções às empresas estrangeiras que invistam mas de 40 milhões de dólares no sector energético do Irão ou da Líbia (RAFAEL, 2012, p.76).

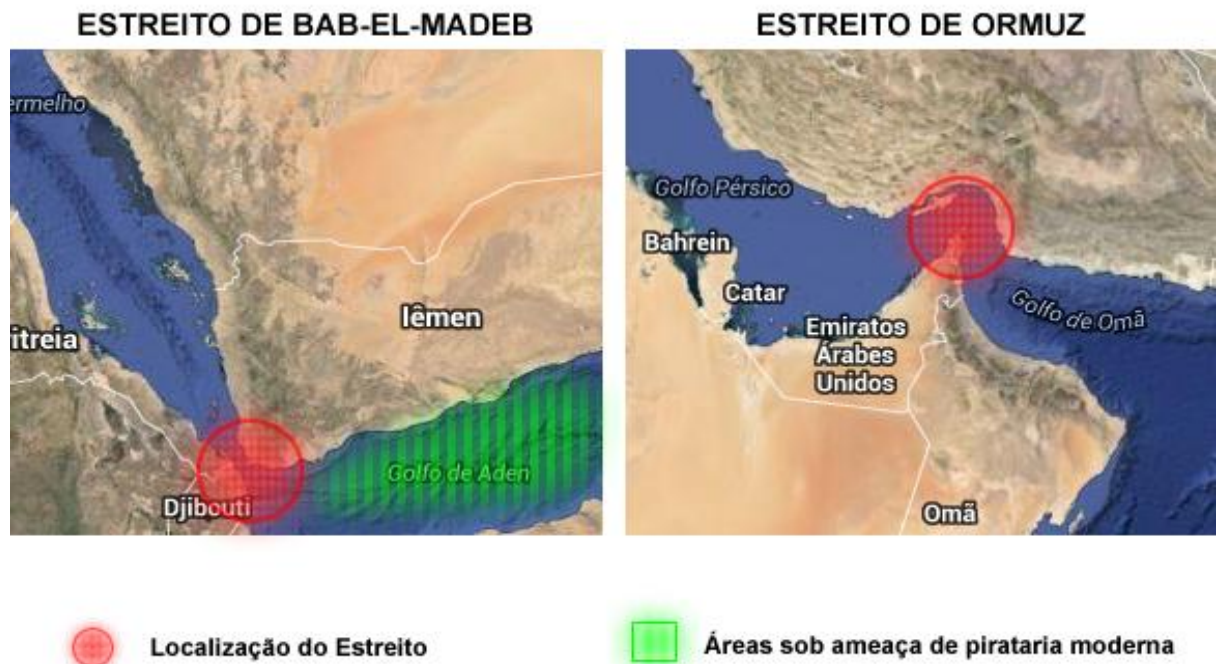


Figura 2 – Localização dos estreitos de Bab-El-Mandeb e Ormuz.

Elaborado pelo autor.

Analisando a posição estratégica que o território deste país ocupa na entrada do estreito, podemos presumir que, no contexto do atual embate entre Estados Unidos e Irã, dentre os diversos cenários possíveis relacionados à ameaça da segurança energética não só da União Europeia, mas também do ocidente, o pior cenário que poderia ocorrer é o de que, em uma eventual guerra em decorrência dos atritos diplomáticos entre ambos os países, o estratégico estreito de Ormuz seja bloqueado pelas forças militares iranianas, impedindo o trânsito de qualquer navio pelo estreito.

O potencial conflito pelo Estreito de Ormuz é uma realidade muito plausível. [...] O livre acesso ao Estreito de Ormuz afim de obter fornecimento de petróleo sem interrupções para o mercado global é uma questão de potencial impasse entre os Estados Unidos e o Irã. Tais eventos podem ser sinais de alerta de que, a energia está se tornando cada vez mais, uma ferramenta política do que um bem de mercado e, portanto, a ordem global tornando-se mais propensas a conflitos. (DIRÖZ, 2012, p.5, tradução nossa).

Esse cenário de guerra implicaria em milhões de barris de petróleo deixando de suprir diariamente a demanda mundial, não sendo difícil imaginar que esta

situação acarretaria em um novo 'choque do petróleo', aumentando o preço desses recursos e, também, em última instância, aumentando a dependência europeia por importações de gás natural e petróleo proveniente da Rússia. Isso se considerarmos que nesse contexto de conflito, a Rússia não possuiria nenhum tipo de aliança militar com o Irã, o que de fato poderia se tornar um cenário plausível, caso este último país se torne membro efetivo da Organização para Cooperação de Xangai, pois isso implicaria em uma luta direta contra dois dos maiores detentores de recursos energéticos do mundo e conseqüentemente na drástica diminuição dos volumes de recursos que chegariam a União Europeia e ocidente através dessas rotas (ESCOBAR, 2009, p.53).

Dessa forma, pode-se entender que, a dependência ocidental pelas importações de recursos energéticos provenientes do Oriente Médio, seja pelas vias terrestres ou marítimas, esbarra na insegurança do controle das rotas estabelecidas. A utilização do controle destas rotas como ferramenta geopolítica e geoeconômica pelos atores que as detêm, pode refletir diretamente nas questões da disputa do Novo Grande Jogo.

2.3.1.3 Considerações sobre a dependência energética da UE em relação a Rússia e ao Oriente Médio: Influência no Novo Grande Jogo

Como observado, depender das importações provenientes desses duas regiões é permitir que a segurança energética europeia esteja em constante ameaça. Também é permitir que se criem brechas e espaço para manobras de outras potências, como a Rússia, capazes de desafiar o *status quo* do poder americano no continente Europeu e de suas pretensões no continente asiático.

Segundo Cohen (2007), a estratégia russa para a Europa é clara

O Kremlin provavelmente vai usar a dependência da Europa para promover sua agenda de política externa, em grande medida antiamericana. Isto limitaria significativamente o espaço de manobra disponível para os aliados europeus da América, forçando-os a escolher entre um abastecimento de energia a preços acessíveis e estáveis ou se aliar com os EUA sobre algumas questões-chave. (p.12 tradução nossa).

Dessa forma, Washington deve agir sobre a dependência energética europeia

no sentido de se contrapor as ações de Moscou, que visa uma expansão de sua influência para áreas onde hoje o domínio americano está estabelecido no continente Eurasiático

Europa e EUA devem trabalhar em conjunto para mitigar os efeitos adversos da dependência estratégica da Europa em relação à Rússia. Em particular, os EUA devem: [...] Trabalhar com os principais governos europeus para identificar vulnerabilidades que resultam da dependência excessiva de um único fornecedor oligopolista de energia – Rússia. Eles devem incentivar o desenvolvimento das amplas reservas de gás natural da UE, aumentar o consumo de gás natural liquefeito, e expandir o nuclear, o de carvão e de energias renováveis. [...] Apoiar a diversificação de rotas de transporte de energia na Eurásia, especialmente oleodutos e gasodutos que liguem os produtores da Ásia Central aos mercados europeus, contornando a Rússia. (COHEN, 2007, p.2, tradução nossa).

Sendo assim, diversificar as opções de acesso aos recursos de hidrocarbonetos através da substituição por outros tipos de recursos energéticos ou através de novas fontes e novas vias de importação, surge como uma grande necessidade dentro das políticas de segurança da União Europeia, e em maior escala, até mesmo dentro da política americana de segurança para o continente Eurasiático, visto seus impactos nas questões geopolíticas mundiais.

2.4 A GEOPOLÍTICA DAS PIPELINES

Segundo Heinrich (2014, p.18), os recursos energéticos convencionais, como no caso do petróleo e do gás natural, estão geograficamente concentrados em uma área que se estende da Rússia ao Golfo Pérsico, passando pela região do Cáspio, e que é denominada como “elipse estratégica”. Essa área contém aproximadamente 70% das reservas comprovadas de petróleo e 40% das reservas de gás natural do mundo, de forma que para qualquer moderna sociedade industrial, dependente da importação de recursos energéticos e que se localiza fora da “elipse estratégica”, a necessidade do estabelecimento da importação desses recursos é de importância vital para a manutenção de seu bem-estar econômico e social.



Figura 3 – Elipse Estratégica.
Geoffrey Kemp e Robert Harkavy (1997)

Dessa forma, o tipo de via comumente utilizada para o transporte de petróleo e gás natural, principalmente no contexto de um mercado regional, é aquele feito através do transporte tubular, em inglês *pipeline*, podendo assumir as designações de oleodutos ou gasodutos de acordo com o tipo de produto no qual esta via é especializada em transportar.

O aumento do volume de mercadorias transportadas através dessas vias nos últimos anos fez com que, no cenário político e econômico contemporâneo, as *pipelines* assumissem o papel de instrumentos geopolíticos poderosos nas mãos dos agentes detentores de suas rotas e de suas mercadorias. Dessa forma surge, ligada a questão da segurança energética mundial, uma geopolítica da distribuição da energia através dessas redes de transporte, ou também, como expresso no título desse capítulo, uma geopolítica das *pipelines*.

2.4.1 A geopolítica das *pipelines* no contexto da segurança energética da União Europeia

Segundo Irina Kustova (2014, p.223, tradução nossa)

A construção de novas pipelines é geralmente discutida do ponto de vista geopolítico: nos termos mais gerais, o aspecto mais crucial da construção da pipeline é como chegar a um acordo entre todos os estados cujo território é cortado pelo duto e superar a resistência de outros estados.

No contexto da segurança energética da União Europeia, a geopolítica das *pipelines* assume o papel de uma nova Guerra Fria, com as disputas acontecendo no plano das discussões entre os diversos estados da UE, sobre o estabelecimento de novas rotas ou da priorização das já existentes na procura por novos países capazes de suprir a demanda europeia em oposição aos fornecedores tradicionais e na busca de determinadas países, neste caso principalmente da Rússia, pela expansão de sua área de influência política e econômica sobre a Europa e sobre os antigos territórios soviéticos através dessas rotas (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010).

O estudo de como os principais atores envolvidos na geopolítica da energia no continente Europeu, agem através dessa política, é necessário para que possamos entender as formas pela qual ocorre a resposta da UE na busca pelas fontes e rotas alternativas.

2.4.1.1 Rússia e a geopolítica das *pipelines*

O caso russo merece destaque quanto à questão da utilização das *pipelines* como meios de pressão política e econômica, pois elas são uma das maneiras pela qual a Rússia exerce sua influência sobre os demais países do continente europeu.

O gás natural é exportado em estado gasoso, o que implica que a sua exportação seja feita essencialmente através de gasodutos. A Rússia, pela sua dimensão territorial e pela sua riqueza em combustíveis fósseis, domina tanto a exploração do gás como a rede de gasodutos usada no seu transporte, e é assim que vários Estados europeus têm dificuldade em diversificar a origem da sua importação. (RAFAEL, 2012, p.36).

É importante lembrar que as principais rotas de transporte de recursos de hidrocarbonetos via terra para a União Europeia, são os gasodutos e oleodutos que estão ligados diretamente aos campos de produção de óleo e gás no território russo. Isto ocorre pelo fato de que a Rússia, como herdeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, manteve-se como a principal detentora da infraestrutura responsável pelo transporte dos recursos energéticos localizados nos antigos

estados que compunham a URSS e que hoje formam os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), localizados na Ásia Central e no Cáucaso. De forma que, esse cenário permitiu à Rússia a criação de uma política que possui como norteador principal a expansão da influência russa sobre a Europa e sobre os antigos territórios soviéticos através do controle do trânsito desses recursos via *pipelines* (HEINRICH, 2014, p.38, tradução nossa).

É importante notar também que, apesar de grande parte da infraestrutura ter permanecido sobre o controle russo e por ser através dela que esse país controla virtualmente os fluxos de recursos para a Europa, com a dissolução da União Soviética partes dessas vias ficaram sobre controle de países como a Ucrânia, Bielorrússia, Azerbaijão, Geórgia, entre outros países, que dessa forma ganharam também o controle sobre as exportações de recursos de hidrocarbonetos por *pipelines* para a Europa, transformando-se assim em estados de trânsito das exportações de recursos energéticos. Muitas vezes esses países se utilizam de sua posição de estado de trânsito como ferramenta de negociação política, principalmente no que se refere em posição à Rússia, o que reflete diretamente na política energética do Kremlin, de forma que nas últimas décadas, este tenha buscado a diversificação de suas rotas de exportação com o objetivo de contornar esses estados, como destaca Heinrich (2014, p.39, tradução nossa)

No entanto, as condições para o transporte de gás natural e petróleo da Rússia para a Europa Ocidental também mudaram radicalmente. Os novos Estados independentes introduziram taxas de trânsito que tornaram as exportações de petróleo e gás russas mais caras. Ucrânia, em particular, tem tentado explorar a sua posição de quase monopólio sobre o trânsito de energia da Rússia para compensar a sua frágil posição como cliente do gás russo e devedora. Por causa das longas disputas com a Ucrânia, a Rússia desenvolveu planos de rotas de trânsito alternativas para quebrar o monopólio de trânsito da Ucrânia e reduzir na medida do possível o trânsito por entre as ex-repúblicas soviéticas.

A atual política energética russa de utilizar os recursos energéticos como ferramenta política contra a Europa, tem como principal foco a dependência da UE pelo gás natural russo, cujas exportações são controladas principalmente pela estatal Gazprom, que é a maior exportadora de gás natural do mundo, responsável aproximadamente por um quarto das importações de gás natural da UE. O que torna o gás fornecido pela empresa estatal russa vital para os interesses geopolíticos do Kremlin (CAMPANER; GUBAIDULLIN, 2009, p.95).

A grande dificuldade que a Europa encontra quando procura diversificar a origem das suas importações de gás, faz com que a Rússia detenha um quase monopólio na Europa, e é assim que o gás natural pode ser considerado um dos principais elementos para o estudo da balança estratégica Rússia vs Europa. Neste contexto, entende-se por balança estratégica o jogo dos interesses opostos da Rússia e da Europa, i.e, o interesse estratégico russo em consolidar a dependência da Europa, e o interesse estratégico da Europa em evitar essa dependência. (RAFAEL, 2012, p.36).

Desse ponto de vista, segundo Josan (2013, p.78), a política russa baseada nas exportações de recursos energéticos, principalmente gás natural, se desenvolve atualmente através de duas rotas principais, que são: os gasodutos Nord Stream e South Stream. Este último recentemente cancelado e substituído pelo projeto Turkish Stream.

O Nord Stream consiste em um conjunto de *pipelines* com extensão de 1,224 quilômetros (km) que cruzam o Mar Báltico ligando o território russo ao norte da Europa, passando por uma área em que o acesso aos mercados finais como a Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, França e Dinamarca, é facilitado por não haver a necessidade da instalação de dutos através do território de estados de trânsito, como é o caso da Ucrânia, o que permite à Rússia reduzir os custos e amenizar os riscos políticos do transporte. Esse projeto é administrado pela Nord Stream AG, uma *joint venture*¹⁰ entre Gazprom, que possui 51% dos ativos, BASF/Wintershall e E.ON ambas com 15.5%, e Gasunie e GDF Suez com 9% cada dos direitos sobre o projeto. Atualmente, as empresas envolvidas no projeto contemplam a possibilidade da expansão das linhas de transmissão, já que estas tem se mostrado tecnicamente e economicamente viáveis, o que poderia aprofundar ainda mais a dependência europeia por importações de recursos energéticos perante a Rússia.

O South Stream era um projeto similar ao Nord Stream, conduzido pela Gazprom e pela empresa italiana ENI, com o objetivo de transportar via dutos o gás fornecido pelos campos russos, através leito do Mar Negro diretamente para seus consumidores finais, tais como Bulgária, Áustria, Hungria, Grécia e Itália.

10 *Joint venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. [...] As empresas que se juntam são independentes juridicamente e no processo de criação da *joint venture* podem definir se criam uma nova empresa ou se fazem uma associação (consórcios de empresas). [...] Existem dois tipos de *joint ventures*: *joint venture* contratual (*non corporate*), na qual não existe a formação de uma nova empresa (não tem personalidade jurídica); e *joint venture* societária, que implica a criação de uma nova empresa que tem personalidade jurídica própria.

Apesar de oficialmente ser proposto pela Rússia como uma forma de evitar as rotas tradicionais que passam por estados de trânsito como as que cortam o território ucraniano, na verdade este gasoduto fazia parte de um projeto que, em termos geopolíticos, pretendia a expansão da influência russa na região do Mar Cáspio e Ásia Central, regiões de grande importância geopolítica e geoeconômica para a segurança energética da Rússia, com o objetivo de competir com as rotas e projetos “alternativos” de transporte de recursos dessas regiões para a Europa, como o projeto Nabucco, agora Nabucco West, rotas estas, que detêm o apoio americano para serem desenvolvidas.

A criação do South Stream visava manter fechado o acesso ocidental a essas regiões potenciais ricas fornecedoras de hidrocarbonetos para o ocidente, mantendo a primazia russa no que concerne a distribuição de recursos energéticos para o mercado europeu de energia (JOSAN, 2013, p.78).

Apesar da previsão de que o South Stream começaria suas operações no ano de 2015, a Rússia surpreendeu os países europeus ao anunciar o cancelamento do projeto no final do primeiro semestre de 2014, em represália as dificuldades impostas pela União Europeia, principalmente Bruxelas, apoiados pelos americanos, ao estabelecimento do projeto, o que levou os líderes de diversos estados europeus a criticar a alta cúpula do bloco, já que diversos países do leste-europeu, como Bulgária, Grécia, Sérvia, Hungria e Eslovênia dependiam do gás e das divisas que viriam através da instalação do gasoduto em seus territórios para alavancar suas economias, que se encontram no momento em estado de atenção devido a recente recessão econômica mundial.

Em lugar do South Stream, o governo russo em parceria com a Turquia, lançou o projeto Turkish Stream, que basicamente segue os mesmos objetivos do seu predecessor, sendo o substituto desse no que concerne a utilização das *pipelines* pelo governo de Moscou para exercer suas políticas sobre os países do leste-europeu. Dessa forma, com o cancelamento do South Stream e o atual fracasso do projeto Nabucco, por não ter atingido as expectativas propostas anunciadas durante seu lançamento, junto do recente acordo entre Turquia e Rússia para a construção do Turkish Stream, a estratégia do Kremlin da utilização dos gasodutos e oleodutos para alcançar seus objetivos tende a cada vez mais se fortalecer.

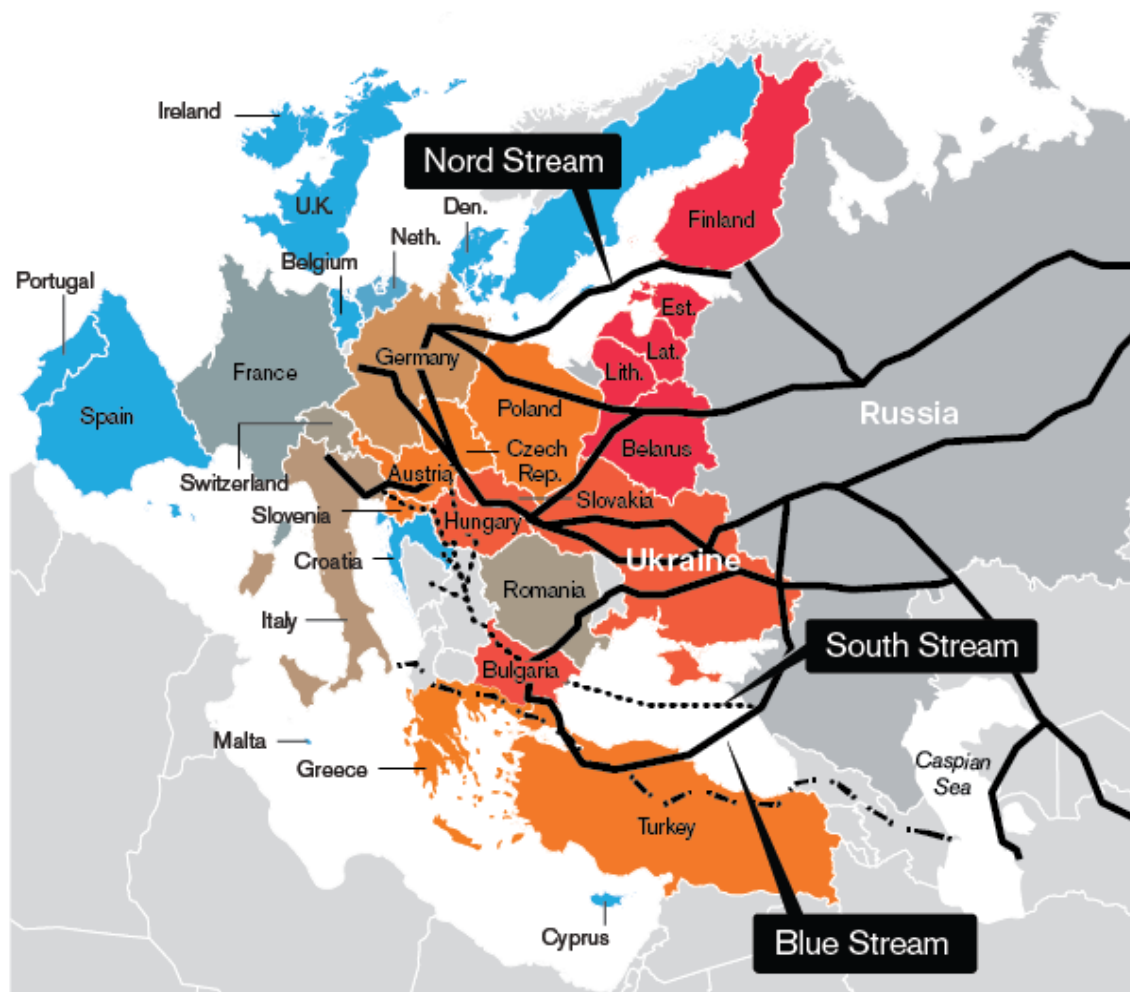
Who's Dependent on Russian Gas?

European countries vary in their dependency on Russian gas, which is delivered into Europe by three main routes – via Ukraine, through Belarus and under the Baltic Sea to Germany.

% of 2012 gas supply from Russia



— Major pipelines carrying Russian gas
 Planned pipeline
 - - - Planned alternative pipeline



Note: Ukraine's dependency is 2014.
 Sources: East European Gas Analysis, Gazprom

Bloomberg Graphics

Figura 4 – Nível de dependência das importações de gás russas pelos países europeus.

www.bloomberg.com

Pode-se citar outras vias pelas quais a Rússia opera sua estratégia energética, como por exemplo: no caso das exportações do petróleo, podemos citar o oleoduto Druzhba, construído durante o período soviético e que se mantém como

o principal meio de exportação de petróleo da Rússia em direção a UE, o Baltic Pipeline System e oleoduto East Siberia-Pacific Ocean. Assim como no caso do gás natural, podemos citar os sistemas de gasodutos Yamal-Europe Gas Pipeline, Altai-China Gas Pipeline e Blue Stream (HEINRICH, 2014). Este último construído em cooperação com a Turquia, estando em operação desde 2005, e que, apesar das desavenças durante sua construção, pode ter indicado um novo caminho da política das *pipelines* russa em relação à Europa, principalmente com o cancelamento do South Stream e advento do projeto Turkish Stream (ver apêndices A e B).

2.4.1.2 Oriente Médio e a geopolítica das *pipelines*

As implicações geopolíticas da existência dos dutos, que realizam o transporte via oleodutos e gasoduto, de recursos de hidrocarbonetos fornecido pelos países do Oriente Médio, são da mesma ordem dos problemas citados no capítulo anterior, podendo ser divididas em duas questões principais.

A primeira estabelece-se sobre a questão da insegurança das rotas, que em determinada situação de conflito podem servir como instrumentos de barganha para atender a reivindicação de certos grupos por meio do interrompimento dos fluxos de recursos, o que poderia causar a alta dos preços no mercado internacional, como visto durante os chamados 'choques do petróleo'. Dessa forma, apesar da existência de projetos para a criação de *pipelines* que liguem os campos de petróleo e gás natural de países como o Iraque e o Egito, o atual cenário político do Oriente Médio dificulta a instalação de qualquer ligação por terra via *pipeline* entre essa região e os mercados europeus.

A segunda questão estabelece-se em relação ao Irã, um dos principais atores do jogo político no Oriente Médio.

Pode-se destacar como parte da geopolítica das *pipelines*, um grande interesse americano no impedimento da instalação de vias de distribuição entre os campos de recursos de hidrocarbonetos desse país e o continente europeu, bem como a instalação de rotas que utilizem o território iraniano como estado de passagem para as denominadas fontes alternativas localizadas no Cáspio e Ásia Central. Esse fato ocorre principalmente por razões políticas, como o embargo americano, sendo que, dessa forma a impossibilidade do acesso europeu a essas

rotas e recursos, força a União Europeia à busca pela constituição de outras vias e fornecedores, que não seja de origem iraniana.

Apesar de ter sido empurrado pelas sanções norte-americanas para longe do mercado de energia europeu, o Irã esteve longe de ter sido prejudicado. Pelo contrário. Enquanto a Europa busca uma diversificação energética que não dependa dos ricos recursos iranianos, as potências orientais emergentes como China e Índia, consumidores vorazes de energia, fecham acordos com o Irã para o suprimento de suas demandas energéticas internas. Moscou, também, busca se aproximar de Teerã através de cooperação no setor de energia e nuclear (ESCOBAR, 2009, p.74-75). Dessa forma, o Irã, como reflexo da política americana, tem reorientado sua política energética, redirecionando para leste os recursos que poderiam suprir a União Europeia e assegurar uma diversificação de suas fontes perante a Rússia.

Essa mudança na política iraniana visa uma maior integração da geopolítica energética do Irã para o Golfo Pérsico, com a geopolítica energética de outros grandes *players*, como: China, Rússia e Índia. De forma a criar uma única estratégia energética para a Eurásia, com vista a consolidar o controle dos recursos de energia do continente nas mãos dos Estados da região, impedindo seu controle e acesso direto por potências externas como a União Europeia e os Estados Unidos (ESCOBAR, 2009).

Logo, mesmo que as relações entre ocidente e Irã sejam reestabelecidas, talvez seja tarde demais para que haja novamente uma mudança no fluxo das exportações iranianas. O que seria um duro golpe nas expectativas europeias quanto a sua estratégia energética, visto que, tanto o Irã quanto a UE sabem que o caminho mais viável para a o fortalecimento da segurança energética europeia passa pelo acesso as *pipelines* e campos de produção iranianos, bem como da utilização do território iraniano como estado de transito para o transporte dos recursos de hidrocarbonetos do Mar Cáspio e Ásia Central, sem que haja a dependência da utilização de qualquer gasoduto ou oleoduto sobre controle russo.

2.4.1.3 Considerações sobre a geopolítica das *pipelines* no contexto da segurança energética da União Europeia

Em relação à Federação Russa nota-se que a dependência europeia por

energia proveniente das rotas e reservas controladas por este país, permite que esta se utilize dessas vias como instrumento geopolítico para atingir seus objetivos e para a expansão de seu poder, mostrando-se uma ferramenta eficaz para barganhas econômicas e políticas sobre os estados europeus e seus aliados ocidentais, até mesmo quando esta envolve o cancelamento da expansão de parte de sua rede de transporte sobre a Europa.

Sendo assim, as *pipelines* fazem parte da geoestratégia da Rússia que, visa tornar a Europa cada vez mais dependente do petróleo e gás natural russo. Sendo que, estas vias servem como tática da estratégia do Kremlin para manter presa a demanda europeia por recursos “consolidando seu controle da estratégica infraestrutura energética, sobretudo gasodutos, em toda a Europa e Eurásia” (COHEN, 2007, p.4, tradução nossa).

Quanto ao Oriente Médio, conclui-se que enquanto as relações entre os Estados Unidos e Irã não forem normatizadas, a Europa deixará de ter acesso a uma das principais fontes de hidrocarbonetos do mundo, que poderia levar ao fortalecimento da segurança energética europeia. Da mesma forma, sem que haja o fim das tensões entre esses dois países, não será possível estabelecer uma rota de transporte geopoliticamente segura entre Golfo Pérsico e Ocidente.

Dessa forma, para a União Europeia, procurar o desenvolvimento de todas as potenciais fontes de petróleo e gás natural, e as formas para o seu fornecimento ao mercado europeu, principalmente daquelas consideradas como alternativas se tornou questão de particular importância, visto que as formas de distribuição atuais possuem implicações geopolíticas consideráveis quanto à segurança energética europeia e conseqüentemente na disputa pela hegemonia no continente Eurasiático (ver anexos D e E).

2.5 A ALTERNATIVA EUROPEIA

Como visto, dependência e segurança energética estão relacionadas e devem ser analisadas não apenas em um grau que envolve as questões relacionadas a quantidade dos fluxos envolvidos nas trocas comerciais, mas também nos padrões de amizade e inimizade entre os diferentes países que compõe o

mercado de energia mundial (PALONKORPI, 2007).

Analisado o cenário de dependência de energia da União Europeia, pode-se concluir que a relação de dependência entre UE e Rússia, bem como, em menor escala entre Europa e alguns países do Oriente Médio, podem ser classificadas como negativas, pois se estabelecem como ferramenta política nas disputas entre os estados. Nesse contexto, podemos entender que, para a União Europeia, o que realmente importa quanto a sua segurança energética não é o fato da existência de uma dependência por importações de recursos energéticos, mas sim, em relação a quem essa dependência esta estabelecida.

A dependência das importações não é necessariamente um fator negativo, nem do ponto de vista econômico, desde que as fontes sejam diversificadas, nenhum fornecedor seja dominante e possamos produzir bens e serviços em número suficiente para podermos pagar. [...] Não podemos alterar a proveniência do petróleo, mas podemos fazer algo ao nível da procura, em particular no setor dos transportes. (Parlamento Europeu, 2001).

Dessa forma, as autoridades representantes do bloco europeu reconhecem que a segurança energética europeia só pode ser alcançada através de uma dependência positiva entre os diversos estados que compõem a relação demanda e procura, sendo que, a formula para que essa dependência seja estabelecida passa pela diversificação dos fornecedores de recursos e pela constituição de novas vias de transporte.

No que se refere a diversificação das rotas e fontes de petróleo e gás natural, vemos uma notada busca da União Europeia pelo estabelecimento de vias e fornecedores que estejam fora do controle russo. Sobre esse movimento, Papava e Tokmazishvili (2010, p.104, tradução nossa) destacam que:

[...] É importante notar que todos os recursos de energia localizados fora do território russo, e que, em princípio, poderiam ser fornecidos para o Ocidente, foram modificados por adjetivos como "alternativo". Este tipo de linguagem, consciente ou inconscientemente, apresenta uma reflexão do confronto entre a Rússia e o resto do mundo em questões relacionadas à energia. Esta mesma controvérsia se tornou um ponto de partida para o surgimento do "confronto de pipelines" [...] entre diferentes países da UE e da Rússia e até mesmo entre os diferentes países da própria EU [...].

Na fala acima podemos analisar três pontos principais quanto à questão da diversificação de fornecedores e rotas de transportes para a UE.

O primeiro ponto, já discutido, trata da existência de um embate no plano

político e econômico entre Rússia e Ocidente (EUA e UE) quanto as questões relacionadas a energia. “Do ponto de vista americano, a crescente dependência europeia em matéria de energia e de infraestrutura pertencente à Rússia é uma tendência geopolítica negativa” (COHEN, 2007, p.12, tradução nossa).

O segundo ponto, reflexo desse embate, é a resposta da União Europeia e de Washington à política energética russa. Ela faz referência à busca da UE por novos fornecedores e reservas de hidrocarbonetos que não estejam localizadas em território russo e que estejam fora do controle desse país. Essas reservas, dentro desse contexto, assumem a alcunha de 'alternativas', reforçando ainda mais o caráter geopolítico desse confronto por energia (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010).

Do ponto de vista da demanda por novos fornecedores, as reservas de petróleo e gás natural da Ásia Central e da região sul do Cáucaso, em especial aquelas localizadas entorno da região do Mar Cáspio, surgem como importantes fontes alternativas desses recursos, pois apesar de serem relativamente menores do que as reservas russas ou do que as dos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a região possui capacidade de satisfazer parte da demanda europeia por energia, agindo como uma forma de contrabalanço ao monopólio desses atores nessa questão (HEINRICH, 2014, p.13).

Importante é notar que, ambas as regiões, que no passado integraram a União Soviética, hoje são consideradas um vácuo de poder, para onde diversos *players* como Estados Unidos, Rússia, União Europeia, China, Irã e Turquia buscam expandir suas esferas de influência (BRZEZINSKI, 1997).

Trancados no coração da Eurásia, os Novos Estados independentes [ex-repúblicas soviéticas] enfrentam um dilema semelhante: como e para onde exportar sua riqueza em petróleo e gás, com o máximo de lucros. Os Estados Unidos, a China e a Rússia aparentemente compartilham preocupações semelhantes, e tornaram-se cada vez mais ativos em cortejar essas repúblicas. (CAMPANER; GUBAIDULLIN, 2009, pág.110, tradução nossa).

Logo, conquistar essas posições vantajosas no ‘grande tabuleiro de xadrez’, que é o continente Eurasiático, implicaria em dispor do controle de grandes quantidades de recursos energéticos, o que acarretaria em enormes reflexos não só na segurança energética europeia, mas também em profundas implicações geopolíticas no contexto do Novo Grande Jogo.

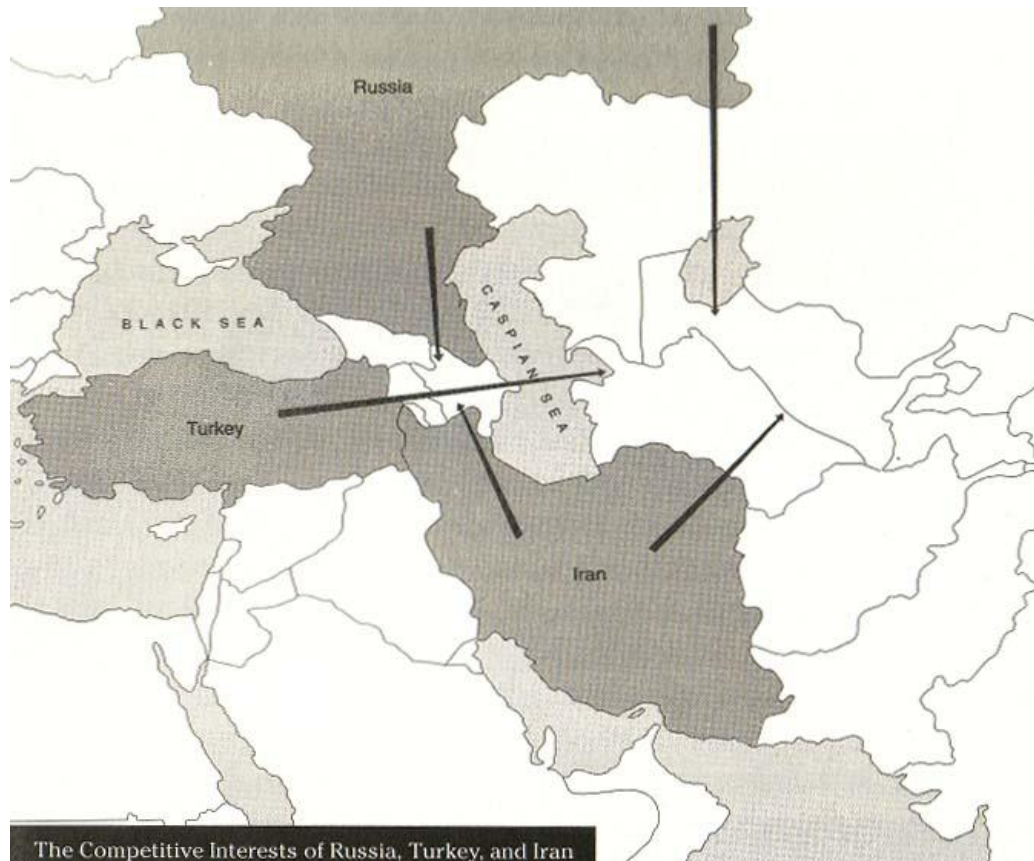


Figura 5 – Os interesses competitivos de Rússia, Turquia e Irã.
Brzezinski (1997)

Não é à toa que Escobar (2009, p.61, tradução nossa), ao analisar a importância geopolítica do Cáspio destaca o comentário feito por Dick Cheney, antigo CEO da Halliburton, empresa prestadora de serviços no ramo petrolífero

Eu não consigo pensar em um momento em que nós tivemos uma região emergindo tão rapidamente e se tornando tão importante estrategicamente como o Cáspio.

Da mesma forma que estas fontes localizadas na região do Cáucaso Sul, Mar Cáspio e Ásia Central recebem o título de alternativas, as rotas de transporte, ou *pipelines*, que escoam a produção dessas reservas, também recebem a mesma denominação, assumindo assim a mesma importância geopolítica dentro do contexto do abastecimento de recursos de hidrocarbonetos para a União Europeia (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010).

Destaca-se também, que assim como os países europeus, as recém-independentes repúblicas do Cáucaso e Ásia Central “buscam múltiplas opções de vias [pipelines] para distanciarem-se da Rússia e obterem acesso a diferentes

mercados e consumidores na Europa, EUA e Ásia” (XUENTANG, 2006, p.126, tradução nossa)¹¹.

Desse ponto de vista, as rotas consideradas como alternativas são aquelas que cruzam principalmente os territórios do Azerbaijão, Geórgia e Turquia, tais como o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan¹² (BTC), países cuja política externa possui boas relações com o ocidente, e que são a porta de acesso para os ricos campos de hidrocarbonetos do Cáspio.

Atualmente, essas rotas alternativas consistem primordialmente nos projetos de gasodutos que compõe a ideia daquilo que a Comissão Europeia (CE) denominou de Southern Gas Corridor (SGC), em português Corredor de Gás Meridional, uma iniciativa para o fornecimento de gás para os países que compõem a UE a partir de regiões produtoras no Mar Cáspio e Oriente Médio. O documento oficial em que o Southern Gas Corridor tem origens é representado pelo comunicado entregue em 2008 pela CE, chamado: 'Segunda Análise da Estratégica Energética – Um Plano de Ação de Solidariedade e Segurança Energética da UE'. Segundo Manfred Hafner (2014, tradução nossa).

O documento reconhece no Southern Gas Corridor uma das maiores prioridades da segurança energética da UE, destacando a necessidade de um trabalho conjunto entre a CE, os Estados-Membros da UE e dos países em questão (Azerbaijão, Turquemenistão, Iraque e os países do Magerreque¹³), com o objetivo de estabelecer rapidamente compromissos sólidos para o fornecimento de gás natural e, a construção dos gasodutos necessários para todas as fases do seu desenvolvimento. Uzbequistão e Irã também foram mencionados no comunicado como potenciais parceiros, ainda que somente em um cenário de longo prazo.

Conforme a ideia original da Comissão Europeia, os possíveis parceiros

11 Citando: AMINEH, M. P. Globalization, Geopolitics and Energy Security in Central Eurasia and the Caspian Region. 2003. p. 195.

12 Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) – Corre paralelamente ao gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), transportando petróleo do campo Azeri-Chirag-Guneshli no Mar Cáspio ao porto de Ceyhan no sudeste da Turquia. A possibilidade deste oleoduto transportar petróleo do campo petrolífero de Kashagan no Cazaquistão e de outros campos de petróleo na Ásia Central através da construção de um oleoduto que cruzasse o leito do Mar Cáspio, sofreu enorme oposição de países como Rússia e Irã, o que levou o Cazaquistão a optar pelo transporte desses recursos via navios petroleiros.

13 O Magerreque (*Al-Mašriq* em árabe, *Mashriq* em inglês, *Machrek* em francês), é um termo árabe que significa "levante" e designa a parte oriental do Mundo Árabe, complementar a Magreb ou "poente". Fazem parte do Magerreque todos os países árabes situados a leste da [Líbia](#), tradicionalmente considerada como território de transição, embora modernamente se inclua dentro do Magrebe e seja membro da União do Magrebe Árabe. Fonte: Wikipedia.org

fornecedores de gás para os dutos do Southern Gas Corridor envolveriam países como o Azerbaijão, Turquia, Geórgia, Turcomenistão, Cazaquistão, Iraque, Egito, Uzbequistão, alguns países do norte da África e o Irã, caso as sanções impostas pelos americanos a este país sejam revogadas. Como veremos adiante, apenas o Azerbaijão provou-se um fornecedor viável de gás natural para o projeto europeu, através do desenvolvimento e exploração da segunda fase das enormes reservas de gás natural offshore do campo Shah Deniz, localizado no setor azeri do Mar Cáspio.

Inicialmente diversos projetos de gasodutos foram propostos para integrar o projeto da CE, todos com o objetivo em comum de oferecer alternativas as atuais rotas de distribuição de recursos energéticos da região do Cáucaso, Cáspio e Ásia Central para Europa, sem que houvesse a necessidade da utilização de vias que cruzassem o território russo. Dentro da ideia do Southern Gas Corridor, alguns dos principais projetos propostos foram: o Nabucco West, o Trans Anatolian Natural Gas Pipeline (TANAP), o Trans Adriatic Pipeline (TAP), o White Stream e o Interconnector Turkey–Greece–Italy (ITGI).

- **Trans Anatolian Natural Gas Pipeline (TANAP)** – É um projeto de importância estratégica para o Azerbaijão e Turquia, que transportará gás da segunda fase de desenvolvimento do gigantesco campo de gás natural de Shah Deniz no Azerbaijão, para a fronteira turca com a Europa, através de uma ligação com o South Caucasus Pipeline¹⁴ (SCP), na fronteira entre Turquia e Geórgia. No que diz respeito às suas características técnicas, Com 56 polegadas de diâmetro, ele é o segundo maior oleoduto no mundo. Sua capacidade anual será de 31 bilhões de metros cúbicos (bmc), expansível para 60 bmc (AKHUNDZADA, 2015). Os acordos firmados entre o governo azeri e turco para a construção dessa rota e sua incorporação ao Southern Gas Corridor, tiveram grande impacto sobre o projeto Nabucco, obrigando-o a ser remodelado para se adequar a escolha do SGC, visto que, o primeiro

14 South Caucasus Pipeline – Também conhecida como gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), é uma *pipeline* em operação, que transporta gás natural do campo de Shah Deniz no setor de exploração offshore do Azerbaijão no Mar Cáspio para a Turquia. O comprimento do gasoduto SCP é 691 km, com 443 km no Azerbaijão e 248 quilômetros na Geórgia. Ele começa no terminal de Sangachal no Azerbaijão e, termina na fronteira entre Geórgia e Turquia. Como parte do projeto Shah Deniz II, o SCP será expandido. A expansão implicará no estabelecimento de um novo gasoduto através do Azerbaijão e, na construção de duas novas estações de compressão na Geórgia. Isto triplicará o volume de gás transportado através do gasoduto, atingindo mais de 20 bilhões de metros cúbicos por ano. (AKHUNDZADA, 2015)

projeto do gasoduto Nabucco visava justamente utilizar as reservas do campo de Shah Deniz II para o abastecimento da Europa através do acesso direto a elas, de forma que, a escolha pelo TANAP impossibilitou tal realização.

- **Nabucco West** – Inicialmente apenas gasoduto Nabucco, este era um projeto apoiado pelos Estados Unidos e pela alta cúpula da UE, que visava ligar as reservas de hidrocarbonetos do Irã, e dos países do Cáucaso e da Ásia Central aos países da Europa Central através de uma rota que cruzaria o território da Turquia. Oferecendo uma alternativa ao gás proveniente da Rússia. Porém, com a impossibilidade do acesso as reservas iranianas devido as sanções impostas pelos próprios americanos e com a escolha do Trans Anatolian Natural Gas Pipeline para compor uma das rotas de distribuição de gás para a Europa através do Southern Gas Corridor, o projeto foi remodelado passando a ser denominado Nabucco West. Tendo sido redesenhado para percorrer uma rota menor, transportando gás azeri da fase II de extração do campo Shah Deniz através da ligação com o TANAP. Apesar da mudança, durante o ano de 2013, o projeto Nabucco West, sofreu outro revés ao ser preterido como rota de transporte para o gás azeri de Shah Deniz II em favor do Trans Adriatic Pipeline.
- **Trans Adriatic Pipeline (TAP)** – É um projeto de gasoduto para o transporte de gás natural da segunda fase de desenvolvimento do campo de gás natural Shah Deniz para a UE, através de uma interconexão com o projeto TANAP na fronteira turco-grega. A rota proposta através dos territórios da Grécia, Albânia e do leito do Mar Adriático, em direção à Itália e Europa Ocidental, mostrava-se mais economicamente viável do que a rota proposta pelo projeto Nabucco West, o que possuiu grande peso na decisão da escolha do projeto em detrimento do Nabucco West para compor a outra via de distribuição do Southern Gas Corridor. Sobre suas características técnicas, a capacidade do projeto será de 20 bmc/a, sendo que, assim como o TANAP, a capacidade desta *pipeline* é expansível (AKHUNDZADA, 2015).
- **Interconnector Turkey–Greece–Italy (ITGI)** - É um projeto de transporte de gás natural para a UE, proposto no âmbito do Southern Gas Corridor. Tem

como o objetivo transportar gás da segunda fase de exploração e desenvolvimento do campo de Shah Deniz no setor azeri do Mar Cáspio para o mercado italiano, através de uma rota que cruza os territórios da Turquia e da Grécia. O ramo do gasoduto que interliga a Turquia ao território grego foi concluído em 2007, porém o futuro do projeto do trecho que liga a Grécia a Itália não é claro devido a escolha do consórcio que opera Shah Deniz para que o TAP integrasse o projeto do SGC. Especula-se que o projeto possa ser utilizado para transportar gás dos campos russos através de uma interligação com o Turkish Stream na fronteira turco-grega;

- **White Stream** – Conhecido também como Georgia-Ukraine-EU Gas Pipeline é um projeto de gasoduto proposto para o transporte do gás azeri extraído no Mar Cáspio, através do leito do Mar Negro em direção aos países localizados no leste-europeu, tais como a Romênia e Ucrânia, com possibilidade de expansão para a Europa Central. O projeto foi proposto pelo Azerbaijão e pela UE no contexto da continua monopolização turca das rotas de distribuição de gás e petróleo em direção a Europa, e integra a lista de projetos de comum interesse da UE e Azerbaijão, no que se refere à realização do Southern Gas Corridor.

É importante notar que, a escolha do TANAP e do TAP, junto à utilização do SCP para compor o Southern Gas Corridor, não significa o fim dos outros projetos, apenas o adiamento do estabelecimento destes, enquanto outras fontes de origem não-Shah Deniz não se tornam acessíveis ao mercado europeu.

Apesar da grande importância estratégica que o projeto Southern Gas Corridor possui quanto a possibilidade de fortalecer a segurança energética europeia promovendo o acesso as reservas da região do Cáspio e Ásia Central, é necessário entender que o volume de recursos transportados através dessas rotas alternativas, não possui capacidade para substituir totalmente as importações proveniente dos principais fornecedores europeus, a saber, principalmente da Rússia. Como destacado por Claude Mandi¹⁵, ex-chefe da U.S International Energy Agency (IEA): "Há muito petróleo e gás na Ásia Central, mas ainda menos do que na Rússia ou no Irã." Prova disso é que o volume de petróleo e gás natural transportado da região do

15 In: ESCOBAR (2009, p.85, tradução nossa).

Cáspio para a União Europeia, não chega a perfazer respectivamente 10% e 2% do volume de petróleo e gás natural importados dos campos de hidrocarbonetos russos.

Apesar desse fato, essas fontes e rotas alternativas mantêm-se com destacado papel na questão da segurança energética europeia e consequentemente como peças importantes dentro do Novo Grande Jogo, pois ao surgirem como alternativas viáveis para a obtenção de recursos energéticos que não estejam sobre controle russo ou sobre o risco da volátil estabilidade do Oriente Médio, criam-se condições para uma eventual diminuição da dependência de importações de petróleo e gás natural proveniente dessas duas regiões do globo, e consequentemente, condições para o fortalecimento da segurança energética da União Europeia através da diversificação de rotas e fornecedores, impactando diretamente no cenário geopolítico mundial, principalmente no que tange a política russa e americana para o estabelecimento de uma nova ordem de poder dentro da Eurásia.

Neste cenário, a Rússia, como visto anteriormente, visando seu objetivo de se estabelecer novamente como grande potência mundial e de recuperar o controle das suas antigas áreas de influência, passou a contra-atacar o desenvolvimento desses projetos através da criação de 'contraprojetos' para novas rotas, como no caso dos gasodutos South Stream, Nord Stream e agora do projeto Turkish Stream, que disputam a aceitação dos países europeus em relação às rotas alternativas propostas por Bruxelas e Washington. E também, através de pressão política e econômica, não apenas sobre os países da Europa, que buscam diversificar suas redes de distribuição de energia, mas também sobre os países detentores dos recursos energéticos alternativos, de forma a tentar atraí-los para sua esfera de influência, com o objetivo de impedir o acesso direto europeu as fontes alternativas de energia, procurando manter seu monopólio na distribuição de petróleo e gás natural no maior número de direções possíveis para a Europa, procurando estabelecer sua hegemonia novamente sobre os espaços que formavam a antiga União Soviética, como indica XUENTANG¹⁶ (2006, p 122, tradução nossa)

16 Citando: John Mitchell, Koji Morita, Norman Selley e Jonathan Stern, *The New Economy of Oil: Impacts on Business, Geopolitics and Society*, p. 185-186.

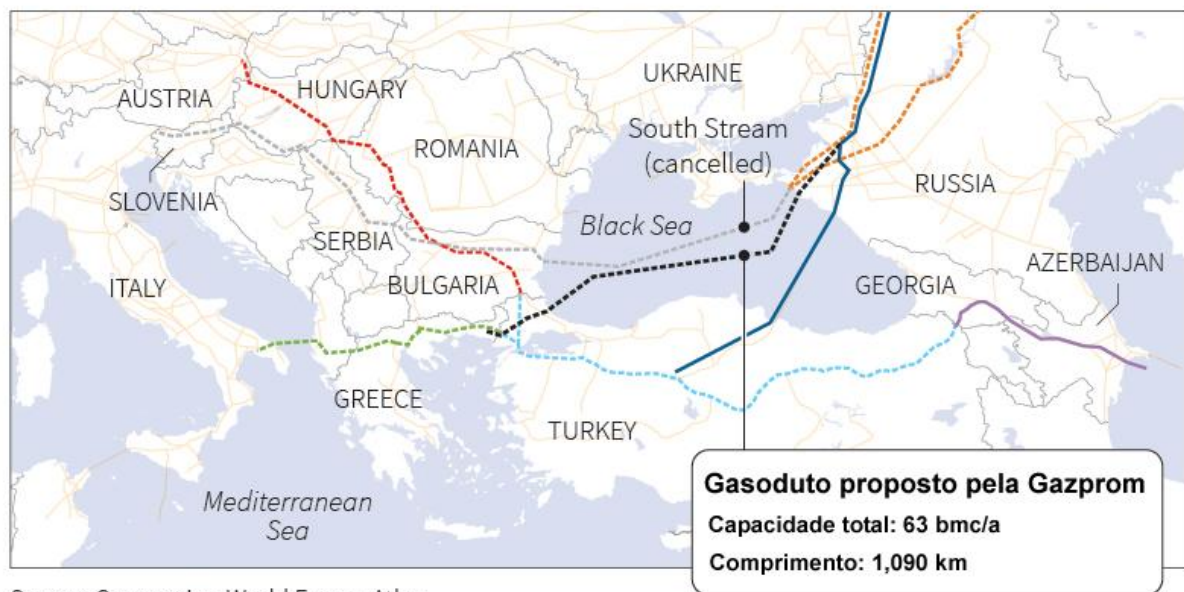
O interesse russo na região são ambos mais amplos e mais simples. No mínimo, a Rússia tem o interesse de prevenir que esses países recém-independentes caiam sob o domínio de qualquer outra potência regional, por exemplo, a Turquia e Irã, ou se tornem uma nova fronteira para a chamada hegemonia dos Estados Unidos. No máximo, a Rússia procurará uma influência dominante sobre os assuntos internos desses países, bem como sobre as políticas externas [...].

Dessa forma, podemos dizer que a 'Guerra Fria das Pipelines' é apenas um "reflexo da contradição entre o desejo da Rússia de ter influência sobre os antigos territórios soviéticos e o desejo da UE de ter mais petróleo e gás proveniente desses países" (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, tradução nossa).

Gasodutos para a Europa

Projetos de gasodutos planejados

— Existing - - - Nabucco West - - - Trans Anatolian - - - South Caucasus Expansion
 - - - To be built - - - Trans Adriatic - - - Blue Stream



Source: Companies, World Energy Atlas

Staff, C. Inton, 12/02/2015

REUTERS

Figura 6 – Gasodutos para a Europa.

*Destaque para os projetos de gasodutos planejados para integrarem o Southern Gas Corridor e, para os projetos russos dos gasodutos South Stream (cancelado) e Turkish Stream.

Adaptado de worldbulletin.net

O terceiro ponto é reflexo do primeiro e do segundo, ele diz respeito as discordâncias internas da União Europeia quanto as fontes e rotas escolhidas para o suprimento da demanda energética. Principalmente no que tange ao

estabelecimento das denominadas fontes alternativas.

Essa mesma polêmica leva alguns países da União Europeia a ignorar os interesses de outros países do próprio grupo e a desenvolver os seus próprios planos individuais para o transporte de gás natural da Rússia. (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, p.104, tradução nossa).

Dessa forma, segundo os autores, percebe-se a inexistência de um consenso entre os países da União Europeia sobre a direção que o bloco deve tomar quanto a origem e as rotas de suas importações de hidrocarbonetos. Isso ocorre por existirem diversos tipos de interesses e orientações políticas e econômicas dentro do bloco e pelo fato da escolha da origem de uma rota de transporte de energia em detrimento de outra influir diretamente nesses interesses, como destaca Josan (2013, p.80, tradução nossa)

A competição entre Nabucco e South Stream também afetou o equilíbrio das políticas energéticas nacionais do Estado-Membro da UE, dado o fato de que a Corrente Sul tem como parceiras as grandes potências da UE como – Alemanha, França, Itália – Enquanto o Nabucco está sendo apoiado por estados menores, como Ucrânia, Bulgária, Romênia e Áustria. Na ausência de uma política energética comum da UE, a competição entre os dois grupos de países coloca a Rússia em uma posição melhor. (JOSAN, 2013, p.80, tradução nossa).

Logo, a existência dessas desavenças demonstra mais uma vez que a política energética russa em relação à União Europeia alcança parte de seus objetivos ao desfragmentar a união política do bloco econômico no que se refere a questão da segurança energética europeia, colocando assim a Rússia em uma melhor condição de estabelecer suas manobras políticas perante estes estados, bloqueando qualquer tentativas europeia, de construir vias de transporte para o petróleo e gás do Cáspio e da Ásia Central, que não envolvem a Rússia (KUSKU, 2010, p.150). Foi essa condição de desavenças internas, que permitiu a Rússia o cancelamento do projeto South Stream, manobra política e econômica que levou a um aumento nas rivalidades internas do bloco, com diversos governos e especialistas europeus acusando Bruxelas de sacrificar os interesses de muitos membros da UE, em favor dos interesses políticos americanos na região.

2.5.1 Considerações sobre a alternativa europeia

O atual conturbado cenário econômico e político europeu aumentam as incertezas sobre a segurança energética europeia, o que faz com que as disputas internas ao bloco se acirrem cada vez mais, beneficiando a tática russa de ‘dividir e conquistar’, uma vez que

Moscou prefere lidar com os estados-membros da UE separadamente, em vez de como um grupo para que a Rússia possa promover a discriminação de preço entre os seus clientes, cobrando de cada país, o mais próximo de seu potencial de pagamento possível. (COHEN, 2007, p.3, tradução nossa).

Dessa forma, a Rússia encontra maior facilidade na utilização de suas fontes e rotas de distribuição como ferramenta de negociação e expansão do seu poder sobre os países que compõem o bloco europeu quando trata individualmente com cada um deles, no que se refere aos assuntos relacionados ao fornecimento de recursos energéticos, principalmente no que concerne ao gás natural.

Segundo Ariel Cohen, os governos europeus são parcialmente responsáveis pela situação incomoda em que os países da UE se encontram perante a Rússia.

Europa, liderada pela Alemanha e pelo Reino Unido, fez uma escolha consciente de contar com o gás como sua nova principal fonte de energia em um tempo em que o abastecimento interno está em declínio. Europa tem incentivado a construção de usinas a gás, alimentando a demanda por mais gás. (COHEN, 2007, p.10, tradução nossa).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, as consequências diretas advindas da dependência da UE pelo gás russo devem ser

Em primeiro lugar, a Europa deve esperar preços mais elevados nas próximas décadas, especialmente porque sua oferta está se tornando concentrada nas mãos dos russos. [...] Em segundo lugar, a Europa deve esperar aumento nas interrupções de seu abastecimento de energia. [...] No futuro, por causa da produção insuficiente, a Rússia pode ser incapaz de satisfazer a demanda crescente da Europa por gás. (COHEN, 2007, p.11, tradução nossa).

Após os acontecimentos que culminaram com a anexação da Crimeia pela Rússia, a Comissão Europeia, em 28 de Maio de 2014 resolveu propor uma nova Estratégia de Segurança Energética para a UE. Dentre as cinco áreas chaves, nas

quais a Comissão propôs ações, se encontram as questões da diversificação dos fornecedores, com destaque para o objetivo de diminuir a dependência perante a Rússia, e a necessidade de que todos os membros do bloco ‘falem como uma só voz’ em relação à política energética externa (MAKHATADZE, 2014, tradução nossa).

Isto mostra que, apesar das desavenças internas e da descrença por parte de muitos analistas de que projetos alternativos no atual cenário político mundial, como o Nabucco e o Southern Gas Corridor, poderão mudar o cenário energético europeu, a receita oficial seguida por Bruxelas continuará a ser aquela apresentada no segundo ponto, a da ideia da necessidade de fortalecer a segurança energética do bloco através da diversificação das rotas e fontes de importação de recursos energéticos, sendo que as regiões dos Cáucaso, Mar Cáspio e Ásia Central representam a origem dessa diversificação, sendo a alternativa escolhida pela União Europeia para contrabalancear a dependência das importações da Rússia e do Oriente Médio. Dessa forma, nas últimas décadas, os países localizados nessas regiões passaram do status de coadjuvantes para áreas pivôs, não só em sua relação com a política energética europeia, mas também em sua relação com a disputa pela hegemonia do poder no continente Eurasiático. Sendo assim, é nesse contexto de disputa por energia e hegemonia que o objeto deste estudo se encaixa.

CAPÍTULO 3 – O AZERBAIJÃO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS DERIVADOS DE HIDROCARBONETOS PARA A UNIÃO EUROPEIA

3.1 AZERBAIJÃO

Odlar Yurdu, a ‘Terra do Fogo’. É assim que, desde os tempos antigos o Azerbaijão é conhecido por possuir no subsolo do seu território imensas jazidas de petróleo e gás natural.

As exportações desses recursos representam hoje a maior fonte de receitas da economia azeri, sendo extremamente importantes para o desenvolvimento econômico e social do país, e também para a de outras nações, que dependem diretamente do petróleo e do gás natural proveniente dessa região dos Cáucaso para o suprimento de suas demandas energéticas.

A localização privilegiada do seu território na bacia do Mar Cáspio, no contato entre Ásia (leste) e Europa (oeste), e entre Rússia (norte) e Irã (sul), torna o Azerbaijão, em além de um dos principais países produtores de recursos de hidrocarbonetos da região, também em um importante pivô na distribuição de petróleo e gás natural através de rotas alternativas para a Europa, em especial para os países da União Europeia.



Figura 7 – Mapa do território do Azerbaijão.
CIA Factbook.

Apesar de tradicionalmente ter uma sólida base na produção de petróleo, nos últimos anos o papel do Azerbaijão como fornecedor de gás natural para a UE tem crescido consideravelmente com a implantação e desenvolvimento da infraestrutura necessária para transformar o país em uma importante peça na estratégia de diversificação dos fornecedores de gás natural para os países europeus, assim como, tem orientado nas últimas décadas a política externa azeri em relação ao ocidente. Como indica NURIYEV (2007, p.12, tradução nossa) “O desenvolvimento dos gasodutos têm ajudado a reforçar a percepção do Azerbaijão como um parceiro confiável [em termos] de energia e reforçou a sua cooperação econômica com as democracias ocidentais”.

3.2 PANORAMA ATUAL DO SETOR DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS DERIVADOS DE HIDROCARBONETOS NO AZERBAIJÃO: PETRÓLEO E GÁS NATURAL

3.2.1 Petróleo

3.2.1.1 Organização do setor

A indústria de exploração de petróleo no Azerbaijão é regulamentada pelo Ministério da Indústria e Energia, criado em Abril de 2001. O ministério formula a política estatal de energia e regula a State Oil Company of Azerbaijan Republic (SOCAR), em português Companhia Petrolífera Estatal da República do Azerbaijão. Além disso, este ministério tem a tarefa de atrair o investimento estrangeiro ao país, fixar tarifas e realizar negociações sobre oleodutos e acordos de partilha de produção.

Um dos principais atores do setor petrolífero do país é a Companhia Petrolífera Estatal da República do Azerbaijão, fundada no ano de 1992 através da fusão de duas empresas estatais Azerineft State Concern e Azerneftkimiya Production Association. Apesar de sua produção corresponder a apenas 20% do total da produção de petróleo no Azerbaijão, ela é a representante oficial e principal órgão de exploração e produção de petróleo e gás natural no país, operando as

duas refinarias e o sistema de oleodutos existentes, gerindo as importações e exportações dos recursos de hidrocarbonetos, e participando de todos os consórcios internacionais de exploração dos campos de petróleo localizados no território do Azerbaijão. O restante da produção de hidrocarbonetos, cerca de 80% do total, provém da exploração dos campos Azeri-Chirag-Guneshli (ACG), operados por um consórcio internacional chamado Azerbaijan International Operating Company (AIOC), e do campo Shah Deniz, explorado pelo Shah Deniz Joint Venture (U.S. Energy Information Administration, 2014).

O Azerbaijan International Operating Company é um consórcio de dez empresas petrolíferas que assinaram contratos de extração e investimento no setor petrolífero do Azerbaijão durante o processo de implantação do denominado Contrato do Século. Este consórcio é operado pela BP em nome do AIOC, tendo sido formado em fevereiro de 1995, após a ratificação do acordo de partilha de produção, compondo originalmente onze empresas: BP, Amoco, Unocal, Lukoil, Statoil, Exxon, TPAO, Pennzoil, McDermott, Ramco e Delta Nimir. Representando seis países: Reino Unido, EUA, Rússia, Noruega, Turquia e Arábia Saudita. Hoje o consórcio é formado por BP, SOCAR, Chevron, INPEX, Statoil, ExxonMobil, TPAO, ITOCHU e ONGC. Sendo que, a BP é o maior investidor estrangeiro, estando envolvido no setor de exploração de petróleo no Azerbaijão desde 1992.

A Socar Trading, subsidiária da SOCAR com sede em Genebra na Suíça, é a principal responsável pela comercialização do petróleo do Azerbaijão. Porém, pelo fato de ser uma dos principais acionistas nos projetos de exploração dos campos petrolíferos do Azerbaijão, a BP também corresponde a um importante comerciante de petróleo proveniente deste país.

Para gerenciar os lucros advindos das atividades relacionadas ao setor de exploração de petróleo e gás, o governo do Azerbaijão criou em 1999 o State Oil Fund of Azerbaijan (SOFAZ), em português “Fundo Estatal de Petróleo da República do Azerbaijão”, com o objetivo de gerir de forma eficiente os rendimentos provenientes do petróleo e gás azeri, bem como para gerenciar os investimentos dessas receitas no desenvolvimento de projetos considerados socioeconomicamente importantes para a população do país (HEYDAR ALIYEV FOUNDATION, 2010).

3.2.1.2 Reservas, Produção e Exportações

Segundo o Oil & Gas Journal, até o ano de 2014, as reservas de petróleo comprovadas, localizadas no território do Azerbaijão, eram estimadas em aproximadamente sete bilhões de barris. Sendo que, grandes partes dessas reservas encontram-se localizadas no setor azeri do Mar Cáspio, particularmente no campo Azeri-Chirag-Guneshil, responsável por conter aproximadamente cinco bilhões de barris segundo estimativas, o que corresponderia a cerca de 70% das reservas comprovadas de petróleo do país.

Nas últimas décadas a produção petrolífera azeri passou de 351.000 barris diários (bbl/d), para mais de 1.000.000 bbl/d, durante o ano de 2010. A partir desta data, os dados indicam que a produção azeri de petróleo apresentou um decréscimo, por conta de problemas inesperados no setor de produção de seu maior campo, o ACG.

No ano de 2013, o Azerbaijão produziu aproximadamente 881.000 bbl/d de petróleo, consumindo ao mesmo tempo, apenas 85.000 bbl/d do total produzido. O saldo advindo entre produção e consumo, permite ao Azerbaijão exportar grande parte de sua produção, o que correspondeu a aproximadamente 738 mil bbl/d de petróleo bruto em 2013, segundo o Comitê Nacional de Estatísticas do Azerbaijão.

As exportações de petróleo são realizadas através de três oleodutos principais: Baku-Novorossiysk, Baku-Supsa e Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC). Sendo que cerca de 80% do petróleo produzido no país é exportado através do oleoduto BTC, tornando-o a principal via de exportação de petróleo do país. Este oleoduto liga o terminal Sangachal perto de Baku, ao porto mediterrâneo de Ceyhan, cortando os territórios de Azerbaijão, Geórgia e Turquia, sendo a produção enviada por meio de navios para os mercados globais através desse porto. A maior parte do petróleo transportado através do BTC é originária do campo ACG, mas este também recebe pequenos volumes do campo de Shah Deniz e de petróleo proveniente do Cazaquistão, transportados via navio através do Mar Cáspio (U.S. Energy Information Administration, 2014).

3.2.2 Gás Natural

3.2.2.1 Organização do setor

Azerigaz e Azneft são duas subsidiárias da SOCAR responsáveis pelo processamento de gás natural, transporte, distribuição e armazenamento, no mercado interno do Azerbaijão. Sendo que, a subsidiária Azerigaz além de abastecer o mercado interno, também é responsável pelo transporte de gás para Irã, Geórgia e Rússia.

A AIOC, consórcio de empresas internacionais, também está presente no desenvolvimento do setor de produção de gás natural, através da exploração das reservas encontradas nos campos Azeri-Chirag-Guneshli. Outro consórcio de grande importância para o desenvolvimento da exploração de gás natural no Azerbaijão é o Shah Deniz Joint Venture, operado pela BP, maior acionista do consórcio, com uma quota de 35,8%. Outras empresas que fazem parte da operação de desenvolvimento do campo Shah Deniz são: SOCAR, Statoil, Total, LUKoil, Naftiran e TPAO (U.S. Energy Information Administration, 2014)..

3.2.2.2 Reservas, Produção e Exportações

Apesar de historicamente o Azerbaijão estar ligado a produção de petróleo, sua importância como produtor e exportador de gás natural cresce anualmente. De acordo com o Oil & Gas Journal, as reservas comprovadas de gás natural do Azerbaijão são estimadas em cerca de 35 trilhões de pés cúbicos (Tcf)¹⁷. A maior parte dessas reservas está localizada nos campos offshore de Shah Deniz e de ACG (U.S. Energy Information Administration, 2014)..

O campo de Shah Deniz, descoberto em 1999, é um dos maiores campos de gás natural do mundo. O início da produção de gás natural neste campo em 2006, permitiu ao Azerbaijão tornar-se exportador de gás, enquanto que o desenvolvimento dos campos ACG permitiu a distribuição de gás para uso doméstico através do

¹⁷ Um pé cúbico é uma medida não métrica de volume Imperial (norte-americano) usada no Reino Unido e nos EUA. É definido como o volume de um cubo com lados de um pé de comprimento. Em termos métricos o pé cúbico é um cubo com lados de 0,3048 metros de comprimento. Um pé cúbico equivale aproximadamente a 0,02831685 metros cúbicos, ou a 28,3169 litros.

sistema Azerigaz. A recentemente descoberta das reservas de Absheron e Umid acrescentaram as estimativas das reservas de gás natural em mais 15 Tcf. Porém, estas ainda não são consideradas como reservas de gás natural pelo governo do Azerbaijão, por ainda não estar claro quanto desse gás é tecnicamente viável para extração.

Atualmente, a maior parte das exportações de gás natural do Azerbaijão é destinada para Geórgia e Turquia via South Caucasus Pipeline, gasoduto em operação desde 2006, construído pela South Caucasus Pipeline Company (SCPC), *joint venture* entre sete empresas internacionais comandadas pela BP e pela Statoil. O aumento do volume de gás natural, advindo do desenvolvimento da segunda fase de exploração do campo Shah Deniz, possibilitará a expansão das exportações em direção a União Europeia, uma vez que, a infraestrutura necessária para o transporte seja concluída. (U.S. Energy Information Administration, 2014).

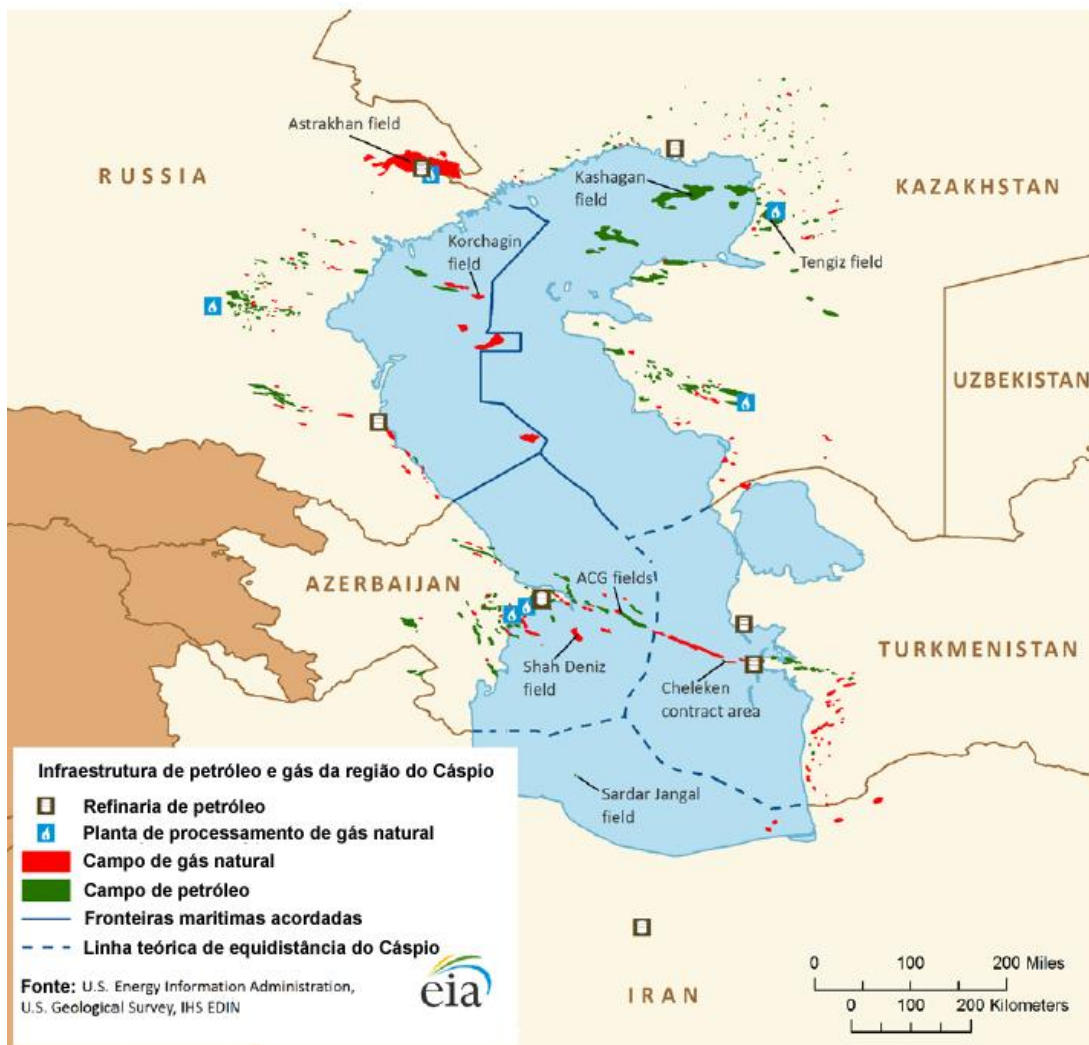


Figura 8 – Infraestrutura de petróleo e gás natural do Cáspio.
Adaptado de U.S Energy Information Administration.

3.3 ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA DO AZERBAIJÃO NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE HIDROCARBONETOS PARA O CONTINENTE EUROPEU E UNIÃO EUROPEIA, AO LONGO DO PERÍODO 1847 – 2015.

Geograficamente o Azerbaijão está localizado no que BRZEZINSKI (1997) denomina de 'Buraco Negro' de poder. Uma região anárquica sujeita a conflitos étnicos e rivalidades entre os diversos estados que compõe a região, sobre os quais as grandes potências regionais e internacionais direcionam suas políticas na tentativa de promover a expansão de suas esferas de influência sobre esses países, de forma a obter o controle do acesso as enormes reservas de recursos energéticos localizados no subsolo do Mar Cáspio e Ásia Central.

Neste cenário conhecido como o Novo Grande Jogo, o Azerbaijão assume um papel de pivô ao servir aos países ocidentais como rota de acesso aos recursos da região, através de uma política externa balanceada que, tem como principal diretriz assegurar a sua independência política perante a Rússia e, o desenvolvimento da economia do país, através da utilização dos lucros advindos das exportações de petróleo e gás natural para os países que compõe a UE, na qual o governo de Baku acredita ser a chave para a manutenção de sua soberania através do estabelecimento de uma estreita cooperação mútua, baseada na troca destes recursos energéticos com os países ocidentais. Como destacado por Cohen (1996, tradução nossa)

As reservas de petróleo e gás do Cáucaso e da Ásia Central são vitais para os interesses geoestratégicos e econômicos ocidentais no século 21. Elas têm potencial para assegurar a prosperidade e, o crescimento econômico, reforçado por baixos preços do petróleo. Além disso, esses recursos são fundamentais para garantir receitas e, com eles, a soberania dos Novos Estados Independentes. Além disso, a riqueza trazida pelo petróleo pode abastecer tanto o desenvolvimento econômico e democrático no Cáucaso e na Ásia Central, promovendo a independência e, a liberdade dos países, que servem por sua vez como um obstáculo a potencial expansão imperial russa.

A busca da UE pela diversificação de seus fornecedores de recursos energéticos e, a percebida necessidade azeri de utilizar suas reservas de energia para manter sua independência e integridade territorial perante a Rússia, levaram ambos os atores a um nível de cooperação mútua que, têm orientado ao longo das últimas décadas a política de energia externa do Azerbaijão, com reflexos

importantes na geopolítica da distribuição de recursos de hidrocarbonetos para o continente europeu e, conseqüentemente com impactos no denominado Novo Grande Jogo.

O estudo mais aprofundado do papel do Azerbaijão no contexto geopolítico da distribuição de recursos de hidrocarbonetos para o continente europeu ao longo do século XIX e início do XX, pode levar a uma melhor compreensão da importância do papel desempenhado por este país na atual configuração da segurança energética da União Europeia. Bem como, a um melhor entendimento das consequências econômicas e políticas colhidas por ambos os atores, através do estabelecimento de uma dependência mútua baseada na troca de recursos energéticos. Visto que, nas últimas décadas “A segurança energética está ganhando destaque na agenda da União Europeia como observado anteriormente e é provável que oriente as relações da UE com o Azerbaijão nos próximos anos” (NURIEV, 2007, p.13, tradução nossa).

3.3.1 Primeira Fase: Desenvolvimento com base na exploração de petróleo

O desenvolvimento da economia azeri com base na exploração dos recursos energéticos encontrados em seu subsolo, pode ser dividido em duas grandes fases. A primeira fase, tem como base o desenvolvimento econômico do Azerbaijão através da exploração do petróleo e que, envolve o período que vai desde o final do século XIX, com o advento das primeiras explorações de petróleo em Baku através da produção mecanizada, correndo através do século XX, até chegar ao início do século XXI, quando o gás natural azeri vai rapidamente assumindo um papel estratégico em relação ao desenvolvimento econômico do país e, sobre a orientação de sua política externa em relação a seus vizinhos, dando início a uma nova fase na importância das explorações das reservas de hidrocarbonetos para o Azerbaijão. A respeito da primeira fase, Cohen (1996, tradução nossa) destaca

Desde o final do século 19, o petróleo no Azerbaijão tem desempenhado um papel fundamental nas economias do Império Russo e da União Soviética, bem como no mercado global de energia. Negócios de interesses internacionais, como as das famílias Rothschild e Nobel, e até mesmo conquistadores como Adolf Hitler foram todos competidores em momentos diferentes pelo controle do petróleo do Azerbaijão. Mesmo depois de 100

anos de exploração da Rússia imperial e Soviética, o Azerbaijão ainda possui algumas das maiores reservas do mundo.

Tal momento da história do Azerbaijão, é destacado nos capítulos a seguir, com enfoque principal, no percurso da economia e política azeri, no contexto geopolítico da distribuição de recursos de hidrocarbonetos para o continente europeu, em especial para os países que compõem a União Europeia, ao longo da história moderna do Azerbaijão.

3.3.1.1 Início da exploração de petróleo em escala industrial e o pioneirismo azeri

A história moderna da prospecção de petróleo no território do Azerbaijão é muito antiga. Ela tem origens no ano de 1847, quando, em uma área conhecida como Bibiheybat, perto da cidade de Baku, capital do país, o petróleo foi extraído pela primeira vez na história mundial através da produção mecanizada.

Antes mesmo desse evento marcante na história da exploração dos recursos energéticos, diversos viajantes e exploradores como os árabes Ahmed Al-Belaruri, Abu-Ishag Istekhri, Abu-d-Gasan Ali Masudi, durante os séculos X-XI, o italiano Marco Polo no século XIII-XIV, o diplomata alemão Adam Oleari e o turco Evliya Chelebi, ambos no século XVII, já faziam referências a exploração e comercialização de petróleo nas terras que hoje correspondem ao território do atual Azerbaijão (HEYDAR ALIYEV FOUNDATION, 2010).

Durante o final do século 19, este país, foi o primeiro a realizar a extração de petróleo em escala industrial, através da criação, em 1859, da primeira refinaria de petróleo em Baku e, em 1872, de leis para a organização das relações no setor petrolífero. Somando-se a isso, a criação do primeiro oleoduto para exportação, o oleoduto Baku-Batumi, e estradas de ferro para o escoamento da produção, assim como, o enorme montante de capital estrangeiro investido no setor petrolífero do país.

A combinação desses fatores permitiu que em pouco tempo o Azerbaijão se destacasse como maior produtor mundial de petróleo, elevando sua produção que, no ano de 1872, era de 26 mil toneladas por ano, para a marca de 10 milhões de

toneladas, pouco antes da virada do século. Desta forma, no início do século 20, o Azerbaijão tornava-se o principal fornecedor de petróleo do mundo, sendo responsável por mais de 50% da produção mundial daquele período (BIBLIOTECA ONLINE DO LEGADO HEYDAR ALIYEV, 1994).

3.3.1.2 Período Soviético e a descoberta dos campos *offshore* no setor azeri do Mar Cáspio

Durante a Guerra Civil Russa, a indústria do petróleo em Baku sofreu consideráveis interrupções. Após a criação da União Soviética, novas áreas de exploração foram priorizadas, como a região do Volga-Ural, onde o governo soviético esperava estabelecer uma nova província petrolífera que fosse comparável àquela de Baku. Apesar disto, no final da década de 40, o Azerbaijão ainda mantinha seu posto de principal área produtora deste recurso no território da União Soviética, correspondendo a aproximadamente dois terços da produção total de petróleo no país (HEINRICH, 2014, p.22).

Mesmo que, o deslocamento do polo produtor para a região do Volga-Ural e, mais tarde, para a Sibéria Ocidental, tenha levado a um declínio na importância do Azerbaijão como província produtora de petróleo no contexto soviético, e que, isto tenha se refletido no abandono dos investimentos em infraestrutura e transporte para as exportações desse recurso, foi durante esse período, em que as bases para a atual importância da indústria petrolífera do país foram implantadas. O desenvolvimento desta indústria possibilitou ao Azerbaijão, dar os primeiros passos em direção à exploração das imensas jazidas de petróleo e gás natural que se localizam no subsolo do Mar Cáspio.

No ano de 1949 o Azerbaijão, anunciava a descoberta do campo petrolífero *offshore* de Neft Dashlari, que ficaria mundialmente conhecido como Oil Rocks, localizado a aproximadamente 90 km do litoral de Baku (BIBLIOTECA ONLINE DO LEGADO HEYDAR ALIYEV, 1994). Pouco depois, seguiu-se a descoberta e o desenvolvimento de outros campos localizados no setor azeri do Mar Cáspio, como os campos de Gurgan-deniz, Pirallahy, e Jilov Adasy. Dessa forma, o Azerbaijão tornava-se o primeiro país do mundo a produzir petróleo e gás natural em campos *offshores*.

Outro momento de grande importância para a indústria azeri de exploração de petróleo ocorreu no final da década de 70, quando os campos de Chirag, Kapaz, e Gunashli foram descobertos em águas entre 80 e 350 metros de profundidade. O início da exploração e desenvolvimento destes campos, confirmava a vocação azeri na exploração petrolífera em águas profundas. A importância da descoberta desses campos para a história da indústria petrolífera do Azerbaijão pode ser facilmente notada no fato de que, mesmo após quatro décadas, o campo *offshore* de Gunashli ainda é responsável por aproximadamente 60% da produção de petróleo da SOCAR, possuindo grande importância para o desenvolvimento desta companhia.

Durante o mesmo período, a melhoria das técnicas e tecnologias de exploração e produção *offshore*, permitiram a descoberta de novos campos de petróleo e gás natural, e o aumento da produção e reavivamento dos interesses em investimentos em capital na área.

Em decorrência desse período de transformação na indústria petrolífera do Azerbaijão, foi possível estimar que as reservas energéticas encontradas no leito Mar Cáspio estão entre as maiores do mundo. Essa realidade elevou o Azerbaijão a um status muito importante dentro do jogo geopolítico Eurasiático, pois com sua independência no ano de 1991, o país passou a controlar novamente suas ricas reservas de hidrocarbonetos, atraindo a atenção de diversos países ocidentais, interessados em obter o acesso às ricas reservas de petróleo e gás natural do Cáspio, que outrora permaneciam diretamente inacessíveis aos países ocidentais, devido ao controle soviético sobre a região.

3.3.1.3 Afirmação da independência do Azerbaijão perante a Rússia e o papel do 'Contrato do Século' no estabelecimento de uma política externa pró-ocidente no Azerbaijão

A independência do Azerbaijão, perante a URSS, e a confirmação da soberania sobre seus próprios campos de petróleo, atraiu a atenção de diversos países dependentes de importações de recursos energéticos, principalmente dos países europeus, cujas altas taxas de dependência de importações perante a Rússia, representavam uma ameaça a sua segurança nacional.

As autoridades do Azerbaijão rapidamente perceberam que a posse desses

recursos permitiria o rápido desenvolvimento de relações diplomáticas com os países ocidentais, de forma que, isto levaria ao fortalecimento de sua independência perante Moscou, bem como, enxergaram a possibilidade de enormes lucros advindos das exportações de recursos de hidrocarbonetos extraídos das reservas encontradas no setor azeri do Mar Cáspio. Faltava para o Azerbaijão, a modernização de sua indústria petrolífera para que esta pudesse suprir a demanda de importações exigidas pelos mercados ocidentais, assim como, os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e modernização desse setor (RUSTAMOV, 2014, p.202).

Com foco na estratégia de desenvolvimento e afirmação da independência do país com base nos recursos provenientes do petróleo, o governo do Azerbaijão, no ano de 1994, firmou um contrato entre sua companhia estatal SOCAR e um consórcio de empresas petrolíferas internacionais denominada Azerbaijan International Operating Company, para a exploração por 30 anos dos campos petrolíferos de Azeri-Chirag-Guneshil, no setor azeri do Mar Cáspio. Esse contrato previa o investimento de mais 60 milhões de dólares na indústria petrolífera do Azerbaijão e, a geração de enormes lucros com a exploração dessas novas reservas, que seriam destinados ao desenvolvimento, ampliação e modernização da própria indústria petrolífera azeri. Pela tamanha importância que teve na história do Azerbaijão, este contrato foi denominado pelas autoridades envolvidas nas negociações, como o 'Contrato do Século' (HEYDAR ALIYEV FOUNDATION, 2010).

3.3.1.4 Dependência das *pipelines* russas

A dissolução da URSS em 1991, fez com que parte das suas antigas reservas de recursos de hidrocarbonetos localizados na região do Mar Cáspio e Ásia Central, passasse ao controle de diversos novos estados independentes, como no caso do Azerbaijão. O que permitiu a esses países utilizar essas riquezas minerais para assumir um novo papel dentro do contexto geopolítico do continente Eurasiático.

Apesar disso, a Rússia, herdeira direta do império soviético, manteve-se como a principal detentora das rotas de exportação dos recursos extraídos dessas regiões, principalmente daquelas rotas que se direcionavam para os mercados ocidentais. Esse cenário beneficiava o governo russo, que apesar de perder o

controle direto sobre essas reservas, assegurou sua influência sobre a produção e exportação dos recursos energéticos desses novos países através do controle das vias de transporte.

Para a Rússia, tornava-se interessante manter esses novos países sobre sua esfera de influência, impossibilitando o acesso deles aos mercados ocidentais, através de restrições que limitavam as exportações de recursos energéticos através do sistema de *pipelines* russo. Impedindo assim, a concorrência entre as exportações de recursos energéticos fornecidos pelos novos países independentes, localizados no Cáucaso e Ásia Central, com as exportações provenientes da Rússia.

A falta de infraestrutura adequada para a exportação e o monopólio russo sobre essas vias, foram os principais problemas enfrentados pelo setor energético dos países que pertenceram ao antigo bloco soviético, e que agora integravam a vizinhança de sua herdeira maior, a Rússia (HEINRICH, 2014, p.38). Dessa forma, para que os mercados ocidentais fossem alcançados, havia a necessidade do investimento de capital estrangeiro no desenvolvimento do setor de energia desses países, assim como, havia a necessidade de investimentos e desenvolvimento de novas rotas de transportes que ligassem essas áreas aos mercados europeus, sem que houvesse qualquer intermediação por parte da Rússia durante este transporte.

Para o Azerbaijão, o monopólio russo sobre as vias de exportação, impedia a plena realização dos objetivos de seu governo, quanto à utilização do desenvolvimento de sua indústria petrolífera e de seus recursos, como carro chefe de sua economia e assegurador de sua independência perante a Rússia. Como forma de contornar essa situação, foi estabelecido como parte do acordo denominado 'Contrato do Século', que o consórcio AIOC ficaria responsável por ajudar o Azerbaijão no desenvolvimento de novas rotas de transportes para a exportação dos recursos energéticos produzidos em seu território (HEINRICH, 2014, p.60). A abertura dessas novas rotas teria como objetivo principal a abertura das reservas de hidrocarbonetos do Mar Cáspio e Ásia Central, promovendo o acesso europeu a esses recursos, acabando com o monopólio russo no setor de transportes através de *pipelines* que cruzassem o território da Rússia, enfraquecendo a influência de Moscou sobre a economia dos países da região e consequentemente promovendo a afirmação da independência destes últimos.

3.3.1.5 Optando pelos americanos

Durante a fase inicial do desenvolvimento das explorações estabelecidas pelo Contrato do Século, a AIOC, optou pela utilização de duas vias de exportação construídas durante a era soviética: uma rota pelo norte, o oleoduto Baku-Novorossiisk e outra rota pelo oeste, o oleoduto Baku-Supsa. Apesar de uma delas estar sobre controle russo, o que iria contra a ideia de fornecer uma diversificação das rotas, estas vias foram escolhidas para serem utilizadas apenas durante o estágio inicial das explorações, visto não possuírem capacidade de transporte o suficiente para a fase seguinte da produção dos campos. Ou seja, essas vias só seriam utilizadas para transporte de recursos enquanto a rota e a construção da *pipeline* principal não houvessem sido finalizadas pelo consórcio responsável. Além disso, a escolha pela utilização dessas *pipelines*, também foi feita na tentativa de aplacar a ira dos dirigentes de Moscou, insatisfeito com a orientação pró-ocidente tomada pelo governo de Baku, porém não conseguiu fazê-lo (COHEN, 1996).

Sendo clara a necessidade da instalação da *pipeline* principal para o prosseguimento das exportações, diversas potências regionais e internacionais – como Rússia, Irã, Turquia e Estados Unidos – passaram a tentar influenciar a decisão da AIOC quanto à rota que a pipeline principal deveria seguir, apresentando projetos para a construção da *pipeline* principal através de seus territórios (HEINRICH, 2014, p.63).

O interesse sobre o estabelecimento da rota pela qual a *pipeline* principal deveria seguir variava de acordo com os objetivos de cada governo:

- Para a Turquia, o estabelecimento da *pipeline* principal através do seu território significava a transformação desses países em estado de trânsito para os recursos vindos do Azerbaijão, significando igualmente a oportunidade da obtenção de enormes lucros com o advento desse status. Importante é lembrar que a Turquia não detém significativas reservas de recursos energéticos em seu território. Sendo assim, o estabelecimento desse país como estado de trânsito, elevaria sua importância nos assuntos que concernem à segurança energética europeia, transformando-a, metaforicamente, na ponte europeia para a Ásia.

- O Irã oferecia a opção econômica mais viável para o estabelecimento da *pipeline* principal. A construção desta através de seu território significaria a transformação desses países em estado de trânsito para os recursos provenientes da região do Cáspio e Ásia Central, o que tornaria o Irã uma 'superpotência energética', uma vez que, somado com suas reservas e com sua estratégica localização no estreito de Ormuz, este controlaria o trânsito de grande parte dos recursos provenientes das reservas de gás e petróleo do mundo.
- Para a Rússia, a escolha por uma rota através de seu território significava a manutenção do *status quo* de sua influência sobre os territórios que compunham a antiga URSS e o monopólio virtual das exportações de recursos energéticos das regiões entorno do Cáspio em direção a Europa, impedindo o acesso direto dos europeus e americanos aos recursos daquela região.
- Para os Estados Unidos, a construção da *pipeline* principal não deveria seguir uma lógica econômica, mas sim uma lógica política, que oferecesse a melhor base para o estabelecimento da presença americana em uma região que se apresentava como um vácuo de poder. Desta forma, para a América, a escolha da Turquia como rota para a construção da *pipeline* significava a possibilidade da expansão de sua área de influência para territórios que antes pertenciam ao seu principal rival, enquanto ao mesmo tempo, impedia que Irã e Rússia obtivessem o monopólio sobre o transporte de recursos energéticos daquela região, fornecendo uma opção de diversificação de rotas de transporte de recursos energéticos para seus aliados europeus, de forma a diminuir a dependência da UE sobre as vias de distribuição tradicionais que passavam por esses dois países.

Seguindo a estratégia de firmar sua independência política e econômica através da aproximação de suas relações com os países ocidentais, o governo de Baku e o consórcio de empresas AIOC, cederam ao intenso *lobby* americano, de forma a rechaçar as propostas russas e iranianas para a construção da *pipeline* principal através de seus territórios, escolhendo como rota para o estabelecimento

dessa nova via de transporte o território da Turquia.

Mesmo com críticas sendo feitas à escolha do projeto turco, por ser economicamente menos viável que a opção iraniana, cruzar áreas de conflito na Geórgia e Turquia e, passar por zonas de intensa atividade sísmica, o consórcio de empresas internacionais responsáveis pela exploração dos campos de petróleo do Azerbaijão, iniciou em setembro de 2002 a construção do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (HEINRICH, 2014, p.65).

Dessa forma, a escolha do Azerbaijão pela criação de uma rota via Turquia, que privilegia o interesse americano na região, concluiu a escolha do governo azeri por um caminho em cooperação com os interesses ocidentais, iniciada com a assinatura do 'Contrato do Século'. Ao mesmo tempo, a construção da BTC, deu início ao desenvolvimento de projetos de rotas alternativas, que escapassem ao controle da Rússia e dos países localizados no Oriente Médio, possibilitando a diversificação das rotas de distribuição para a Europa, enfraquecendo o controle russo sobre as ex-repúblicas soviéticas do Cáucaso e Ásia Central, e consequentemente iniciando uma nova era de embates entre o ocidente e oriente através da geopolítica das *pipelines*.

3.3.2 Segunda fase: Desenvolvimento com base na exploração do Gás Natural

O estabelecimento do Azerbaijão como uma nação pró-ocidente na região dos Cáucastos, junto a criação da primeira rota de transporte alternativa àquelas sobre controle russo, o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, possibilitou aos países europeus o tão cobiçado acesso direto as vastas reservas de hidrocarbonetos do Mar Cáspio, permitindo assim, o início da diversificação dos fornecedores de recursos energéticos para o continente europeu.

O Azerbaijão reconhecendo as potencialidades advindas de se tornar um pivô na distribuição desses recursos em direção ao continente europeu, incentivou o estabelecimento de rotas alternativas através de acordos e parcerias com diversos consórcios e empresas petrolíferas internacionais. Os lucros advindos das exportações de petróleo foram reinvestidos no desenvolvimento da indústria petrolífera do Azerbaijão e em pouco tempo, novos campos de hidrocarbonetos

foram sendo descobertos no território azeri, o que atraiu ainda mais o interesse e investimento de europeus e americanos.

Nesse contexto, o momento mais importante para reafirmar a importância das reservas de hidrocarbonetos do Azerbaijão para os países europeus, tornando-o o principal foco de investimentos ocidentais, foi a descoberta do campo de Shah Deniz, responsável por mudar o paradigma das exportações de recursos energéticos do Azerbaijão em direção a União Europeia.

3.3.2.1 Shah Deniz, South Caucasus Pipeline e a afirmação do Azerbaijão como importante fornecedor de gás natural para a União Europeia

Descoberto no ano de 1999, o campo de Shah Deniz, que em azeri significa 'Rei do Mar', é um dos maiores campos de gás condensado do mundo, com uma reserva estimada em mais de 1,4 trilhões de metros cúbicos. Localizado a aproximadamente 55 km a sudeste de Baku, em uma área de águas profundas entre 50 e 500 metros de profundidade no setor azeri do Mar Cáspio, atualmente este campo é operado pela BP através de uma *joint venture* com outras empresas parceiras acionistas do projeto de exploração. Shah Deniz I, a primeira fase do campo de Shah Deniz, está operacional desde 2006 e produz 9 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano, dos quais cerca de 6,6 bcm é entregue para a Turquia (AKHUNDZADA, 2015).

A descoberta do campo de Shah Deniz possui dupla importância para a consolidação da política energética do Azerbaijão.

Em primeiro lugar, a descoberta e desenvolvimento do campo de Shah Deniz tornou possível a autossuficiência do Azerbaijão em relação ao gás natural. Antes de sua descoberta o Azerbaijão importava este recurso. É por isso que ao tratarmos da história da indústria e exploração das reservas de hidrocarbonetos do Azerbaijão, pouco se fala do desenvolvimento e exploração das reservas de gás natural do país antes da descoberta de Shah Deniz, pois antes do desenvolvimento deste campo a participação do gás natural na economia azeri era praticamente nula.

Em segundo lugar, a confirmação de que o campo de Shah Deniz possui uma das maiores reservas de gás natural do mundo, permitiu ao Azerbaijão tornar-se exportador desse recurso. Este fato atraiu o interesse de diversos governos

europeus, que viram na descoberta do novo campo a possibilidade de diversificar seus fornecedores de gás natural, o que junto à diversificação das fontes de petróleo através da implantação do oleoduto BTC, fortalecia o papel do Azerbaijão como origem dessa diversificação.

O estabelecimento de acordos entre o governo do Azerbaijão e o consórcio responsável pela exploração do campo de gás natural, estabeleceu que inicialmente o desenvolvimento da exploração de Shah Deniz aconteceria em duas etapas.

A primeira etapa do desenvolvimento do campo de Shah Deniz iniciou suas operações em 2006, após sete anos de preparativos e aproximadamente 8 milhões de dólares de investimentos em infraestrutura, possuindo uma capacidade de produção de cerca de 9 bilhões de metros cúbicos de gás por ano (bmc/a) e cerca de 50.000 barris diários de condensado. O desenvolvimento da primeira etapa criou a necessidade do estabelecimento de uma nova rota de exportação para os recursos extraídos deste campo. Para isto, construiu-se o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum, também conhecido como South Caucasus Pipeline, com uma extensão de mais de 700 km, cruzando os territórios do Azerbaijão e Geórgia, até encontrar seu ponto final na fronteira com a Turquia.

Para os governos europeus, a primeira etapa do projeto de desenvolvimento do campo de Shah Deniz e, do desenvolvimento do gasoduto BTE, possuía mais significado político do que propriamente econômico, já que, a capacidade de transporte da *pipeline* durante a primeira fase de desenvolvimento do projeto era suficiente apenas para satisfazer as necessidades energéticas de Geórgia e Turquia. Apesar disso, a criação do gasoduto BTE e do oleoduto BTC, tiveram papel fundamental no fortalecimento das relações entre Azerbaijão e União Europeia, assim como estreitaram os laços de cooperação entre o governo azeri e aqueles atravessados por esta rota. Como destaca Rufat Rustamov (2014, p.203, tradução nossa)

Estes projetos de pipelines ajudaram o Azerbaijão a promover a integração com a Europa através da captação da atenção da UE e dos EUA para a região e ajudando [também] a estreitar as relações do Azerbaijão com Turquia e Geórgia.

Apesar do acesso direto ao gás azeri não ter sido concretizado em um primeiro momento, o sucesso da primeira fase de desenvolvimento do campo de

Shah Deniz tornava-se uma marca importante, pois apontava o estabelecimento da segunda etapa do projeto, no qual, o aumento do volume da produção de gás natural e a extensão das vias de transporte em direção a Europa permitiriam que o gás extraído do Cáspio finalmente adentrasse o mercado europeu de energia.

Dessa forma, em pouco tempo, iniciou-se um novo embate, semelhante àquele sobre a instalação do oleoduto BTC, pela determinação da rota pelo qual o gás extraído do Azerbaijão seria transportado até a Europa. Esse embate, não ficou restrito ao contexto das grandes potências regionais e internacionais, mas adentrou no âmbito das discussões da comunidade europeia, com diferentes posicionamentos e propostas dos membros 'menos expressivo' da UE, sobre o estabelecimento do percurso da nova rota do gasoduto principal, onde cada estado-membro desejava colher os melhores proveitos políticos e econômicos de uma *pipeline* que cruzasse seu território.

3.3.2.2 Shah Deniz II e o Southern Gas Corridor

As estimativas de que a segunda fase do desenvolvimento do campo de Shah Deniz acrescentaria aproximadamente 16 bilhões de metros cúbicos ao atual volume extraído da primeira fase do projeto, concretizou a possibilidade de que parte desse recurso, aproximadamente 10 bilhões de metros cúbicos, fosse direcionada aos países europeus através de uma rota ligada ao terminal do South Caucasus Pipeline na fronteira turco-georgiana, o qual até aquele momento não havia sido desenvolvida.

Nesse contexto, diversos projetos foram propostos para o estabelecimento dessa nova rota, todos com base na ideia da formação daquilo que a Comissão Europeia denominou de Corredor de Gás Meridional, em inglês Southern Gas Corridor.

Tal proposta como antes observada, têm como objetivo a criação de novas rotas de distribuição para a Europa, do gás natural extraído de campos que não se encontram sobre o controle russo, como no caso das reservas de gás localizadas em Shah Deniz, permitindo que os países deste continente obtenham acesso de forma direta, rápida e segura a esses recursos.

O início do desenvolvimento da segunda fase de exploração do campo de

Shah Deniz surge como um momento geopoliticamente importante no contexto do Novo Grande Jogo, já que a assinatura em Janeiro de 2011, de uma declaração conjunta de comprometimento para o desenvolvimento do Southern Gas Corridor, entre o então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso e, o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, concretizou a possibilidade do acesso europeu as antes 'fechadas' reservas de hidrocarbonetos do Mar Cáspio e Ásia Central, como assinalou Günther Oettinger¹⁸, comissário da União Europeia para assuntos relacionados à energia

[...] os 10 bilhões de metros cúbicos anuais de gás natural que a UE vai importar de Shah Deniz II são pequenos em comparação com as necessidades gerais da UE. Esta quantidade não justifica todos os esforços envidados pela UE, mas com o gás de Shah Deniz, o Southern Corridor abrirá acesso ao suprimento de gás da região do Mar Cáspio.

Sendo assim, o comprometimento do Azerbaijão com o desenvolvimento do Southern Gas Corridor, garantiu aos europeus de forma teórica, a diversificação das origens das importações de gás natural em direção aos mercados europeus. Faltava, porém, para a realização concreta do acesso do gás azeri, a definição do estabelecimento das rotas que comporiam o projeto do Southern Gas Corridor.

3.3.2.3 Southern Gas Corridor e a Geopolítica das Pipelines

Desde o ano de 2008, diversos projetos têm sido propostos para o estabelecimento do Southern Gas Corridor, que segundo Janet Jonas¹⁹ (LEIFHEIT, 2015b, tradução nossa)

É um dos maiores e mais complexos projetos de energia que está sendo desenvolvido no mundo, ligando uma fonte de produção de gás – o Cáspio – com os mercados europeus de gás, os maiores mercados de gás no mundo. [...] Tem sido lançado com base no campo Shah Deniz, um grande campo de gás condensado, no setor azeri do mar Cáspio, que já está em operação, e que já serve clientes no Azerbaijão, Geórgia e Turquia.

Nesse contexto, o Azerbaijão, ao surgir como único atual fornecedor viável de gás natural para o projeto, principalmente, graças ao desenvolvimento da fase II do

¹⁸ In: LIVANIOS, 2013, p.3, tradução nossa.

¹⁹ Chefe do setor de marketing do gás da BP, para o Southern Corridor.

campo de Shah Deniz, assumiu um importante papel, junto as empresas petrolíferas e, a comunidade europeia, na escolha *das pipelines* que comporão o projeto, cada um desses projetos, com diferentes graus de viabilidade política e econômica.

Janet Jonas descreve o atual projeto do Southern Gas Corridor, como sendo composto por quatro grandes projetos

Fase II do campo de Shah Deniz, expansão do South Caucasus Pipeline, no Azerbaijão e na Geórgia, que está sendo expandido para lidar com o adicional de 60 bmc/a da produção [da fase II de Shah Deniz]. Mas também, o Trans-Anatolian Pipeline pela Turquia, e o TAP para trazer o gás para a Grécia, Itália e Bulgária (LEIFHEIT, 2015b, tradução nossa).

Para que, a atual configuração do Southern Corridor fosse alcançada, uma longa batalha entre os diversos projetos de gasodutos foi necessária, até que dentre a miríade de opções disponíveis, dois gasodutos, além do SCP, foram escolhidas. Os fatores políticos e econômicos, que determinaram essas escolhas e, que fazem parte da geopolítica das *pipelines*, são melhores abordados nos capítulos a seguir.

3.3.2.3.1 Nabucco e o Trans Anatolian Pipeline

De um ponto de vista inicial, o projeto Nabucco, foi o primeiro grande projeto a ser considerado como via para constituir o Southern Gas Corridor, apesar de ter sido proposto antes mesmo da elaboração deste projeto, sendo sua construção fortemente apoiada pelos Estados Unidos e pela Comissão Europeia.

O projeto Nabucco teve imediatamente um apoio político sem precedentes da Turquia, da UE e dos Estados Unidos. Para a Turquia o projeto representava uma oportunidade única para concretizar o seu objectivo estratégico a longo prazo de se tornar um corredor energético fundamental entre os países ricos em hidrocarbonetos do Oriente e os mercados europeus importadores de energia no Ocidente. Para a UE, o projeto representava uma grande oportunidade para diversificar as suas fontes de gás natural fora da Rússia. Por esta razão Nabucco não só obteve o apoio financeiro da UE, mas também se tornou o principal projeto do Southern Gas Corridor. Para os EUA o projeto representou uma importante oportunidade geopolítico para reduzir a dependência de gás natural da UE em relação à Rússia, exatamente como o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan serviu na década de 1990, para reduzir a dependência de petróleo da UE perante a Rússia. (HAFNER, 2014, tradução nossa).

Segundo Escobar (2009, p.74, tradução nossa), o “Nabucco invoca o pensamento clássico do governo Bush: vale tudo para evitar a Rússia”. O que em

grande parte, demonstra que o forte apoio de Washington e de Bruxelas ao estabelecimento do projeto Nabucco, possuía mais fins políticos do que econômicos. O objetivo central do projeto do ponto de vista americano era o de instituir uma interdependência de trocas de recursos energéticos entre os países que compunham a região do entorno do Mar Cáspio, Ásia Central e Europa, além de, introduzir uma concorrência internacional na distribuição dos recursos energéticos em direção a Europa, possibilitando que os países deste continente estabelecessem melhores posições de negociação com a Rússia, diminuindo os riscos de possíveis interrupções na distribuição de gás para os países da UE, impedindo o avanço da esfera de influência russa sobre ambas as regiões, e ao mesmo tempo fortalecendo a estabilidade interna da Organização do Tratado do Atlântico Norte e de seus aliados no continente europeu.

A priorização do interesse geopolítico destes atores sobre o estabelecimento do projeto foi em grande parte o motivo de seu fracasso, como indica Hafner (2014, tradução nossa)

Não obstante o forte empenho político dos cinco países de trânsito [que receberiam o Nabucco] e do apoio político sem precedentes da UE e dos EUA, o projecto Nabucco, em última análise falhou, principalmente por causa de razões comerciais e financeiras: um projeto de gasoduto de grande escala, combinado com uma perspectiva de demanda extremamente incerta e com a potencial concorrência do South Stream. Além disso, os promotores dos projetos eram sobretudo empresas de médio porte, que têm que confiar em projetos financeiros e empréstimos bancários, e bancos que pedem garantias e, entregas de longo prazo ou contratos de pagamentos, que o mercado não pode entregar. Além disso, outro grande elemento de incerteza para o projeto Nabucco estava relacionada ao fato de que – com a única exceção o Azerbaijão – todos os potenciais fornecedores estavam enfrentando grandes dificuldades para materializar a sua vontade de enviar gás para a Europa através da Turquia.

As dificuldades para o desenvolvimento do projeto Nabucco abriram espaço para que outros projetos fossem considerados para o estabelecimento do Southern Gas Corridor.

Levando em consideração as barreiras comerciais e financeiras insuperáveis que o projeto Nabucco estava enfrentando, Azerbaijão – claramente o país produtor de gás mais interessado no desenvolvimento do Southern Corridor – reformulou completamente o jogo do Southern Gas Corridor em 2011, pela rápida conceitualização de seu próprio projeto de infraestrutura para exportar os futuros fluxos de gás da fase II de Shah Deniz para a Turquia [...]. (HAFNER, 2014, tradução nossa).

No final do ano de 2011, foi anunciado pelo governo turco e azeri, o projeto para a construção de uma nova via de distribuição de gás para a Europa e, que poderia integrar o projeto do Southern Gas Corridor. Em dezembro do mesmo ano, os governos do Azerbaijão e da Turquia ratificaram dois acordos para a construção do projeto: o primeiro tratava-se de um memorando de entendimento, estabelecendo um consórcio responsável pela construção e operação do novo gasoduto proposto e, o segundo, tratava de um acordo de cooperação estratégica e suporte mútuo que, estabelecia que, Azerbaijão e Turquia apoiariam um ao outro usando todas as possibilidades no caso de agressão ao território de qualquer um dos dois países. Ambos os acordos selaram o entendimento entre os países para a construção da nova rota, sendo que, esta passou a ser denominada Trans-Anatolian Pipeline, por cruzar o território da Turquia desde a fronteira entre Grécia e este país, através do planalto da Anatólia, interligando-se a já existente South Caucasus Pipeline na fronteira entre Turquia e Geórgia.

Em 17 de Março de 2015, foram formalmente iniciados os trabalhos para a construção da *pipeline*, o que pode ser considerado também, como o início do estabelecimento do Southern Gas Corridor e, o fim do projeto Nabucco, como originalmente proposto (HAFNER, 2014, tradução nossa).

A escolha do Azerbaijão pela utilização do TANAP como meio de transporte do gás azeri para a Europa através do território da Turquia proporcionou um aumento nas relações de interdependência e cooperação entre os dois países.

Para a Turquia a escolha de seu território para o estabelecimento do Southern Gas Corridor, através da criação do TANAP, transformava-a em um importante *player* no contexto da distribuição de recursos para o continente europeu, de forma a estreitar as relações entre Turquia e UE, bloco cujo qual, o governo de Ancara tem direcionado sua atenção no sentido de obter uma maior integração.

Para o Azerbaijão, a possibilidade de exportar sua produção de gás natural para o ocidente, acelerou o processo de integração com a União Europeia, ao mesmo tempo em que acenava para uma política externa balanceada entre Rússia e Ocidente, já que a não escolha pelo Nabucco, impedia o crescimento da influência americana nos assuntos relacionados a segurança energética da região leste do continente europeu, de forma que através do acordo pela construção do TANAP o governo azeri evitou entrar em confronto direto com os interesse russo na região.

3.3.2.3.2 Nabucco West e o Trans Adriatic Pipeline

A escolha do consórcio Shah Deniz JV, para que o gasoduto Trans-Anatolian se torne a rota de transporte dos recursos extraídos da segunda fase do desenvolvimento do campo de Shah Deniz, de imediato estabeleceu este projeto junto a South Caucasus Pipeline, como uma das vias constituintes do Southern Gas Corridor. Apesar de economicamente mais viável, a escolha pelo TANAP, em detrimento do Nabucco para a constituição do Southern Gas Corridor, apontava para a necessidade do desenvolvimento de pelo menos mais um gasoduto em direção a Europa, já que, o TANAP objetivava carregar o gás azeri apenas até a fronteira com a Grécia, sendo necessária uma conexão que distribísse o gás para os mercados europeus a partir deste ponto.

Dos diversos projetos oferecidos para constituir a rota final que transportaria o gás azeri para a Europa, através de uma interligação com o Trans-Anatolian Pipeline, dois foram selecionados pelo consórcio responsável pela exploração do campo de Shah Deniz como possíveis vias para a distribuição desse recurso: Os gasoduto Nabucco West e Trans-Adriatic Pipeline.

O Nabucco West é uma versão menor da antiga proposta do projeto Nabucco, tendo sido criado após a assinatura do acordo entre o governo do Azerbaijão, Geórgia e Turquia para a construção do TANAP. Este gasoduto pretendia carregar o gás fornecido pelo Azerbaijão para os mercados do leste-europeu através de uma ligação com o Trans-Anatolian Pipeline (JOSAN, 2013, p.80).

Do ponto de vista geopolítico da União Europeia e dos Estados Unidos, o projeto do gasoduto Nabucco West mostrava-se superior ao Trans-Adriatic Pipeline, pois assim como sua antiga proposta, este permaneceria sendo um instrumento da política de fortalecimento da presença americana em contrabalanço a influência russa no leste-europeu. Ao propor uma rota de distribuição de gás natural alternativa as rotas russas, que cortaria os territórios de países com alto grau de dependência de importações dos recursos provenientes deste país, tais como a Hungria, Bulgária, Romênia e Áustria.

Para o Azerbaijão, a escolha pelo Nabucco West poderia significar o estremecimento de suas relações diplomáticas com a Rússia, o que consequentemente refletiria na instabilidade de sua política externa e interna, uma vez que o Azerbaijão tem mantido relações cordiais com seu vizinho mais forte,

através de uma política energética “balanceada”, e pelo fato de que a Rússia possui um importante papel na resolução da questão do conflito irresolvido do Nagorno-Karabakh e na definição do status do Mar Cáspio. Além disso, em comparação com o TAP, o Nabucco West mostrava-se economicamente menos vantajoso para o consórcio responsável pela exploração do campo de Shah Deniz e para o governo do Azerbaijão, havendo também dúvidas se os países que receberiam o gás através dessa rota seriam capazes de absorver a capacidade total do fornecimento proposto pelo projeto.

O projeto do TAP, em comparação a seu concorrente direto, apresenta uma rota menor e, menos custosa para a instalação e manutenção, o que significa uma maior facilidade no levantamento de financiamento para a construção do projeto. Sua rota através da Grécia, Albânia e Itália, indica uma maior possibilidade de lucro para o Azerbaijão com a venda do gás, do que em comparação com a rota proposta pelo Nabucco West. Além disso, o projeto acena com a possibilidade de que esses recursos possam alcançar os mercados da Europa Ocidental através de uma interconexão entre TAP e o gasoduto Italian Trans-Alpine, garantindo a estabilidade da demanda durante os anos de exploração do campo de Shah Deniz e, até mesmo elevando-a, já que as estimativas são de que estes mercados absorverão bilhões de metros cúbicos de gás natural durante as próximas décadas, apesar da possibilidade de redução da demanda de determinados países, como a Itália, devido a atual recessão econômica em que estes se encontram (RUSTAMOV, 2014, p.206).

Do ponto de vista político do consórcio Shah Deniz e do governo do Azerbaijão, o TAP é superior ao Nabucco West, pois diversas empresas que integram o consórcio de exploração da segunda fase do campo são também acionistas do Trans-Adriatic Pipeline, possuindo grande interesse na construção do mesmo. Além disso, o TAP permitiria o acesso da SOCAR aos mercados da região dos Bálcãs, através da construção e aquisição da infraestrutura de distribuição e transporte da região, permitindo que a estatal azeri controle o fluxo do gás natural em direção ao ocidente europeu, tornando o Azerbaijão o pivô do conceito de segurança energética da União Europeia.

A escolha do Trans-Adriatic Pipeline, em Junho de 2013, para o estabelecimento da rota final de transporte do gás azeri para os mercados europeus refletiu as vantagens dos aspectos políticos e econômicos para o Azerbaijão e, para as empresas responsáveis pelo consórcio, e apesar de não ser a principal opção

apoiada pela alta cúpula da UE e pelos americanos, este se mantiveram neutros quanto à escolha do projeto, por este teoricamente ir ao encontro dos interesses deles na região.



Figura 9 – Rotas planejadas para compor o Southern Gas Corridor.
Adaptado de Wikipédia

Apesar do fato da escolha pelo Trans-Adriatic Pipeline indicar a abertura do Southern Gas Corridor e, do consequente aumento da diversificação do fornecimento de gás natural para a Europa, pode-se questionar se esta escolha por parte do consórcio e, do Azerbaijão, pelo TAP, vai de encontro aos reais objetivos e prioridades que levaram a Comissão Europeia a propor a construção do Southern Gas Corridor. Já que, para a União Europeia, o principal benefício da escolha pelo TAP seria o aumento do volume de gás direcionado a Europa Ocidental e, o aumento da competição de preços, não havendo nenhum benefício real para os membros do sudeste europeu, como Hungria, Bulgária e Romênia, que continuariam a depender largamente das importações provenientes da Rússia. Como indica Kustova (2014, p.226, tradução nossa): “O TAP [...] é direcionado principalmente aos italianos, não ao mercado centro-europeu, limitando os esforços da UE para a diversificação”. Além disso

A evolução histórica do Southern Gas Corridor, e em particular a ascensão e queda de Nabucco, exemplifica claramente como a ideia original de um projeto de grande escala multilateral e com base em uma variedade de fontes de fornecimento de gás, acabou por ser um projeto bilateral e de média escala, com apenas uma fonte de alimentação, o Azerbaijão. Esta evolução não preenche completamente o interesse da UE, não só por causa da diferente estrutura de mercado (tanto em termos de volumes e fontes de abastecimento) mas também por causa da diferente estrutura legal dos dois projetos. [...] Na verdade, o Nabucco foi um projeto completamente sobre o

abrigo da legislação da UE; isso significa que o gasoduto deveria ser regulado por regras tais como acesso de terceiros e unbundling²⁰ ao longo de todo o seu comprimento. [...] A situação do TANAP é claramente muito diferente. De fato, considerando que a Turquia ainda não adotou o acervo de energia da UE em sua legislação, Azerbaijão – com uma participação importante no projeto – vai praticamente ter o controle do oleoduto e do trânsito de gás através dele. Além disso, considerando tanto a relutância da Turquia para entrar na Comunidade da Energia e, as dificuldades relacionadas com a [...] adesão da Turquia à UE, esta situação improvavelmente mudará em um futuro próximo. Embora o Azerbaijão poderia, eventualmente, ter interesse em ter alguns volumes de gás não-Azerbaijão no TANAP, temporariamente e a curto prazo (a fim de tornar o projeto mais rentável), será pouco provável que ele tenha o interesse em fazê-lo a longo prazo, já que o desenvolvimento de Shah Deniz e outros campos continuarão e, volumes adicionais de gás do Azerbaijão estarão, portanto, prontos para serem exportados para a Turquia e UE através do TANAP. (HAFNER, 2014, tradução nossa).

Dessa forma, a escolha por um Southern Gas Corridor dependente do TAP, não atingiria o objetivo de fortalecer a presença americana nessa região e oferecer um contrabalanço ao monopólio russo através da diversificação de rotas e fornecedores, objetivo inicial da proposta, bem como contrariaria as próprias medidas da UE, para fortalecimento de sua segurança energética. Nesse contexto, devemos entender quais os fatores políticos, além dos econômicos, levaram o Azerbaijão e o consórcio Shah Deniz JV, a escolher o projeto TAP, ao invés do Nabucco West, para constituir a espinha dorsal do projeto Southern Gas Corridor.

3.3.2.3.3 Azerbaijão e o South Stream

A possibilidade da expansão e fortalecimento da presença americana na região sudeste do continente europeu e, da possível quebra do 'monopólio' das exportações de gás russas, com a implantação das rotas alternativas de distribuição de recursos energéticos para a Europa, fizeram com que a Rússia anunciasse em junho de 2007, o projeto para a construção do gasoduto South Stream, em grande parte concebido para fazer frente ao projeto Nabucco, até então a grande aposta de Bruxelas para a diversificação dos fornecedores de recursos energéticos para a UE. O fim do projeto Nabucco como originalmente proposto e a sua posterior

20 *Unbundling*: Desembrulhar, remover a partir de um pacote; divulgar, revelar; cobrar uma taxa separada para um produto e serviços de acompanhamento; produtos de preço separados (em vez de como um pacote). Aqui assume o sentido do Third Energy Package não permitir a monopolização das *pipelines* por parte de um único agente, como aconteceria com o fluxo de gás pelo gasoduto South Stream, ambos sob controle da Gazprom.

incorporação como uma das rotas propostas pela Comissão Europeia para o estabelecimento do Corredor Meridional, fez com o projeto criado pela CE, se tornasse o principal concorrente do gasoduto proposto pelos russos, apesar de Moscou enxergar o South Stream não como um competidor, mas sim como o principal gasoduto que comporia o Southern Gas Corridor (EURODIALOGUE, 2011).

O fato de o Azerbaijão ter sido identificado até aquele momento como o único fornecedor viável de recursos de hidrocarbonetos para o continente europeu, através do Corredor Meridional, e sendo o consórcio Shah Deniz, o responsável pela escolha da rota pelo qual os recursos extraídos desse campo seriam transportados para a Europa, atraiu a atenção da Rússia, interessada em manter o monopólio das vias de distribuição de petróleo e gás natural para os países do continente europeu, e de manter sua esfera de influência sobre os países do leste da UE, que são altamente dependentes das importações de gás natural fornecidas pela Rússia.

Para Moscou, a possibilidade de que o gás natural de Shah Deniz fosse transportado através do Nabucco West, projeto apoiado pelos americanos e por Bruxelas, representava uma séria ameaça a seus interesses na região. Logo, o Kremlin passou a pressionar o governo de Baku para que este projeto não fosse aprovado.

Para evitar um confronto direto contra os interesses russos, o consórcio Shah Deniz optou em junho de 2013, pela escolha do projeto Trans-Adriatic Pipeline, em detrimento do projeto Nabucco West, para compor o projeto do Southern Gas Corridor. Além dos benefícios advindos da utilização do TAP serem economicamente superiores ao da implantação do projeto gasoduto Nabucco West, o Trans-Adriatic Pipeline não possui para a aliança euro-atlântica o mesmo peso geopolítico do que o projeto Nabucco West.

Ao escolher o gasoduto TAP, o Azerbaijão, esquivou-se de entrar em rota de colisão com os interesses russos no leste-europeu, preferindo direcionar seu foco nos mercados localizados no sul dos Bálcãs e Europa Ocidental, onde a presença americana já está consolidada, através da presença da OTAN. Dessa forma, o Azerbaijão manteve sua política externa balanceada ao acenar positivamente aos governos europeus com a construção do Southern Gas Corridor, através da utilização do TAP para o transporte do gás natural extraído de Shah Deniz, concretizando a tão cobiçada via alternativa, e ao mesmo tempo, esquivando-se de um confronto direto com os interesses de Moscou, ao não escolher o projeto

Nabucco West para compor o Southern Gas Corridor, impedindo assim a introdução de um agente externo nos assuntos de energia da região e, deixando aberta a possibilidade da implantação do South Stream, já que, este não competiria diretamente com os principais mercados a serem abastecidos pelo TAP. Ou seja, em um momento de *realpolitik*, o Azerbaijão e, as empresas que compõem o consórcio Shah Deniz, ao escolherem o TAP, conseguiram evitar entrar em choque com os interesses de Bruxelas e de Moscou, ao transferirem a responsabilidade da possibilidade de implantação do gasoduto South Stream aos governos europeus, ao mesmo tempo em que, alcançaram seu objetivo de estabelecer uma rota de transporte para o gás azeri até a Europa.

O cancelamento do projeto South Stream em dezembro de 2014, devido as dificuldades levantadas pela UE para a construção deste gasoduto, através da criação do Third Energy Package (TEP) e, das sanções impostas as empresas russas por conta de seu envolvimento na crise Ucraniana, poderiam ter criado o cenário perfeito para o estabelecimento do Azerbaijão como único fornecedor de gás natural para o Southern Gas Corridor, garantindo o pleno acesso do gás azeri aos mercados do sul e oeste da Europa, e acenando com a possibilidade da expansão das vias para o leste europeu através da criação de pipelines de curtas distancias, ligando os países desta região, ao ramo principal do TAP, como destacou Ilham Aliyev, presidente da República do Azerbaijão

Nos próximos anos, tenho certeza de que os países da região dos Bálcãs irão juntar-se ao nosso sistema de pipelines. Especialmente uma vez que as interligações já estão sendo construídas, o que apoiamos plenamente, pelo fato de o Azerbaijão possuir enormes, vastas reservas de gás, infraestrutura, que já estão em processo de construção. (MUSTAFAYEVA, 2015, tradução nossa).

O recuo russo era, no entanto, apenas uma forma de reorganizar sua estratégia perante a Europa. Logo o Azerbaijão, voltaria a enfrentar a concorrência de Moscou. Dessa vez, direcionada ao interesses da utilização de um antigo aliado de Baku: a Turquia.

3.3.2.3.4 Azerbaijão e o Turkish Stream

Quando Vladimir Putin, em visita oficial a Ancara, clamando contra a posição 'não construtivista' da União Europeia anunciou, em dezembro de 2014, o fim do South Stream, havia já a muito tempo nas mentes dos dirigentes russos quais os próximos passos a serem tomados em relação a política energética russa para a Europa (SPUTINIK, 2014).

Apesar de, em um primeiro momento, parecer que os russos pela primeira vez acenavam com a possibilidade da diminuição da sua presença no sul e sudeste europeu, enquanto mudavam seu foco em direção ao extremo oriente através da assinatura de acordos de distribuição de recursos energéticos com a China (NATURAL GAS EUROPE, 2015), teoricamente permitindo ao Azerbaijão o livre acesso aos mercados do leste da UE, na verdade este movimento, fazia parte do redirecionamento da estratégia energética de Moscou em relação aos países europeus. Como destacado por Vladimir Putin: “Se a Europa não quer levar a cabo (South Stream), então ele não vai ser realizado. Estamos indo agora concentrar os nossos recursos energéticos em outras direções” (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 2014, tradução nossa).

No mesmo dia do anúncio do cancelamento da construção do South Stream, a empresa turca BOTAŞ e a russa Gazprom, assinaram um memorando de entendimento para a construção de um novo gasoduto, com capacidade de transporte anual de estimado em 63 bilhões de metros cúbicos, ligando a estação de compressão Russkaya no território russo, à fronteira Turco-Grega, através de uma seção submersa pelo leito do Mar Negro. Apesar de até aquele momento, ainda não haver um nome oficial para o projeto, o comando de ambas empresas trabalharam com a denominação de gasoduto Turkish Stream (GURBANOV, 2015).

A mudança da estratégia russa perante a Europa acontece no sentido de abandonar as negociações sobre fornecimento de gás natural para os membros do leste da UE, através de pipelines que liguem esses países diretamente aos campos de produção de gás na Rússia, como proposto anteriormente pelo projeto South Stream, procurando através do estabelecimento de uma nova rota, o Turkish Stream, alcançar o mercado europeu por meio de um país 'intermediador', no caso a Turquia, de forma a manter suas exportações para Europa, ao mesmo tempo em que contorna o principal obstáculo imposto pela União Europeia: O Third Energy

Package.

Uma das funções do Third Energy Package, proposto pela Comissão Europeia de Energia, é a de evitar o monopólio do fornecimento de energia dentro dos países-membros da UE. Sob as novas regras impostas por este pacote, uma única empresa não pode possuir o gasoduto através do qual também fornece gás para um país-membro da UE (GURBANOV, 2015). Dessa forma, a construção do gasoduto South Stream foi impossibilitada pelo estabelecimento do TEP, pelo fato de que, a Gazprom, controlaria tanto o fornecimento de gás natural, quanto o gasoduto pelo qual este seria distribuído aos membros da União Europeia. Não se encaixando assim, dentro das novas leis referentes a distribuição de energia no bloco europeu.

A construção do Turkish Stream surgiu como alternativa ao projeto russo, na medida em que, a criação de uma rota via Turquia, até a fronteira com a Grécia não contrariariam as leis do Third Energy Package, visto que, a Turquia não é membro da UE (YASIN, 2015).

Segundo Mihalache²¹ (2015, tradução nossa) a construção do Turkish Stream possui as seguintes vantagens para o governo russo:

A nova versão do gasoduto está livre da dor de cabeça de lidar com os inconstantes europeus quando se trata de construção de gasodutos, podendo ainda trazer o gás para os mercados europeus, enquanto ao mesmo tempo economiza o dinheiro que a Gazprom teria que gastar na construção de gasodutos sobre território europeu. Portanto ele [Turkish Stream] se beneficia da vantagem final de manter a Europa dependente do gás russo, enquanto ao mesmo tempo contorna a Ucrânia.

O problema da construção deste gasoduto, em comparação ao South Stream, está na questão do fornecimento do gás russo dentro da Europa, já que, o Turkish Stream terminaria na fronteira com a Grécia, havendo a necessidade da conexão com outros sistemas de distribuição que não violem as novas regras de distribuição de energia impostas por Bruxelas.

Projetos como o ITGI e o TAP, ambos integrantes do Southern Gas Corridor, apresentam a possibilidade teórica de se tornarem vias de transporte do gás russo para a Europa, através da ligação entre estes gasodutos e o Turkish Stream, já que, a estatal russa Gazprom, não possui presença nos consórcios que operam esses

21 Anca Elena Mihalache é analista sênior do Grupo de Políticas de Energia, uma organização sem fins lucrativos com sede em Bucareste, especializada em política energética, análise de mercado e estratégia energética, baseada em fevereiro de 2014.

sistemas de distribuição.

Segundo Ilgar Gurbanov (2015), principalmente no que se refere ao TAP, pode-se destacar outros motivos que apontam para a possibilidade da utilização deste gasoduto como via de transporte do gás natural proveniente da Rússia para a Europa. Como por exemplo:

- Os gasodutos Trans-Adriatic e o Trans-Anatolian possuem a possibilidade de expansão de sua capacidade de transporte de 10 para 20 bcm/a e de 16 para 30 bcm/a respectivamente, o que permitiria que parte do gás do Turkish Stream seguisse por essas rotas.
- O regulamento da Comissão Europeia destina 50% da capacidade total de expansão do segundo estágio do TAP para o acesso de terceiros.
- O mesmo regulamento da UE afirma que, a pedido de um terceiro agente, a TAP é obrigada a construir pontos de entrada e saída adicionais na Grécia para receber gás natural a partir de fontes não-Shah Deniz.

Neste contexto, a Gazprom poderia acessar os mercados do sudeste europeu através da utilização da reserva destinada a terceiros no segundo estágio de desenvolvimento do TAP ou pedir a construção de pontos de acesso na expansão da capacidade deste gasoduto. Sendo que, desta forma a empresa russa não violaria as regras do TEP.

Apesar da construção do gasoduto Turkish Stream parecer abrir a possibilidade de uma disputa entre Rússia e Azerbaijão pelos mercados do sudeste europeu, através do acesso aos gasodutos TANAP e TAP, em um primeiro momento, o Azerbaijão, através do consórcio Shah Deniz, impediu a concorrência russa ao garantir a total utilização da capacidade inicial do gasoduto TAP, através de um acordo de longa duração com o consórcio que opera o gasoduto, para o fornecimento de 10 bcm/a de gás natural pelos próximos 25 anos. Junto a isto, o consórcio conseguiu da Comissão Europeia uma exceção para o acesso de terceiros durante a primeira fase do desenvolvimento do TAP. Garantindo assim a utilização da capacidade total do projeto.

A não possibilidade da utilização do TAP através da cláusula que permite o acesso a terceiros, impossibilita qualquer plano da Gazprom para o transporte de gás natural via este sistema pelos próximos 25 anos, à exceção de que o Azerbaijão

não seja capaz de cumprir com a demanda por motivos de qualquer ordem. Dessa forma, para a Rússia, o acesso mais rápido a Europa, em termos de prazos, torna-se possivelmente a ligação do gasoduto Turkish Stream com outros projetos de gasodutos em desenvolvimento e, que compõe a ideia do Southern Gas Corridor, ou através da realização de acordos com a Grécia, para a construção de gasodutos que liguem o terminal do Turkish Stream na fronteira turco-grega com o resto da Europa.

Seja qual for a via proposta para o transporte do gás fornecido pelo Turkish Stream para a Europa, a Grécia irá se tornar uma peça chave no quebra-cabeça para tornar a estratégia russa, via Turkish Stream, efetiva (MATALUCCI, 2015). Prova disso é a especial atenção dada pelo Kremlin ao governo de Atenas nos últimos anos durante a recessão econômica que abala o país, e a disposição das autoridades russas a dar suporte financeiro ao governo grego ao promover o financiamento das empresas públicas e privadas que tiverem interesse em se envolver na construção do projeto da *pipeline* (KREMLIN, 2015).

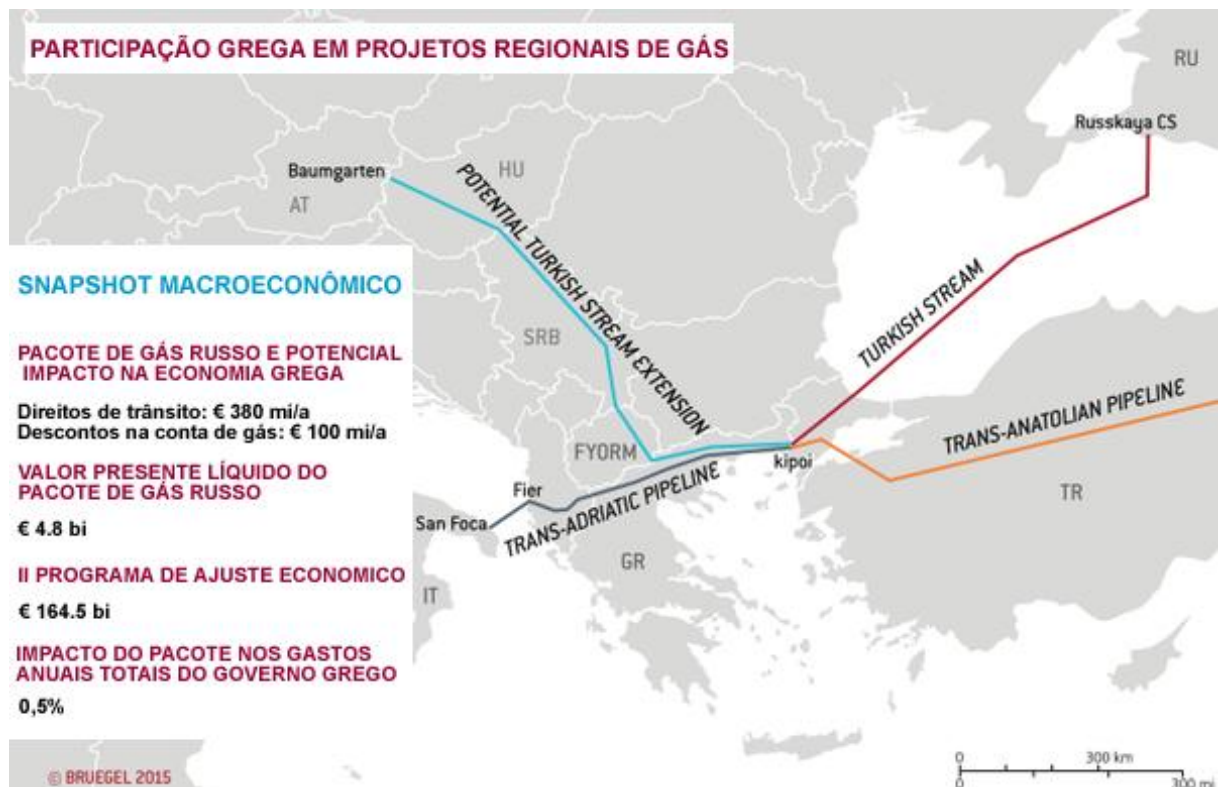


Figura 10 – Participação grega em projetos regionais de distribuição de gás natural.

*Destaque para o potencial traçado do *Turkish Stream*, proposto pelo governo russo no ano de 2014.

Fonte: adaptado de www.zerohedge.com

As consequências para o Azerbaijão, do acesso russo a qualquer um desses sistemas de distribuição de gás para a Europa, seria a de uma concorrência direta em termos de preços, datas, volumes, rotas e mercados, com os recursos fornecidos pela Rússia. Concorrência que se intensificará caso as expectativas do aumento nas exportações de gás natural do Azerbaijão para a Europa, advindas da exploração dos campos de Azeri-Chirag-Guneshli, Umid, Absheron e da fase de desenvolvimento três de Shah Deniz, se concretizarem. Dessa forma, é de vital importância para a estabilidade do transporte do gás azeri, que a expansão da SOCAR, sobre a infraestrutura de distribuição dos Bálcãs se concretize, como no caso do interesse da estatal azeri pela compra de 66% da estatal grega DESFA²², pois neste caso dependendo da rota escolhida para servir como extensão do Turkish Stream para a Europa, o gás russo estaria sujeito ao controle da SOCAR. Contrabalanceando dessa forma, a concorrência russa e, protegendo os interesses do Azerbaijão sobre a distribuição de energia para os mercados do sul e sudeste do continente europeu.

De qualquer forma, mesmo que o Turkish Stream apresente prazos e capacidade de transporte que se mostram mais atrativos do que aqueles apresentados pelo consórcio responsável pela distribuição do gás extraído de Shah Deniz, já que, o projeto russo pretende começar a entregar gás a Turquia no ano 2016, enquanto que o TANAP apenas em 2018, o estabelecimento do contrato de longa duração com o consórcio que administra o Trans-Adriatic Pipeline, teoricamente protege a SOCAR do risco de competição direta com outros fornecedores pelos próximos 25 anos. Considerando-se o fato de que, no momento não há outras rotas com capacidade de transporte viável, para servirem de conexões ao projeto do gasoduto Turkish Stream e, também, pelo fato do Third Energy Package ter dificultado a instalação de pipelines russas no território dos países-membros da UE, pode-se inferir que em curto e médio prazo o Azerbaijão e a UE, atingiram seus objetivos de iniciar a construção uma rede de transporte alternativa e segura através do Southern Gas Corridor, por mais que este ainda se encontre em fase de construção. De forma a possibilitar, a diversificação dos fornecedores de recursos energéticos para a UE, estabelecendo o acesso europeu as reservas do

22 Apesar de a SOCAR concordar em pagar 400 milhões de Euros no ano de 2013 pela compra de 66% dos ativos da estatal grega DESFA, a transação foi paralisada devido as objeções levantadas pela Comissão Europeia com base na interpretação do TEP.

Mar Cáspio e Ásia Central, e enfraquecendo os planos de expansão da política energética russa sobre ambas as regiões.

No entanto, para além de todas estas questões, o sistema de gasodutos TANAP-TAP, certamente representam a primeira, histórica, concretização do que muitas vezes parecia ser uma 'odisseia sem fim' do Southern Gas Corridor. Graças ao desenvolvimento do TANAP e do TAP, estamos agora em posição de adicionar 10 bmc/a, a partir de 2020, para arquitetura da segurança do fornecimento de gás para a UE. Este volume certamente não vai mudar radicalmente a segurança do fornecimento de gás para a UE, já que isto basicamente representará menos de 3% das necessidades de importação de gás da UE, porém isto representará um elemento importante para a segurança do fornecimento de gás para o sudeste europeu. (HAFNER, 2014, tradução nossa).

3.3.3 Considerações sobre a política energética externa do Azerbaijão

Através da análise da política energética externa do Azerbaijão ao longo do tempo, podemos destacar que a orientação pró-ocidente seguida pelo governo de Baku ao longo das últimas duas décadas, tem suas origens nas ameaças a segurança nacional do país nos primeiros anos de sua independência perante a Rússia. As demandas russas pela volta do controle de suas antigas bases militares localizadas no território do Azerbaijão e pelo controle sobre as exportações de petróleo deste país em troca de assistência militar, levaram os dirigentes azeris a optarem por um afastamento de suas relações com Moscou, assim como, a necessidade de recuperar a economia azeri arruinada por décadas de controle soviético e de manter sua integridade territorial que se via ameaçada por conta da guerra de Nagorno-Karabakh contra a Armênia, apoiada pela Rússia, após Baku se recusar a ceder as pressões de Moscou, levaram os dirigentes azeris a optarem por uma aproximação com as potências ocidentais, através do oferecimento da exploração do território e recursos energéticos do Azerbaijão, a uma série de grandes empresas petrolíferas ocidentais interessadas no acesso aos recursos da região, que outrora, durante o período soviético, estava inacessível ao controle destas organizações. Durante a gestão de Heydar Aliyev, foi dada especial atenção as negociações com as empresas petrolíferas ocidentais, tendo sido firmado durante o início de seu governo o 'Contrato do Século', que deu início a recuperação da economia azeri e colocou o petróleo como diretriz principal da política externa do

Azerbaijão (IPEK, 2009).

Ao mesmo tempo que definiu uma orientação econômica direcionada ao ocidente, Heydar Aliyev, procurou realizar uma política regional mais balanceada, propondo uma reaproximação com Moscou, ao concordar com a entrada do Azerbaijão na Comunidade dos Estados Independentes em 1993, e ao convidar a empresa russa Lukoil, a juntar-se aos projetos de exploração dos campos *offshores* do Mar Cáspio (IPEK, 2009). Esta estratégia tinha como objetivo retirar o apoio russo à Armênia, quanto à guerra do Nagorno-Karabakh, estabilizando o balanço de poder durante o conflito, e ao mesmo tempo, legitimar as explorações azeris sobre as reservas de hidrocarbonetos do Cáspio, contestadas por Rússia e Irã, por conta da não definição do status jurídico sobre esse corpo d'água, como veremos adiante.

A percepção de que o Azerbaijão estava disposto a cooperar estreitamente com os países ocidente atraiu, e tem atraído um nível sem precedentes de atenção internacional para o país (NURIYEV, 2007, p.7).

Hoje podemos afirmar que a estratégia energética do Azerbaijão de aproximação com o ocidente através das exportações de petróleo, foi fundamental para a manutenção da integridade territorial do país, assim como possibilitou a recuperação e desenvolvimento econômico da nação (COHEN, 1996). E embora a cooperação comercial entre UE e Azerbaijão tenha se baseado desde sua independência principalmente no setor de energia, este trouxe diversos benefícios para a economia azeri ao torná-lo o maior parceiro comercial da UE no Sul do Cáucaso.

Este desenvolvimento foi intensificado ao longo da última década graças à exploração das reservas de gás natural descobertas no final dos anos 90, e dos projetos para a construção de vias de transporte como o Southern Gas Corridor, que transformaram este país em um importante futuro fornecedor de gás natural para os projetos de diversificação das fontes e rotas de distribuição deste recurso de hidrocarboneto para a Europa, bem como transformou o país, em uma importante possível rota alternativa de transito para os recursos energéticos localizados na Ásia Central (NURIYEV, 2007, p.9).

3.4 OBSTÁCULOS PARA O AZERBAIJÃO NA MANUTENÇÃO DE UMA POLÍTICA ENERGÉTICA EXTERNA DIRECIONADA AO OCIDENTE

No contexto da importância que as exportações de recursos de hidrocarbonetos assumem para a economia do Azerbaijão e para a segurança energética da União Europeia, podemos identificar diversos obstáculos na manutenção da política energética externa azeri em direção ao ocidente, tais como falta de uma boa governança e de uma luta eficaz contra a corrupção, que são críticas constantes nos noticiários dedicados a política e economia da região.

Além desses temas, podemos destacar três principais fatores capazes de ameaçarem a manutenção da política externa do Azerbaijão em relação ao ocidente, são eles: o conflito irresolvido entre Armênia e Azerbaijão pelo território de Nagorno-Karabakh, a não definição do status jurídico do Mar Cáspio e a possível futura competição econômica entre Azerbaijão e outros países que desejam utilizar o território da Turquia como estado de transito para os recursos energéticos provenientes de regiões do continente asiático.

3.4.1 Conflito do Nagorno-Karabakh

O primeiro obstáculo na manutenção da política energética do Azerbaijão em relação ao ocidente é a questão do conflito não resolvido pela região de Nagorno-Karabakh²³. Para o Azerbaijão, a restauração da integridade territorial e a resolução do conflito Armeno-Azeri, sobre Nagorno Karabakh, são as principais preocupações da política externa do país (NURIYEV, 2007, p.5).

O Nagorno-Karabakh, é um território localizado na região sudeste do território do Azerbaijão, considerado independente *de facto*, porém *de jure* pertencente a este país, segundo a resolução 62/243 da Organização das Nações Unidas (ONU), que

23 O território de Nagorno-Karabakh foi uma província autônoma estabelecida dentro das fronteiras do Azerbaijão pela União Soviética em 07 de julho de 1973. A região incluía as cidades de Agdara, Asgeran, Shusha, Khodjavend e Hadrut. A região perdeu o status de autogoverno por causa das ações terroristas e agressivas dos separatistas armênios. Atualmente Nagorno-Karabakh e sete municípios ao seu redor se encontram sob ocupação da Armênia. Nas negociações de paz o Azerbaijão oferece à região o mais alto grau de autogoverno na condição de que os territórios ocupados sejam devolvidos e a sua integridade territorial restaurada. Fonte: Biblioteca Online do Legado Heydar Aliyev.

define a situação atual do conflito como “ocupação dos territórios pertencentes ao Azerbaijão”, surgido após a guerra do Nagorno-Karabakh, conflito armado entre a maioria étnica de armênios da região, apoiados pela República da Armênia, contra a República do Azerbaijão, iniciado durante o final da década de 80 e que se prolongou até o ano de 1994. Tendo sido o grande responsável pela instabilidade do Azerbaijão pós-independente e por três mudanças de governo em Baku em menos de dois anos (COHEN, 1996).

Apesar do cessar-fogo assinado em 1994, pelas partes envolvidas no conflito, a região têm sido palco de diversas violações do acordo, com escaramuças e incursões fronteiriças por ambas as partes, o que tem levado ao aumento das tensões entre ambos os países. Uma possível retomada do conflito armado entre Azerbaijão e Armênia poderia comprometer a segurança dos oleodutos e gasodutos que percorrem o Cáucaso Sul, impedindo as exportações de recursos energéticos em direção ao ocidente e estrangulando a economia azeri.

Outra implicação do conflito não resolvido de Nagorno-Karabakh na manutenção de uma política energética voltada ao ocidente é o fato de que, a disputa por este território, permite a Rússia manter sua influência sobre a região, desempenhando um importante papel ao apoiar Yerevan militar e financeiramente, enquanto ameaça Baku com a possibilidade de um maior envolvimento no conflito caso sua política energética exterior entre em confronto direto com os interesses russos para a região (SHAFFER, 2014).

Esse cenário de insegurança interna, perante a possibilidade de um novo conflito armado, levaram as autoridades do Azerbaijão a optarem por implementar uma política nacional 'prudente' de não agravar as suas relações com a Rússia, que tem uma forte influência sobre o conflito (PAPAVA; TOKMAZISHVILI, 2010, p.110). Ao mesmo tempo, para contornar esta situação, o governo do Azerbaijão tem utilizado seus vastos recursos energéticos como ferramenta para atrair o interesse internacional para a região, principalmente o interesse dos Estados Unidos e da UE, mas também de órgãos internacionais como a ONU, de forma a ganhar suporte sobre suas reivindicações a respeito do território do Nagorno-Karabakh e de contrabalancear a influência russa sobre o conflito.

3.4.2 O status jurídico do Mar Cáspio

O segundo obstáculo na manutenção da política energética do Azerbaijão em relação ao ocidente é a questão da definição do status jurídico do Mar Cáspio.

Essa discussão gira entorno da definição de se o Cáspio deve ser aceito como um mar ou como um lago, sendo que, cada definição comportaria diferentes aplicações de leis internacionais sobre este corpo d'água, o que possuiria impactos diretos na forma de divisão do Cáspio entre os estados costeiros e consequentemente na divisão dos recursos encontrados no subsolo dessa região. A definição do status do Cáspio torna-se ainda mais difícil pelo fato de que, esta deve ser feita em comum acordo entre os estados costeiros ao corpo d'água, neste caso: Rússia, Cazaquistão, Turcomenistão, Irã e Azerbaijão, e pelo fato de que, cada um deste país apoia uma versão diferente de status para este corpo d'água (Martín, 1998).

As tentativas de regulamentação sobre a utilização do Cáspio tem raízes no início do século 19, com a firmação dos tratados de Golestán em 1813 e de Turkomenchai em 1827 entre os impérios Russo e Persa, e em 1921, quando a URSS propôs um novo tratado regulatório sobre a utilização do Cáspio, o qual chamou 'Tratado da Amizade'. Este tratado se apoiava em dois pontos principais: O 'Principio da Igualdade', que estabelecia que nenhum dos dois países possuiria privilégios especiais quanto ao uso do Cáspio para navegação ou exploração, e o 'Principio da Exclusividade', no qual reservava o Cáspio para uso exclusivo da URSS e do Irã, proibindo-se o uso de terceiros. Em 1940, foi adicionada uma nova cláusula ao tratado, o qual criava uma zona de 10 milhas náuticas a partir da costa, de uso exclusivo por parte de cada país. Com a dissolução da URSS e a criação de novos estados independentes na costa do Cáspio, estes antigos tratados passaram a ser contestados (Martín, 1998).

A legislação internacional do mar de 1982 define um mar fechado ou semifechado nos seguintes termos: "Ele é um golfo, baía ou mar rodeado por dois ou mais estados e conectado a um oceano (mar aberto) por uma saída." Os acordos firmados em 1921 e 1940 entre URSS e Irã não estabeleciam se o Cáspio era um mar ou um lago, bem como não estabelecia nada a respeito da exploração de recursos minerais no leito e subsolo. Perante esses dois fatores os novos países

costeiros tem formulado suas diferentes conclusões (Martín, 1998).

Para o Turcomenistão, Cazaquistão e Azerbaijão, a definição de mar se aplica as características físicas do Cáspio, sendo que os canais do Volga e Don ligam o Cáspio ao Mar Negro, fornecendo a saída para um mar aberto. Além disso, outras características, tais como a salinidade e tamanho coincidem com a descrição física de "mar" estabelecida nas leis internacionais. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), se o Cáspio é um mar, então, cada estado litorâneo deve receber até doze milhas náuticas contíguas a partir de seu litoral sobre a qual pode exercer sua soberania no que diz respeito a certas atividades como imigração ilegal e contrabando, e também cada estado deve receber uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de até 200 milhas náuticas na qual o país pode exercer sua soberania no que diz respeito a exploração dos recursos naturais da área. Já que o Cáspio em sua maior extensão possui menos de 200 milhas, a CNUDM define que deve ser aplicada uma linha mediana entre todos os pretendentes a divisão, sendo que nessa forma de divisão, países como o Turquemenistão, Cazaquistão e Azerbaijão teriam acesso exclusivo as reservas *offshore* hidrocarbonetos que o Irã não seria capaz de acessar.

Rússia e Irã são favoráveis a definição do Cáspio como um lago, não reconhecendo os canais do Volga e do Don como conectores naturais para um mar aberto, não estando sujeitos estes às leis de navegação internacional aprovadas em 1982 e sendo de propriedade exclusiva da Rússia. Este país baseia sua decisão também no fato de que os atuais membros da Comunidade dos Estados Independentes assinaram em 1991 a Declaração de Alma Ata, documento comprometendo-se a cumprir os acordos assinados durante o período soviético.

Sobre os lagos a legislação internacional não possui leis específicas para a demarcação, cabendo uma delimitação que seja de comum acordo entre os países costeiros. Nesse caso, o Irã, tem pedido a divisão do lago em setores que correspondam a parcelas de 20% do fundo marinho e superfície do Cáspio, no qual cada estado costeiro exerceria sua soberania sobre a parcela que lhe caberia.

Atualmente as discussões sobre a definição do status jurídico do Cáspio continua irresolvida. Apesar disto, a grande questão que tem emergido na última década não é mais se o leito marinho do Cáspio junto a suas reservas de hidrocarbonetos devem ser repartidas, mas sim como esta divisão deve ser realizada.

Todos os países litorâneos agora favorecem a divisão setorial do Cáspio. Em maio de 2003, Azerbaijão, Cazaquistão e Rússia concluíram acordos bilaterais entre si com base em um princípio desenvolvido pelos russos conhecida como "linha mediana modificada. Consequentemente, o Azerbaijão têm utilizado com sucesso a grande quantidade dos investimentos das empresas petrolíferas ocidentais na realização dos seus objetivos de política externa, como evidenciado no caso da demarcação do Mar Cáspio. (IPEK, 2009, p.236, tradução nossa).

Apesar da divisão setorial acertada entre estes três estados litorâneos, para o Azerbaijão a não definição do status do Mar Cáspio se torna prejudicial no sentido em que impede a plena realização dos planos de desenvolvimento deste país como estado de passagem de rotas ligando o ocidente aos campos de petróleo e gás do Turcomenistão e o Cazaquistão, que são extremamente dependentes das rotas de exportações que cortam o território russo, já que, a falta de acordos sobre a utilização do Cáspio funciona como uma barreira as exportações dos países localizados na Ásia Central em direção a Europa, ao impedir a instalação de infraestruturas de transporte sob o leito do mar, como aconteceu no caso da Trans-Caspian Gas Pipeline que, propunha ligar as reservas do Turcomenistão e Cazaquistão à South Caucasus Pipeline através do leito marinho deste corpo d'água, encontrando resistências nas posições russas e iranianas que criticaram o impacto ambiental que a obra poderia causar e apontaram para a necessidade do comum acordo entre os países costeiros sobre qualquer assunto relacionado a utilização do Cáspio (PANNIER, 2015).

3.4.3 Dependência do território da Turquia

O terceiro obstáculo na manutenção da política energética do Azerbaijão em relação ao ocidente é a questão da crescente dependência da utilização do território da Turquia como rota de passagem para os novos gasodutos e oleodutos que comporão o Southern Gas Corridor, bem como o interesse russo na criação do Turkish Stream e da possibilidade que com o fim das sanções norte-americanas o Irã passe a fornecer gás natural através do TANAP.

A Turquia tem uma voraz demanda de energia e a flexibilização das sanções

iranianas atenderá a grande estratégia da Turquia para se tornar um *hub*²⁴ de energia, recebendo fornecimento de gás a partir de importantes fornecedores como a Rússia e o Azerbaijão e, potencialmente, o Irã, o Iraque e o Turquemenistão. (BRAKOULIAS; LEVOYANNIS; LEVENTIS, 2015, tradução nossa).

Nas últimas décadas, a escolha do território turco como rota de passagem para o estabelecimento das vias de distribuição alternativas de recursos de hidrocarbonetos para a União Europeia transformaram a Turquia em um importante pivô no contexto da segurança energética do continente Europeu, bem como estabeleceu uma situação de dependência entre Azerbaijão e este país no que tange as exportações destes recursos, já que, o Azerbaijão depende das rotas turcas para fugir do controle russo e, a Turquia depende do gás e petróleo azeri, para exercer seu papel de importante nó de distribuição de recursos energéticos provenientes da Ásia para a Europa, já que as reservas azeris são as únicas que até este momento se tornaram acessíveis aos mercados ocidentais.

Assim como o desenvolvimento da economia azeri através das exportações de petróleo trouxeram benefícios a Turquia, que se tornou em pouco tempo um importante estado de transito para o petróleo provenientes dos campos do Azerbaijão, a mudança de paradigma do desenvolvimento da economia azeri através do petróleo, para o desenvolvimento através do gás natural, transformou a Turquia em um importante centro de distribuição de gás natural, fornecido pelos países da Ásia para a Europa. A grande diferença entre ambos os cenários, é o fato de que diferente do que ocorria com as exportações de petróleo do Azerbaijão através do território turco, durante a década de 90, onde este não possuía competidores, em pouco tempo as exportações de gás azeri para a Europa via Turquia terão que competir com o interesse de outros estados pela utilização das mesmas rotas e pelos mesmos mercados consumidores.

Apesar de Azerbaijão e Turquia possuírem boas relações diplomáticas e de cooperação mútua desde o início da abertura azeri ao ocidente, e da dependência energética estabelecida entre estes países ser considerada positiva, no sentido em que ambas as partes se beneficiam deste processo, o crescimento da dependência do Azerbaijão pelas rotas que cruzam o território da Turquia se torna uma ameaça a

24 Em informática, o *hub* é um dispositivo que tem a função de interligar os computadores de uma rede local, concentrando dados vindos de um computador e os transmitindo às outras máquinas. Neste contexto, a Turquia se torna um *hub*, no sentido de concentrar sem eu território as rotas e o fluxo de recursos de hidrocarbonetos advindos de fornecedores na Ásia, retransmitindo-os aos países localizados no continente europeu.

segurança energética do país no momento em que, outros países detentores de ricas jazidas de recursos energéticos, como Rússia e Irã, demonstram interesse pela utilização do território da Turquia como rota de passagem.

A Turquia, por sua vez, tem demonstrado interesse em se tornar estado de passagem para mais rotas de fornecedores de petróleo e gás natural em direção a União Europeia, principalmente no que se refere ao transporte de gás natural, como demonstrado nos recentes acordos firmados com a Rússia para a construção do gasoduto Turkish Stream. A construção desse gasoduto pode ameaçar as exportações de gás do Azerbaijão, ao introduzir uma competição em torno de volumes, preços e prazos para a entrega do gás natural para Turquia e Europa. Além disso, as recentes negociações entre os governos ocidentais e a República Islâmica do Irã apontam para um possível fim dos embargos econômicos impostos a este país pelos americanos, o que tem revivido a esperança europeia de acessar as ricas fontes de energia localizadas no território iraniano.

Uma das possibilidades discutidas durante os primeiros meses do ano de 2015, é a de que a distribuição desses recursos para a Europa poderá ser realizada através de uma *pipeline* que ligue os ricos campos de hidrocarbonetos do sul do território iraniano ao gasoduto TANAP na Turquia, de onde o gás seria reenviado em direção aos mercados do continente europeu. Este cenário transformaria a Turquia em uma das principais rotas de passagem de recursos de hidrocarbonetos do mundo, possibilitando o estabelecimento de melhores relações diplomáticas entre este país e o Irã, e tornando-a a ponte europeia de acesso para os recursos energéticos da Eurásia.

Ao colocar a sua maior fé no Southern Corridor, a UE poderia substituir a dependência russa pela turca. Na sequência do TANAP, uma série de *pipelines* poderia transitar através da Turquia nos próximos anos, aprimorando a Turquia como um *hub* de energia. A Turquia esta sem dúvida, tornando-se o portão de acesso entre Oriente e Ocidente – entre os maiores produtores e importadores de gás natural do mundo. A Turquia será capaz de decidir e ditar quais os projetos que considera digno de trânsito através do seu território. (BRAKOULIAS; LEVOYANNIS; LEVENTIS, 2015, tradução nossa).

Para o Azerbaijão, o impacto do gás iraniano acessando o mercado europeu via TANAP são da mesma ordem do que o do acesso do gás russo a este gasoduto através da construção do Turkish Stream. Com a diferença de que, muito provavelmente, Bruxelas colocaria menos restrições ao gás proveniente do Irã,

procurando estabelecer uma maior diversificação e equilíbrio nas importações de hidrocarbonetos perante a Rússia.

Apesar disso, a possibilidade a curto prazo de que o Azerbaijão tenha que enfrentar a concorrência do gás natural iraniano via TANAP são baixas visto que a construção de um gasoduto que ligue o sul do território iraniano ao gasoduto na turquia demandaria tempo para elaboração e construção do projeto, sendo mais barato para o Irã enviar o gás natural para a UE via rota marítima. Além disso, os recentes acordos e projetos para a construção de gasodutos e distribuição de gás natural para o Iraque, Paquistão e Omã, apontam para a concertação das atenções iranianas no mercado regional, tornando o abastecimento da UE um fator não prioritário (KHATINOGLU, 2015).

Mesmo que a concentração de rotas pelo território turco aponte para um cenário mais competitivo e dificultoso para a manutenção da política energética externa do Azerbaijão em relação ao ocidente, já que as exportações azeris enfrentaria a competição dos dois países com maior capacidade para a oferta de gás natural na atualidade, o governo de Baku mantém-se seguro de que, mesmo em um cenário como este, o papel do Azerbaijão como pivô na política energética europeia continuará a se concretizar.

Além disso, o governo de Baku afirma constantemente que a construção do Turkish Stream e que uma possível utilização do TANAP para o transporte de gás de fontes não provenientes de Shah Deniz, não ameaçariam os planos do governo azeri quanto sua política energética externa, não havendo concorrência entre os projetos de distribuição de hidrocarbonetos apoiados pelo Azerbaijão e o de outras propostas semelhantes. As autoridades do Azerbaijão procuram também, salientar que o interesse da Turquia em atrair a instalação de pipelines de fornecedores que poderiam competir com o gás do Azerbaijão em seu território, não altera a relação cordial e de cooperação mútua entre os dois países, como destaca Gulmira Rzayeva²⁵

A Turquia é um país que tem as suas próprias ambições, o que é muito compreensível. Se ela quer mais pipelines passando por seu território, é compreensível e normal. [...] Nunca houve qualquer confusão ou problemas em relação a outros fornecedores quando entramos no mercado turco; Isto é concorrência e concorrência é boa, então eu não acho que isto possa causar qualquer confusão entre dois países. (LEIFHEIT, 2015, tradução nossa).

25 Pesquisadora Senior no Centro de Estudos Estratégicos do Azerbaijão e pesquisadora associada no Instituto Oxford de Estudos Energéticos

CONCLUSÕES

Os recursos energéticos obtidos do subsolo do Azerbaijão se mostram parte essencial da geopolítica do país, sendo que as exportações de petróleo e gás natural foram importantes para a transformação econômica e social do país e devem continuar conduzindo as políticas internas e externas, sendo destacado pelo atual presidente do país, Ilham Aliyev, como “a força motriz do desenvolvimento do Azerbaijão” (ALIYEV, 2015, tradução nossa).

Mais de vinte anos após sua independência e da assinatura do contrato do século, o Azerbaijão tornou-se o 25º maior produtor de petróleo do mundo e o 20º em número de reservas comprovadas, sendo também o 28º em reservas comprovadas de gás natural, possuindo um dos maiores campos dessa fonte de energia no mundo, o campo de Shah Deniz.

O papel do Azerbaijão dentro do cenário mundial também cresceu comparativamente ao tamanho de suas reservas, fazendo com que sua política energética torna-se parte essencial da geopolítica do país, mas também do mundo como um todo.

Hoje a estratégia energética do Azerbaijão é focada em suprir a demanda do mercado europeu, que tenta encontrar meios de diminuir sua dependência do gás e do petróleo da Rússia e em menor escala do Oriente Médio.

Através da construção e instalação de dutos de transportes entre o Cáucaso e a Europa, o Azerbaijão tem se tornado cada vez mais importante para a região, pois além de fornecer uma alternativa ao gás russo, também se torna uma importante rota de transporte de recursos energéticos vindos da região do Mar Cáspio e Ásia Central. Por esses motivos os oleodutos são extremamente importantes para a estratégia energética do Azerbaijão. Baku-Tbilisi-Ceyhan, Baku-Novorossiysk e Baku-Supsa são algumas das atuais vias de transportes que fazem com que milhares de barris de petróleos sigam em direção a Europa todos os dias, e retornem em forma de dólares e euros para os bancos do Azerbaijão. Os gasodutos também são de vital importância para as exportações do Azerbaijão, tão importantes, que assumem um papel geopolítico primordial no jogo do controle mundial pelas superpotências, sendo projetos como o do Southern Gas Corridor, do Gasoduto Nabucco, South Stream e Turkish Stream pautas importantes na geoestratégia das

grandes potências mundiais. Isso permite que o país fique em uma posição favorável, pois pode entrar nas negociações conforme seus interesses, promovendo uma política externa balanceada.

O fato é que, o petróleo e o gás natural são duas das fontes de energia mais consumidas no mundo atual, e o Azerbaijão possui em abundância ambas as fontes de energia em seu território. Isto faz com que o país esteja hoje no centro das discussões mundiais. Sua estratégia energética baseada nas exportações de petróleo e gás natural é vantajosa, pois gera grandes lucros para o país, permitindo que ele se desenvolva economicamente e socialmente, aspirando assim a ser uma dos grandes pivôs de um mundo futuro onde sua localização geográfica privilegiada irá proporcionar-lhe um destaque no cenário das disputas dos grandes *players* pelos recursos energéticos do Cáspio e Ásia Central. Prova disso são as diversas pautas de entidades europeias que classificam o país como de grande importância para a cooperação energética, a preocupação norte-americana e da UE de que se concluam as construções dos gasodutos que formarão o estratégico Southern Gas Corridor e a contraposição da Rússia a este projeto através da criação de novas rotas, na tentativa de manter a Europa na contínua dependência dos combustíveis russos e manter fechado o acesso ocidental as vastas reservas de energia do Cáspio, Sul do Cáucaso e Ásia Central.

REFERÊNCIAS

AKHUNDZADA, E. **Energy Security in South East Europe: Role of the Southern Gas Corridor**. Disponível em: <<http://www.hazar.org>>. Acesso em: 01 maio 2015.

ALIYEV, S. Ilham Aliyev: Azerbaijan becoming transportation hub. **Trend News Agency**. 4 maio 2015. Disponível em: <<http://en.trend.az/azerbaijan/business/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BELI, A. V. **Energy security in International Relations (IR) theories**. Cathedra on political issues of international energy. Higher School of Economics. 2007. Disponível em: <www.hse.ru>. Acesso em: 30 abril 2015.

BIBLIOTECA ONLINE DO LEGADO HEYDAR ALIYEV. **Discurso do Presidente do Azerbaijão Heydar Aliyev**. 20 setembro 1994. <<http://lib.aliyev-heritage.org>>. Acesso em: 15 fevereiro 2015.

BP. **BP Energy Outlook 2035**. 2014. Disponível em: <<http://www.bp.com/en/>>. Acesso em: 04 janeiro 2015.

BRAKOULIAS, C; LEVOYANNIS, C; LEVENTIS, A. G. **Tough negotiations with a glimmer of hope?** Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/tough-negotiations-with-a-glimmer-of-hope-23464>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Russia drops South Stream gas pipeline plan. **BBC**. 1 dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news>>. Acesso em: 19 maio 2015.

BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

CAMPANER, N; GUBAIDULLIN, A. Russia and the Caspian Region: Between East and West. In: CHEVALIER, J. M. **The new Energy Crisis Climate, Economics and Geopolitics**. Palgrave Macmillan, 2009. p. 85-114.

CHEVALIER, J. M. **The New Energy Crisis Climate, Economics and Geopolitics**.

Palgrave Macmillan, 2009.

COHEN, A. **The New "Great Game": Oil Politics in the Caucasus and Central Asia.** Backgrounder – The Heritage Foundation. n. 1065, 1996. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 15 dezembro 2014.

COHEN, A. **Europe's Strategic Dependence on Russian Energy.** Backgrounder – The Heritage Foundation. n. 2038, 2007. Disponível em: <www.heritage.org>. Acesso em: 15 dezembro 2014.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU Energy In Figures – Statistical Pocketbook 2014.** Bélgica, 2014. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files>>. Acesso em: 10 janeiro 2015.

DIRÖZ, A. O. **Energy Security; Conflict & Peace.** Ancara, 2012. Ensaio para a Conferencia do Instituto de Diplomacia Cultural de Ancara - Baseado na publicação do próprio autor: "Energy Security, Politics, Markets, Peace". In: All-Azimuth: Journal of Foreign Policy and Peace, Vol.1 – ed. 1, janeiro 2012, pp.90-97.

ESCOBAR, P. **Obama Does Globalistan.** Nimble Books, 2009.

EURODIALOGUE. **Europe's Southern Gas Corridor: The Great Pipeline Race.** Disponível em: <<http://www.eurodialogue.eu/energy-security/Europe-southern-gas-corridor-The-great-pipeline-race>>. Acesso em: 02 abril 2015.

EXXON MOBIL. **Panorama Energético: Perspectivas para 2040 — Destaques.** 2014. Disponível em: <<http://exxonmobil.com.br/Brazil-Portugueseef>>. Acesso em: 04 janeiro 2015.

GURBANOV, I. Repercussions of Turkish Stream for the Southern Gas Corridor: Russia's new gas strategy. **Natural Gas Europe.** 16 abril 2015. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/analysis-turkish-stream-southern-gas-corridor-russia-gas-strategy-23199>>. Acesso em: 18 abril 2015.

HAFNER, M. **The Southern Gas Corridor and the UE gas security of supply: What's next?** Caspian Report, 2014. v. 8. Disponível em: <<https://www.yumpu.com>>. Acesso em: 17 fevereiro 2015.

HEINRICH, A. Introduction: Export Pipelines in Eurasia. In: Export Pipelines from the CIS Region: Geopolitics, Securitization, and Political Decision-Making. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014. p. 13-73.

HEYDAR ALIYEV FOUNDATION. **History of Development Of Oil Industry.** Disponível em: <<http://www.azerbaijan.az/portal/Economy/OilStrategy>>. Acesso em: 18 maio 2015.

IPEK, P. **Azerbaijan's Foreign Policy and Challenges for Energy Security.** The Middle East Journal. v. 63, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals>>. Acesso em: 20 janeiro 2015.

JOSAN, A. **New security dynamics and the rapid-changing regional energy architecture of the Black Sea area.** Review of the Air Force Academy. n. 2 (24), 2013. Disponível em: <<http://www.afahc.ro/ro/revista/>>. Acesso em: 09 dezembro 2014.

KHATINOGLU, D. LNG option for Iranian gas export to EU. **Trend News Agency.** 8 maio 2015. Disponível em: <<http://en.trend.az/business/energy/2392831.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

KLARE, M. T. **Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy.** Holt Paperbacks, 2009.

KREMLIN. **Telephone conversation with Prime Minister of Greece Alexis Tsipras.** 2015. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/49426>>. Acesso em: 15 maio 2015.

KUSKU, E. **Enforceability of a Common Energy Supply Security Policy in the EU: An Intergovernmentalist Assessment.** Caucasian Review of International Affairs. v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.cria-online.org>>. Acesso em: 15

dezembro 2014.

KUSTOVA, I. EU Energy Policy Towards the Caspian Region: Assessing the Southern Gas Corridor. In: HEINRICH, A. Export Pipelines from the CIS Region: Geopolitics, Securitization, and Political Decision-Making. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014. p. 215-228.

LEIFHEIT, D. Azerbaijan & Turk Stream: the song remains the same. **Natural Gas Europe**. Amsterdã. 30 abril 2015. Entrevista com Gulmira Rzayeva. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/southern-corridor-turk-stream-gulmira-rzayeva-97867>>. Acesso em: 30 abril 2015.

LEIFHEIT, D. **Southern Corridor: " All Systems Go"**. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/southern-corridor-all-systems-go-23725>>. Acesso em: 29 maio 2015.

LINDE, C.V.D., STERN, J. The Future of Gas: Will reality meet expectations? 9th International Energy Forum 2004. Amsterdã, 22-24 Maio 2004. In: BELYI, A. V. **Energy security in International Relations (IR) theories**. Cathedra on political issues of international energy. Higher School of Economics. 2007. Disponível em: <www.hse.ru/data/339/636/1233/ReaderforLecturesOnEnergySecurity.doc>. Acesso em: 30 abril 2015.

LIVANIOS, A: **The conundrum of the Southern Gas Corridor: what are the risks for Europe and Azerbaijan? The viewpoint of an insider**. Paris: Institut Français des Relations Internationales. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LOPES, M. M. **O Novo Grande Jogo da Energia na Ásia**. Revista de Política Internacional e Segurança, n.º 6/7, Universidade Lusíada Editora (2012).

MABRO, R. Actors in oil geopolitics. In: BELYI, A. V. **Energy security in International Relations (IR) theories**. Cathedra on political issues of international energy. Higher School of Economics. 2007. Disponível em: <www.hse.ru>. Acesso em: 30 abril 2015.

MAKHATADZE, E. **Russia's impact on the European Union's Energy Security.** Artigo. Varsóvia, 2014. Institute of International Relations, University of Warsaw. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 16 fevereiro 2015.

MATALUCCI, S. Gazprom agrees on Turkish Stream delivering gas to Turkey in 2016, ask Athens to take decisions, readies to meet chinese president. **Natural Gas Europe.** 07 maio 2015. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/turkish-stream-targets-december-2016-23606>>. Acesso em: 07 maio 2015.

MARTÍN, M. A. P. **El Status Jurídico Del Mar Cáspio.** Madri, 1998. *Working Paper* (Doutorado em Economia e Relações Internacionais). Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Autónoma de Madrid. Disponível em: <<https://www.uam.es/centros/economicas/doctorado/deri/publicaciones/WorkingPapers/DWP02-1998.pdf>>. Acesso em: 05 março 2015.

MIHALACHE, A. E. South Stream Is Dead. Long Live South Stream. **Energy Post.** 12 janeiro 2015. Disponível em: <<http://www.energypost.eu/south-stream-dead-long-live-south-stream/>>. Acesso em: 20 fevereiro 2015.

MUSTAFAYEVA, K. **Southern Gas Corridor and the Interest of Balkan Nations.** 07 maio 2015. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/southern-gas-corridor-balkans-23461>>. Acesso em: 07 maio 2015.

NATURAL GAS EUROPE. **Gazprom, Petrochina sing deal for Western Route.** Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/gazprom-petrochina-western-route-23614>>. Acesso em: 10 maio 2015.

NURIYEV, E. **EU Policy in the South Caucasus: A view from Azerbaijan.** CEPS Working Document. n. 272, 2007. Disponível em: <<http://www.ceps.be>>. Acesso em: 03 fevereiro 2015.

PALONKORPI, M. Energy Security and the Regional Security Complex Theory. Aleksanteri Institute. In: BELYI, A. V. **Energy security in International Relations (IR) theories.** Cathedra on political issues of international energy. Higher School of

Economics. 2007. Disponível em: <www.hse.ru/data/339/636/1233/c>. Acesso em: 30 abril 2015.

PANNIER, B. **The European Union, The Southern Corridor, and Turkmen Gas.** 30 abril 2015. Disponível em: <<http://www.naturalgaseurope.com/the-european-union-the-southern-corridor-and-turkmen-gas-23422>>. Acesso em: 30 abril 2015.

PAPAVA, V; TOKMAZISHVILI, M. **Russian energy politics and the EU: How to change the paradigm.** Caucasian Review of International Affairs. v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.cria-online.org/Journal/11/CRIA_Spring_2010_Full%20Issue.pdf>. Acesso em: 15 dezembro 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. Comissão da Indústria, do Comércio Externo, da Investigação e da Energia. **Relatório sobre o Livro Verde da Comissão "Para uma estratégia europeia de segurança do aprovisionamento energético".** Bruxelas, 2001. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//TEXT+REPORT+A5-20010363+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em: 28 abril 2015.

RAFAEL, J. M. C. **Estratégia energética da Rússia: O caso do gás natural nas relações com a Europa.** Lisboa, 2012. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

RUSTAMOV, R. The Trans-Adriatic Pipeline and Nabucco West Pipeline Projects: Advantages and Disadvantages for Azerbaijan. In: HEINRICH, A. Export Pipelines from the CIS Region: Geopolitics, Securitization, and Political Decision-Making. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2014. p. 201-214.

SHAFFER, B. Nagorno-Karabakh After Crimea: How Moscow Keeps the Conflict Alive - And What to Do About It. **Foreign Affairs.** 3 maio 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/armenia/2014-05-03/nagorno-karabakh-after-crimea>>. Acesso em: 21 janeiro 2015.

SHAKDAM, C. The New World War No One Is Taking About: The Global Clamor For

Oil And Gas. **MintPress News**. 17 abril 2015. Disponível em: <<http://www.mintpressnews.com/the-real-war-no-one-is-taking-about-the-global-clamor-for-oil-and-gas/204474/>>. Acesso em: 21 abril 2015.

SPUTNIK. **Putin: Russia Cannot Continue South Stream Construction in Current Situation**. Disponível em: <<http://sptnkne.ws/qjd> >. Acesso em: 25 maio 2015.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Overview of oil and natural gas in the Caspian Sea region**. 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov>>. Acesso em: 10 março 2015.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Azerbaijan**. 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov>>. Acesso em: 10 março 2015.

XUETANG, G. **The Energy Security in Central Eurasia: the Geopolitical Implications to China's Energy Strategy**. China and Eurasia Forum Quarterly. v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://old.silkroadstudies.org/>>. Acesso em: 24 janeiro 2015.

YASIN, N. **Pros and Cons of Turkish Stream Pipeline Project**. Disponível em: <<http://www.hazar.org/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela de gasodutos que exportam gás da Ásia em direção a Europa.

Nome da Pipeline	Rota	Extensão (km)	Capacidade (bmc/a)	Status
Yamal-Europe	Torzhok - Mallnow	1,998	33	Completo (2005)
Bratstvo	Urengoy-Pomary-Uzhgorod	4,500	32	Completo (1984)
Northern Lights	Urengoy - Minsk	7,377	51	Completo (1974)
Nord Stream	Vyborg - Greifswald	1,222	55	Operacional (2012)
South Stream	Baregovaya - Arnoldstein	2,380	63	Cancelado (2014)
Blue Stream	Beregovaya - Ankara	1,213	16	Completo (2003)
South Caucasus	Baku-Tbilisi-Erzurum	692	20	Operacional (2006)
Soyuz	Orenburg - Uzhgorod	2,750	26	Completo (1979)
Central Asia	Dauletabad – Aleksandrov Gai	2,000	90	Completo (1988)
Trans-Caspian	Turkmenbashi - Baku	-	30	Proposto (1999)
Trans-Adriatic	Grécia – Albânia - Itália	867	10	Proposto (2003)
Nabucco West	Bulgária - Áustria	1,329	10	Proposto (2012)
Trans-Anatolian	Ardahan – Erdine	1,850	16	Proposto (2011)
Turkish Stream	Russkaya - Ipsila	1,090	63	Proposto (2014)

Adaptado de energybrains.org, www.tanap.com e www.gazpromexport.ru.

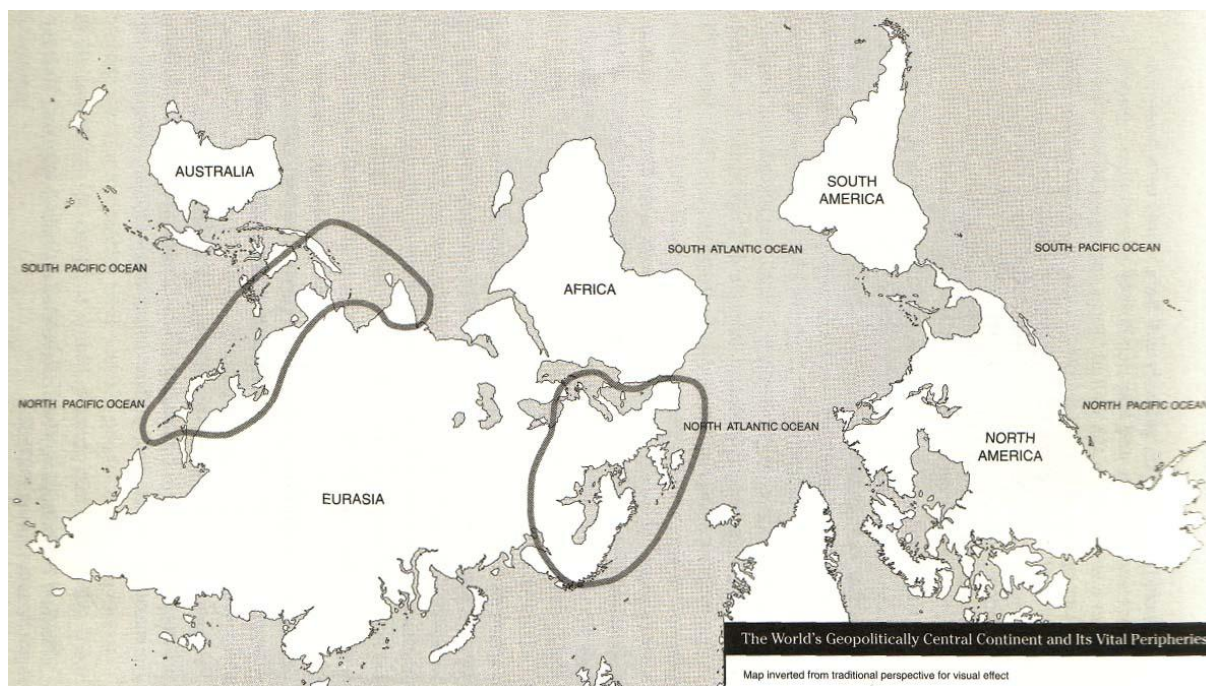
APÊNDICE B – Tabela de oleodutos que exportam petróleo da Ásia em direção a Europa.

Nome da Pipeline	Rota	Extensão (km)	Capacidade	Status
Baku-Supsa	Baku-Supsa	833	7	Completo (1998)
Baku-Novorossiisk	Baku-Novorossiisk	1,330	5	Comercial (1997)
Baku-Tbilisi-Ceyhan	Baku-Tbilisi-Ceyhan	1,768	50	Completo (2005)
Caspian Pipeline Consortium	Atyrau-Novorossiisk	1,511	28/33	Comercial (2001)
Baltic Pipeline System	Yaroslavl Primorsk	950	76	Completo (2001)
Druzhba	Almetyevsk-Schwedt/Sashalombat	8,900	70	Completo (1964)

Adaptado de energybrains.org

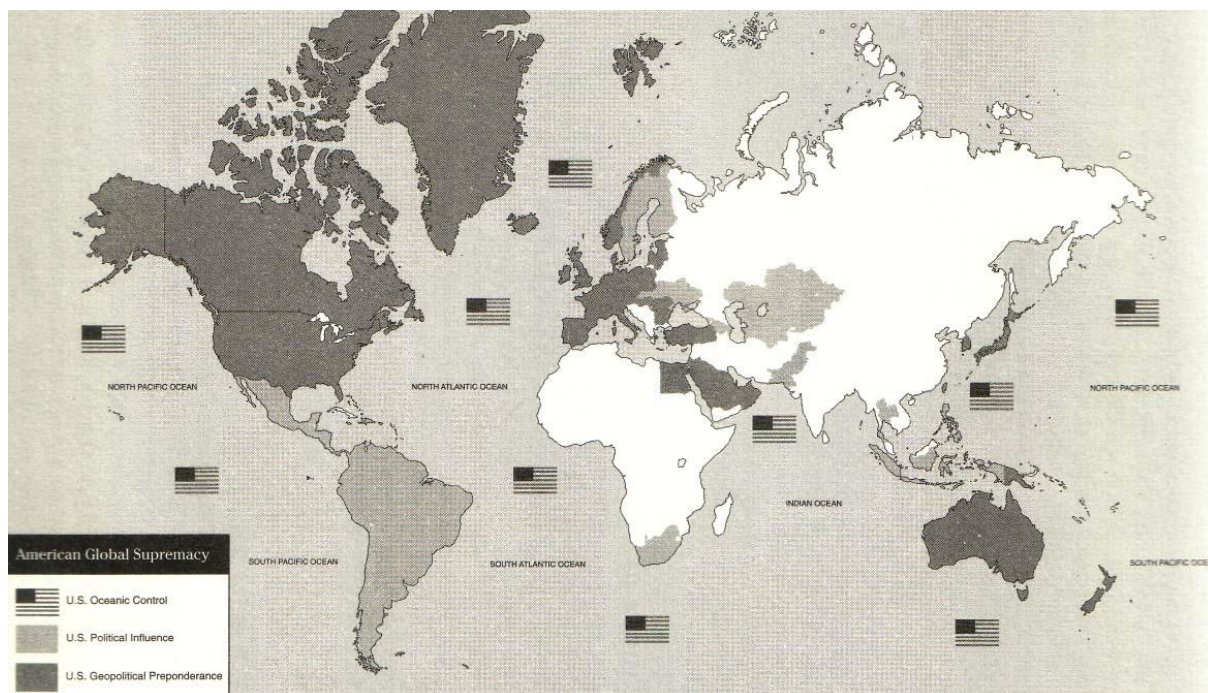
ANEXOS

ANEXO A – Figura representando as periferias vitais para a manutenção do poder no continente Eurasiático.



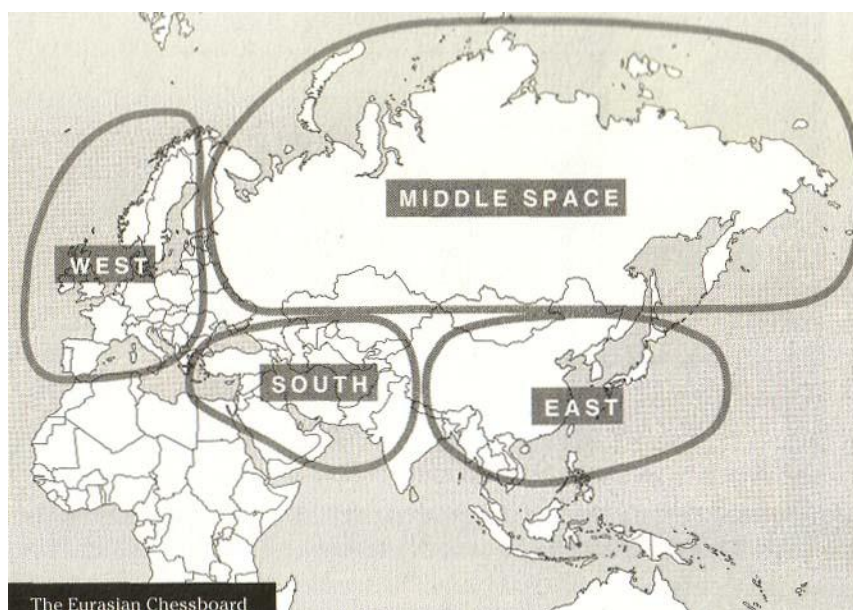
BRZEZINSKI (1997)

ANEXO B – Figura representando a distribuição da supremacia americana no globo.



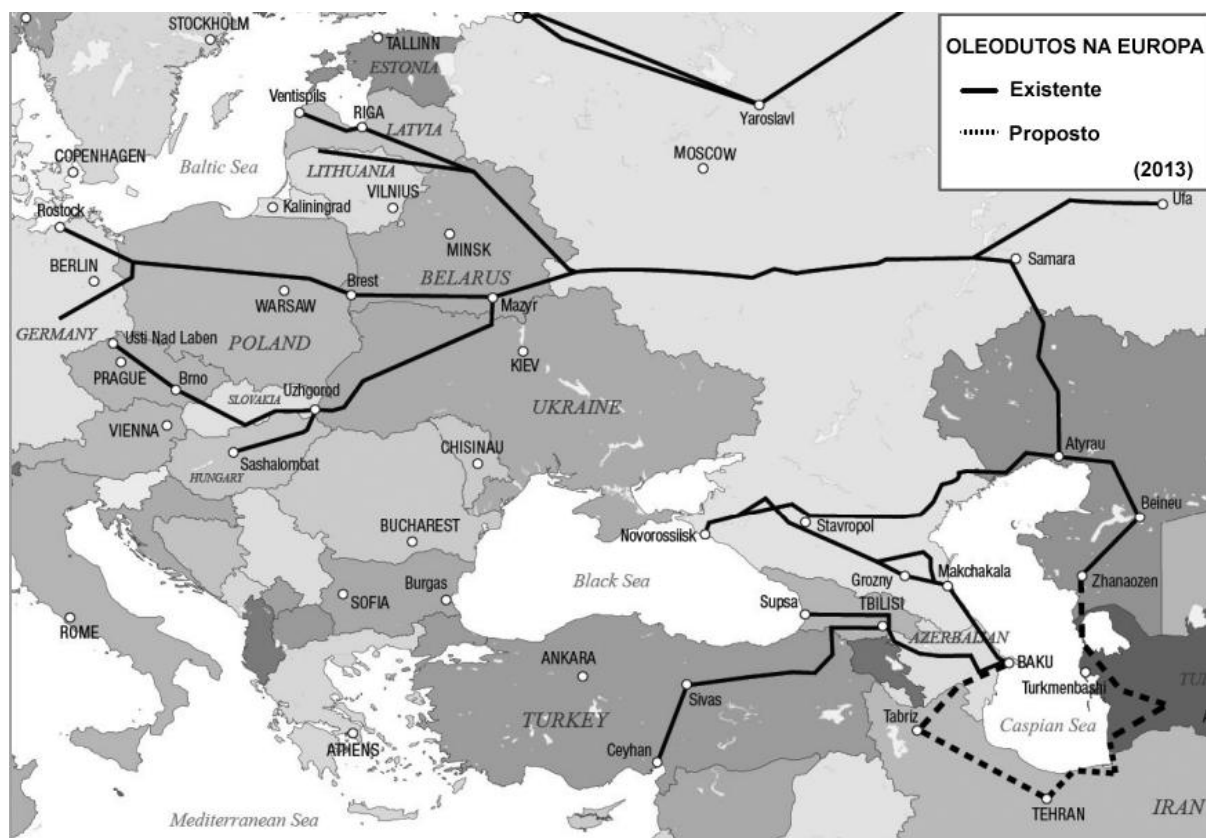
BRZEZINSKI (1997)

ANEXO C – O 'tabuleiro de xadrez' do continente Eurasiático.



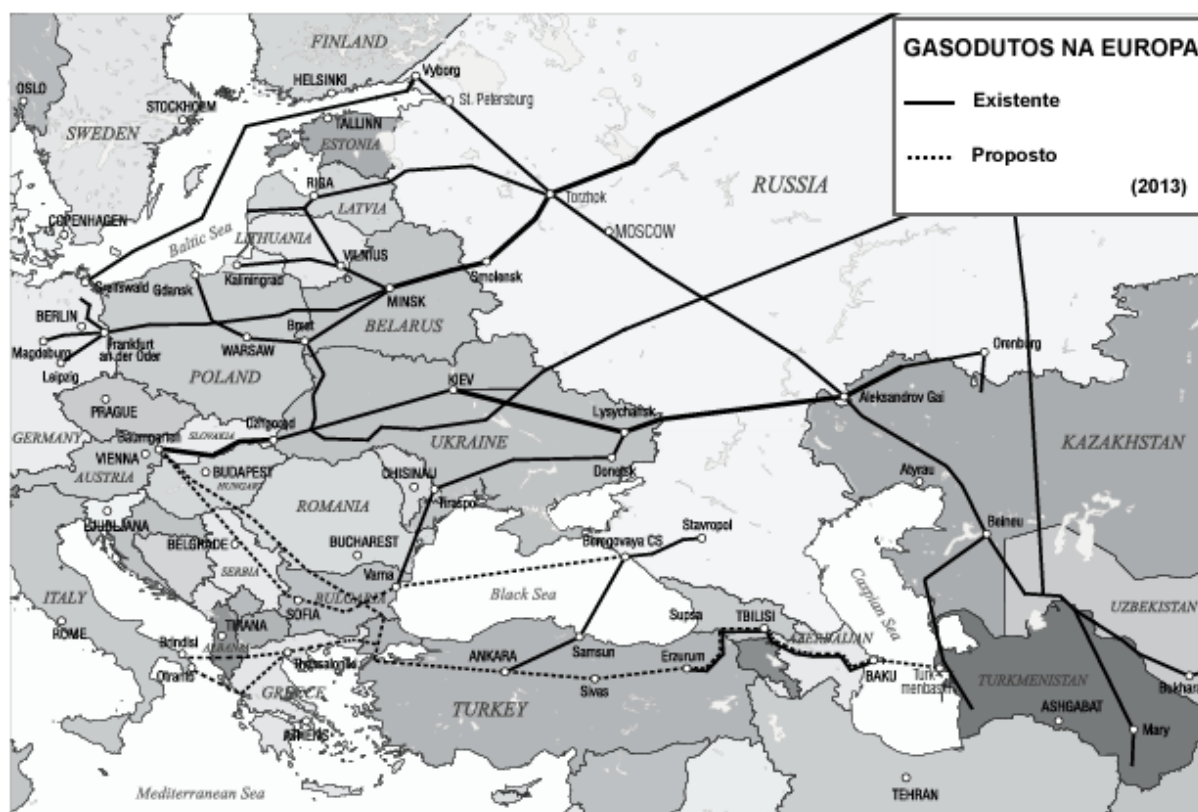
BRZEZINSKI (1997)

ANEXO D – Figura representando as rotas de oleodutos que exportam petróleo da Ásia em direção a Europa.



Adaptado de energybrains.org

ANEXO E – Figura representando as rotas de gasodutos que exportam gás natural da Ásia em direção a Europa.



Fonte: energybrains.org